



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO (PPGJOR)

João Victor Gobbi Cassol

O perfil dos jornalistas gaúchos e a inserção profissional de egressos da UFSM-FW: vida e trabalho em um cenário de precarização

Florianópolis
2023

João Victor Gobbi Cassol

O perfil dos jornalistas gaúchos e a inserção profissional de egressos da UFSM-FW: vida e trabalho em um cenário de precarização

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPGJOR) da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Jornalismo

Orientador(a): Prof. Dr. Samuel Pantoja Lima

Florianópolis

2023

Cassol, João Victor Gobbi

O perfil dos jornalistas gaúchos e a inserção profissional de egressos da UFSM-FW : vida e trabalho em um cenário de precarização / João Victor Gobbi Cassol ; orientador, Samuel Pantoja Lima, 2023.

165 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Jornalismo. 2. Perfil do jornalista. 3. Jornalistas gaúchos. 4. Egressos. 5. UFSM-FW. I. Lima, Samuel Pantoja. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Jornalismo. III. Título.

João Victor Gobbi Cassol

O perfil dos jornalistas gaúchos e a inserção profissional de egressos da UFSM-FW: vida e trabalho em um cenário de precarização:

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 18 de agosto de 2023, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Samuel Pantoja Lima, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Jacques Mick, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Felipe Simão Pontes, Dr.(a)
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Jornalismo

Insira neste espaço a
assinatura digital

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo

Insira neste espaço a
assinatura digital

Prof. Samuel Pantoja Lima, Dr.
Orientador

Florianópolis, 2023

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Vera Fátima Gobbi Cassol, e a meu pai, Claudionei Vicente Cassol, exemplos de perseverança, compromisso e esmero. O apoio e o acolhimento incondicionais foram combustível para dias e noites de estudo, especialmente aqueles em que a motivação vacilava. Vez ou outra, a vida me levou para longe de casa, mas nunca para longe de vocês.

À Universidade Federal de Santa Maria, campus de Frederico Westphalen, notadamente à equipe da Secretaria Unificada de Graduação, que tornou esta pesquisa possível e foi parceria desde a elaboração do projeto de estudo. A gentileza e prestatividade com as quais atenderam aos recorrentes pedidos de informação e aos trâmites burocráticos viabilizaram a pesquisa e serviram como incentivo.

Ao meu orientador, Samuel Pantoja Lima, que, ao acolher um pesquisador inexperiente, me guiou pelo caminho da ciência. Encorajou e concedeu o suporte para que eu assumisse novos desafios de pesquisa, qualificando a proposta de estudo que me trouxe até a pós-graduação.

Aos egressos do curso de Jornalismo da UFSM-FW, que atenderam ao chamado da pesquisa e dedicaram seu tempo para contribuir com a investigação, e aos jornalistas gaúchos, que colaboraram com a pesquisa do Perfil do Jornalista Brasileiro em 2021.

À Universidade Federal de Santa Catarina, por resistir como um espaço público de qualidade para o desenvolvimento da ciência e da humanidade.

Ao Ministério Público de Santa Catarina e à equipe da Coordenadoria de Comunicação Social, meu local de trabalho, que me permitiram permanecer em Florianópolis, conhecer a importância da missão institucional do Ministério Público brasileiro e reconhecer a grandeza da Constituição Federal de 1988.

“Não era estranho que estivessem juntos, pois dentro do espírito da cidade foi sempre de bom alvitre que se mantivessem intactas as amizades da tropa enquanto os marechais travavam sua guerra editorial” (Gabriel García Márquez)

RESUMO

Essa pesquisa consiste em um estudo sobre o perfil dos jornalistas do Rio Grande do Sul, por meio da análise de suas características de trabalho, econômicas e sociodemográficas. Para tanto, identifica tais características entre os jornalistas gaúchos e descreve as dinâmicas de inserção profissional de jornalistas egressos de uma universidade pública do interior do RS, a Universidade Federal de Santa Maria, campus de Frederico Westphalen (UFSM-FW). É uma investigação baseada em dados coletados por meio de duas *surveys*, uma com 353 jornalistas gaúchos, e outra junto a 87 egressos de jornalismo da UFSM-FW. Como ponto de partida, assume a precarização do trabalho jornalístico enquanto uma condição própria do campo na contemporaneidade e atrela ela à propagação da racionalidade neoliberal na sociedade, nas organizações e sobre os sujeitos. Finalmente, elenca alguns dos principais indicadores sobre o perfil dos jornalistas gaúchos, chamando atenção para aspectos como a alta intensidade com a qual esse grupo é afetados pelo fenômeno da precarização, a insegurança financeira e a tendência de transformação no mapa da mídia no RS.

Palavras-chave: jornalismo; perfil do jornalista; jornalistas gaúchos; egressos; UFSM-FW; precarização do trabalho.

ABSTRACT

This research consists of a study on the profile of journalists in Rio Grande do Sul, through the analysis of their work, economic, and sociodemographic characteristics. To do so, it identifies these characteristics among journalists from the state of Rio Grande do Sul and describes the dynamics of professional insertion of journalism graduates from a public university in the interior of RS, the Universidade Federal de Santa Maria, campus Frederico Westphalen (UFSM-FW). It is an investigation based on data collected through two surveys, one with 353 journalists from Rio Grande do Sul, and another with 87 journalism graduates from UFSM-FW. As a starting point, it assumes the precariousness of journalistic work as an inherent condition of the field in contemporary times and links it to the spread of neoliberal rationality in society, organizations, and individuals. Finally, it lists some of the main indicators about the profile of journalists from Rio Grande do Sul, drawing attention to aspects such as the high intensity with which this group is affected by the phenomenon of precariousness, financial insecurity, and the tendency to transform the media landscape in that place.

Keywords: journalism; journalist profile; journalists from Rio Grande do Sul; graduated students; Federal University of Santa Maria, Frederico Westphalen campus (UFSM-FW); precariousness of working conditions.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Possíveis ameaças e soluções na aplicação da <i>surveys</i>	71
Quadro 2 – Número de egressos de Jornalismo da UFSM-FW, por ano de formatura.....	72
Quadro 3 – Número de egressos de Jornalismo da UFSM-FW e número de respostas obtidas no questionário, de acordo com o ano de formação	74

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Com qual gênero você se identifica?	78
Tabela 2 – Você pertence a qual faixa etária?	78
Tabela 3 – Como você define a sua cor/raça?	79
Tabela 4 – Você é adepta (o) de alguma fé, religião ou culto?	80
Tabela 5 – Sim. Qual(is)?	81
Tabela 6 – Você é filiada(o) a algum sindicato?	82
Tabela 7 – Por quanto tempo trabalha ou trabalhou como jornalista? (Anos completos.).....	83
Tabela 8 – Qual é o tipo de vínculo empregatício em seu trabalho principal?.....	84
Tabela 9 – Qual a sua renda bruta mensal proveniente do trabalho como jornalista ou docente em jornalismo?	85
Tabela 10 – Sua remuneração líquida mensal é suficiente para sempre arcar com suas despesas mensais?	86
Tabela 11 – Em sua ocupação principal, qual sua área de atuação?	87
Tabela 12 – Você trabalha atualmente em que tipo de mídia(s)? (É possível assinalar mais de uma resposta.).....	89
Tabela 13 – Qual é a sua função?	91
Tabela 14 – Em que ramo de atuação você exerce sua atividade principal?.....	92
Tabela 15 – Quais as atividades que você exerce em um dia normal de trabalho? (É possível assinalar mais de uma resposta.).....	93
Tabela 16 – Por quanto tempo você trabalha como professor (a) de jornalismo?.....	95
Tabela 17 – Você está há quanto tempo no seu trabalho principal?.....	96
Tabela 18 – Incluindo sua ocupação principal, quantos empregos (ou fontes de renda) diferentes você tem atualmente?	97
Tabela 19 – Em média quantas horas você trabalha por dia?.....	98
Tabela 20 – Qual é o seu projeto em relação à sua atuação profissional em um futuro próximo (um a dois anos)?.....	100
Tabela 21 – Qual o nível de importância você atribui aos seguintes valores profissionais?..	102
Tabela 22 – Em que Estado você mora atualmente?	106
Tabela 23 – Qual a sua renda bruta mensal proveniente do trabalho como jornalista ou docente em jornalismo?	108
Tabela 24 – Qual é a sua situação de moradia?.....	109

Tabela 25 – Por quanto tempo trabalha ou trabalhou como jornalista? (Anos completos)....	111
Tabela 26 – Em sua ocupação principal, qual sua área de atuação?	112
Tabela 27 – Qual é o tipo de vínculo empregatício em seu trabalho principal?.....	113
Tabela 28 – Quais atividades você desenvolve em um dia normal de trabalho? (É possível assinalar mais de uma resposta.).....	114
Tabela 29 – Em relação ao seu trabalho atual, responda “Sim” ou “Não”.....	115
Tabela 30 – Em média quantas horas você trabalha por dia?.....	115
Tabela 31 – Qual o seu projeto em relação à sua atuação profissional em um futuro próximo (de um a dois anos)?	118
Tabela 32 – Você é filiada (o) a algum sindicato?	119
Tabela 33 – Por que você não é filiada (o) ao sindicato da sua categoria?	119
Tabela 34 – Qual o nível de importância você atribui aos seguintes valores profissionais?..	119

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 A CONDIÇÃO DO JORNALISTA CONTEMPORÂNEO	17
1.1 JORNALISTAS NA PERIFERIA DO MUNDO	21
1.2 A SITUAÇÃO DOS JORNALISTAS NO BRASIL	28
1.3 OS JORNALISTAS GAÚCHOS: DAS RAÍZES AOS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS	33
2 O MUNDO DO TRABALHO EM TRANSFORMAÇÃO: OS ASPECTOS CONJUNTURAIS DA CRISE NO JORNALISMO	39
2.1 O TRABALHO DEGRADADO.....	39
2.1.1 As razões da mudança e a nova razão	42
2.1.2 Precarização na era da hiperconcorrência	47
2.1.3 Precarização naturalizada e incorporada.....	51
2.2 A CRISE NO JORNALISMO SOB A PERSPECTIVA DOS SUJEITOS	52
2.2.1 O trabalho como jornalista: desafio à permanência.....	56
2.2.2 A vida como jornalista: o caráter em corrosão	60
3 METODOLOGIA E LIMITAÇÕES	67
3.1 A <i>SURVEY ONLINE</i> NACIONAL COMO FUNDAMENTO	68
3.2 <i>SURVEY</i> COM JORNALISTAS EGRESSOS DA UFSM-FW.....	70
3.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE.....	76
4 O PERFIL DOS JORNALISTAS GAÚCHOS	78
4.1 CARACTERÍSTICAS DE TRABALHO DOS JORNALISTAS GAÚCHOS	82
4.1.2 As condições para o exercício do jornalismo no Rio Grande do Sul.....	96
4.1.3 A nova precarização entre os jornalistas gaúchos	103
4.2 TRAJETÓRIAS EM INÍCIO: AS DINÂMICAS DE INSERÇÃO PROFISSIONAL ENTRE OS EGRESSOS DA UFSM-FW	105
4.2.1 Permanência na região de formação	106
4.2.2 Baixa remuneração e insegurança financeira	108
4.2.3 Jovens jornalistas na “porta giratória”	111
4.2.4 Desengajamento de classe e desvinculação política	118
4.2.5 Reflexos da política pública e o caminho de entrada dos egressos na profissão ...	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS	132
APÊNDICE A – Questionário aplicado aos egressos de jornalismo da UFSM-FW	140

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido apresentado aos egressos de jornalismo da UFSM-FW no início do questionário	154
ANEXO A – parecer do Comitê de Ética para a aplicação do questionário aos egressos de Jornalismo da UFSM-FW.....	159

INTRODUÇÃO

Definir o que é o jornalismo no século XXI e o que será desse campo nas próximas décadas é uma tarefa com a qual o campo acadêmico vem buscando lidar de maneira ponderada, dada a dificuldade em encontrar um conceito que resista ao cenário de transformações. Por isso mesmo, é esse um esforço fundamental, frente à importância que o jornalismo tem na legitimação das democracias e, portanto, da liberdade e dos direitos que usufruímos.

Mudanças nos regimes políticos, novas tecnologias e hábitos de consumo da informação e a crise nas formas de financiamento da indústria jornalística podem ser mencionados como alguns dos temas que impedem uma conceituação permanente do jornalismo de hoje, o que nos conduz a compreensões como a de Deuze e Witschge (2016), que salientam o caráter mutante do campo. Em meio a essas indefinições, o campo segue produzindo e veiculando informações, sua atividade central. Afinal, dizem os autores, o que é o jornalismo e no que ele está se tornando?

Em outras palavras, os atores responsáveis pela produção do jornalismo, os jornalistas, seguem suas atividades nesse cenário incerto e precarizado. Produzem notícias, reportagens e todos aqueles conteúdos que hoje se enquadram na sinuosa definição de produtos jornalísticos. Entre as inseguranças sobre o campo, é olhando para os jornalistas que conseguimos ter algumas amostras sobre a realidade do jornalismo, sinais que podem nos ajudar a compreendermos a área.

Essa compreensão, então, passa pelo entendimento da atuação dos jornalistas. Não que essa seja a única forma de entendermos o que é o jornalismo de hoje, mas é um dos caminhos que nos fornecem dados concretos sobre a profissão. Ao mesmo tempo, carrega consigo a virtude de prover relatos atrelados àquilo que se pode entender como o “chão de fábrica”, isto é, nos concede uma perspectiva sobre os aspectos mais pragmáticos do ofício, que compreendem desde a rotina nas redações até a mensuração dos valores profissionais mais estimados pelos jornalistas de hoje.

É na direção de observamos essa dimensão das transformações no jornalismo e no mundo do trabalho como um todo que promovemos a presente investigação, um estudo que se interessa em olhar para o estado do jornalismo através da situação concreta dos jornalistas. Nossa proposta não é inovadora, pois se alinha a uma série de investigações similares e busca contribuir para o avanço do conhecimento científico nesse segmento particular dos estudos em jornalismo.

O estudo Perfil do Jornalista Brasileiro de 2012 (MICK; LIMA, 2013), por exemplo, alimentou uma matriz de pesquisas interessadas na análise do trabalho dos jornalistas no Brasil, seja pela quantidade de dados gerados sobre esse grupo profissional naquele período ou mesmo pelo aspecto histórico que a obra seguirá cumprindo indeterminadamente – como base de comparação sobre a transformação profissional. Figaro, Nonato e Grohmann (2013), Thibes e Nicoletti (2017), Pontes (2017) e Kikuti e Rocha (2018) são alguns dos exemplos, sobre os quais são lançadas nossas bases.

Mais diretamente, nosso estudo surge ligado ao Perfil do Jornalista Brasileiro 2021 (LIMA *et al.*, 2022) que consiste em uma atualização da pesquisa publicada em 2013. Em termos práticos, essa relação se deve especialmente pelo contato entre o autor deste trabalho e os pesquisadores responsáveis pelos esforços investigativos do Perfil do Jornalista Brasileiro de 2012 e de 2021, de maneira especial com Samuel Pantoja Lima – orientador desta dissertação.

Levando em conta que a investigação nacional da qual emerge este estudo tem como objetivo traçar o perfil dos profissionais de todo o Brasil, nos inspiramos em explorar um conjunto particular dos dados produzidos para tal pesquisa. Assim, valendo-nos das respostas aos questionários aplicados para o Perfil do Jornalista Brasileiro 2021 (LIMA *et al.*, 2022) decidimos aproximar o olhar para um recorte específico dessas respostas: aquelas provenientes de jornalistas que atuam no Rio Grande do Sul. O objetivo dessa decisão é justamente o de, na esteira de uma pesquisa nacional, produzir uma análise dedicada exclusivamente na compreensão das características de trabalho, socioeconômicas e demográficas dos jornalistas que atuam em solo gaúcho.

Por isso, nosso **problema de pesquisa** aqui busca responder à pergunta: **qual é o perfil dos jornalistas gaúchos?** O **objetivo geral** é **analisar as características de trabalho, econômicas e sociodemográficas dos jornalistas gaúchos** e nossos objetivos específicos são a) identificar as características de trabalho, econômicas e sociodemográficas dos jornalistas do RS e b) descrever as dinâmicas de inserção profissional de jornalistas egressos de uma universidade pública do interior do RS.

Uma vez que surge de uma rede de estudos sobre o estado atual da profissão, esta investigação sobre o perfil dos jornalistas gaúchos se afirma sobre a justificativa de contribuir precisamente com esse nicho de pesquisas da qual emerge. Assim, pretendemos fornecer insumos sobre a realidade do jornalismo no Rio Grande do Sul como forma de compor essa rede de investigação interessada em gerar dados e análises sobre aqueles e aquelas que fazem

o jornalismo se realizar, é dizer, os jornalistas. A proposta é que outros investigadores se encorajem a repetir o movimento que aqui fazemos e venham a colaborar com outros olhares, questionamentos e reflexões sobre a vida e a profissão dos jornalistas do Rio Grande do Sul.

Ainda, no campo teórico, julgamos que nossa proposta de pesquisa elenca uma temática atual no ponto de vista científico no jornalismo. Em um artigo recente, Mick e Kikuti (2020) propõem uma agenda de investigações para a próxima década, no campo do trabalho jornalístico. Dentre os tópicos os autores mencionam, observamos que nosso estudo dialoga com pelo menos dois deles: as transformações nos perfis, competências e habilidades; e as transformações sociodemográficas e trajetórias profissionais.

Em termos práticos, acreditamos que a produção dessa pesquisa em território gaúcho demonstra a preocupação em aprofundar uma investigação inicialmente nacional. Quando aproximamos o olhar para um recorte mais específico, como é o caso de um conjunto de profissionais em um estado, passamos a ter acesso às particularidades locais. A partir delas, é possível traçar comparativos com outras regiões e mesmo com o cenário nacional. Do ponto de vista dos jornalistas, o estudo mostra aos profissionais gaúchos quem são eles, como trabalham e vivem. Em meio à sabidamente alucinante rotina dessa categoria, elaborar um estudo que fale sobre os jornalistas pode fazer com que eles consigam, talvez pela primeira vez em algum tempo, refletir sobre si próprios e entender em que contexto estão inseridos. Contribuí, então, para estimular sua autonomia e, na melhor das hipóteses, a ação política das entidades representativas da categoria.

Cabe, ainda, discorrer sobre o objetivo de descrever as dinâmicas de inserção profissional de jornalistas egressos de uma universidade pública do interior do RS, o que nesta pesquisa acontece por meio de uma *survey* com egressos da Universidade Federal de Santa Maria, campus de Frederico Westphalen-RS (UFSM-FW). A inquietação que leva a essa busca parte primeiro do interesse pessoal do autor, cuja *alma mater* é a UFSM-FW. Ouvir egressos, observar suas respostas e descrever as dinâmicas e estratégias de inserção desses jornalistas no mercado de trabalho é um esforço que remete aos primeiros anos de trabalho profissional do autor.

Naquele contexto, um mercado de trabalho hostil ao ambiente e às ideias provenientes do mundo acadêmico, jornadas de trabalho que não raro ultrapassavam as oito horas diárias, consecutivos plantões em fins de semana cujo tempo trabalhado gerava bancos de horas alegadamente impagáveis e uma rotina funcional definida pelo regime da pressa e da cobrança, dentre outros elementos que contribuem para dissipar o prazer e a realização pessoal do

ambiente das redações, fizeram surgir questionamentos que a simples reflexão individual era e é incapaz de responder, indagações que finalmente trouxeram o pesquisador a este Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGJOR/UFSC).

Tais fundamentações foram depuradas no decorrer do convívio com colegas, professores e orientador, de modo a potencializar a contribuição com o ambiente acadêmico e com as investigações na esteira do PPGJOR, como as pesquisas de perfil aqui desenvolvidas. É possível dizer então que a descrição das dinâmicas de inserção profissional de jornalistas egressos de uma universidade pública do interior do RS é importante por pelo menos três razões, além de atender ao já manifestado desejo do autor em colaborar com a universidade responsável pela sua formação no nível de graduação e, desta forma, com a prática jornalística em sua região de origem.

Primeiro, contribui com o ambiente científico, especialmente com a vertente de estudos sobre trajetórias profissionais de jornalistas, ao demonstrar estratégias, escolhas e caminhos trilhados por jornalistas formados em um período relativamente recente, a partir de 2010, ano em que a UFSM-FW graduou a primeira turma de Jornalismo. Expõe assim quais são os problemas enfrentados por essa geração de jornalistas e as soluções que eventualmente encontram.

Toda essa descrição sobre dinâmicas de inserção se dá a partir de um grupo formado em uma universidade pública situada no interior, afastada dos grandes centros urbanos. Academicamente, tal particularidade fornece insumos para compreendermos como os jornalistas que saem para o mercado de trabalho desde essas posições geograficamente afastadas das metrópoles buscam seu espaço e constroem suas carreiras no jornalismo. Partindo de uma cidade como Frederico Westphalen-RS, que caminhos profissionais são comuns aos egressos e que perspectivas têm para seu futuro? Tais indagações enriquecem o estudo e contribuem para uma compreensão mais ampla sobre qual é o perfil dos jornalistas gaúchos. Essa é a segunda justificativa.

Finalmente, a terceira razão é que, para o campo da educação, nossa pesquisa eventualmente pode ajudar a UFSM-FW e outras instituições a pensarem sobre seus programas de acompanhamento de egressos ou de formação continuada. Aqui há dados que de alguma forma podem contribuir para que as universidades – públicas ou privadas, de interior ou em grandes centros urbanos – visualizem parte da realidade de trabalho das pessoas que nelas obtiveram seus diplomas.

Como visto, nossas razões estão também conectadas ao contexto no qual a UFSM-FW está inserido, o que demanda também uma breve recuperação sobre o histórico dessa universidade e também da região na qual se encontra. De fato, a UFSM-FW nasce como parte da política de interiorização das universidades públicas prevista na Fase 1 do Plano Nacional de Educação (PNE) – instituído pela Lei 10.172/2001 –, que resultou na criação do Centro de Educação Superior do Norte do Rio Grande do Sul (Cesnors) nas cidades de Frederico Westphalen e Palmeira das Missões, por iniciativa da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). (SILVA, 2011; COCCO *et al.*, 2014; BRASIL, 2014).

A criação do Cesnors nessas cidades aconteceu em 2005, e sua inauguração ocorreu em 2007¹, embora as aulas tenham iniciado ainda em 2006 (SILVA, 2011). A expansão do ensino superior da UFSM nos dois municípios do Norte do Estado do Rio Grande do Sul, se converteu na implantação de, inicialmente, seis cursos na nova unidades, um deles o de Jornalismo², alocado no campus de Frederico Westphalen. Atualmente chamado de UFSM-FW, o antigo Cesnors de Frederico Westphalen possui seis graduações presenciais e duas a distância³.

Frederico Westphalen, por sua vez, tem 32.627, conforme o Censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É um município situado no Norte do Rio Grande do Sul, distante 434 quilômetros de Porto Alegre e, se encontra na região denominada Médio Alto Uruguai, da qual é considerada o principal centro urbano e econômico (RIO GRANDE DO SUL, 2015). No campo da educação, o município tem seis instituições de ensino superior em formato presencial ou em modelo híbrido⁴. Dentre todas as universidades mencionadas, a UFSM-FW é a única que oferta o curso de Jornalismo presencialmente, com abertura anual de vagas pelo Sistema de Seleção Unificada (SiSU), vestibular ou por editais para reingresso.

A metodologia escolhida para atender ao objetivo de pesquisa se divide em duas frentes, de acordo com o objetivo específico proposto. Para identificar as características de trabalho, econômicas e sociodemográficas dos jornalistas do RS, nos valem das respostas enviadas pelos jornalistas gaúchos ao questionário aplicado no Perfil do Jornalista Brasileiro 2021 (LIMA *et al.*, 2022). A equipe que realizou a pesquisa nos forneceu esse conjunto de dados, cujas respostas foram analisadas pergunta por pergunta e comparadas com os resultados do cenário nacional conforme por Lima *et al.* (2022).

¹ Informações da página oficial da UFSM. Disponível em: <https://www.ufsm.br/historia/>. Acesso em 2 de março de 2021.

² Ibidem

³ Ibidem

⁴ Conforme o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso em setembro de 2023.

Já em relação à descrição das dinâmicas de inserção profissional de jornalistas egressos de uma universidade pública do interior do RS, aplicamos uma *survey* on-line com o conjunto de egressos do curso de Jornalismo da UFSM-FW. O questionário foi enviado por e-mail para os egressos, esteve aberto entre o começo de agosto e o começo de setembro de 2022 e coletou 87 respostas válidas. Esse conjunto de dados foi analisado resposta a resposta, com seus resultados sendo comentados. Assim, de maneira sucinta, podemos dizer que nosso objeto empírico são os conjuntos de respostas enviadas pelos jornalistas gaúchos à pesquisa do Perfil do Jornalista Brasileiro 2021 (LIMA *et al.*, 2021) e aquelas enviadas pelos egressos da UFSM-FW. Todos os detalhes metodológicos são explicados adiante, no capítulo “Metodologia e limitações”.

A perspectiva teórica dessa proposta de estudo se constrói a partir do diálogo entre as compreensões sobre a realidade do mundo do trabalho na contemporaneidade, especialmente com base em Sennett (2009) e Dardot e Laval (2016), e as visões que descrevem o cenário do jornalismo atualmente, notadamente as concepções de Charron e Bonville (2016), Deuze e Witschge (2016) e Mick, Christofolletti e Lima (2021). Assim, a execução de nossa pesquisa leva em conta o cenário de profundas mutações no mundo do trabalho jornalístico, cujo fenômeno mais visível é a precarização das condições laborais, como resultante da visão neoliberal hoje hegemônica, globalmente, no contexto da chamada plataformização do capitalismo.

A partir disso, o capítulo “A condição do jornalista contemporâneo”, revisa alguns dos estudos feitos sobre o estado dos profissionais de jornalismo no mundo. Ele está dividido em três seções, cada uma dedicada a demonstrar estudos em diferentes partes do mundo, partindo de cenários sociais e economicamente semelhantes ao brasileiro, passando pelas pesquisas nacionais e, finalmente, recuperando estudos sobre o jornalismo no Rio Grande do Sul.

O segundo capítulo, “Transformações no mundo do trabalho”, é nossa fundamentação teórica e está dividido em duas partes. Na primeira, falamos sobre a realidade do mundo do trabalho de modo geral, expondo as conexões entre o cenário da precarização laboral e a razão neoliberal, tomando como base estudos de Sennett (2009) e Dardot e Laval (2016). A segunda parte tensiona este cenário de precarização no mundo do trabalho com a crise no jornalismo, a partir de Charron e Bonville (2016), Deuze e Witschge (2016) Mick, Christofolletti e Lima (2021), demonstrando como tal realidade penetra a vida e o trabalho dos jornalistas, nos ancorando principalmente nas ponderações de Lelo (2019) e Nicoletti (2019). O terceiro

capítulo, intitulado “Metodologia e limitações”, relata os aspectos metodológicos de nossas investigações.

Por fim, o capítulo “O perfil dos jornalistas gaúchos” é onde expomos e discutimos os resultados coletados nessa pesquisa. Ele inicialmente contém a descrição do perfil dos jornalistas gaúchos de modo geral, com as características e condições de trabalho para grupos específicos de profissionais – os que trabalham na mídia, fora da mídia e na docência. Essa parte inicial da análise é resultado das respostas enviadas pelos jornalistas gaúchos ao Perfil do Jornalista Brasileiro 2021 (LIMA *et al.*, 2022). Na sequência, fazemos a análise descritiva das respostas enviadas pelos egressos da UFSM-FW, momento no qual também apontamos características desse grupo de profissionais e as dinâmicas de inserção dos egressos no mercado de trabalho.

1 A CONDIÇÃO DO JORNALISTA CONTEMPORÂNEO

O tema das condições de trabalho dos jornalistas desperta interesse de pesquisadores dentro e fora do país, cada um adotando diferentes abordagens para tratar do assunto. Chamamos atenção aqui àquelas iniciativas que se valem de análises baseadas em um conjunto de fatores relativos à vida e à profissão dos jornalistas. Essas investigações se caracterizam por encontrar os resultados de suas indagações na identificação e registro de informações sobre o coletivo de jornalistas de uma dada região, formando um retrato profissional ou perfil.

A partir dessas pesquisas, condições de trabalho, aspectos da vida pessoal, satisfação profissional, questões éticas, dilemas, angústias e uma série de outros indicadores sobre os jornalistas em todo o mundo passaram a ser registradas. Ao mesmo tempo que permitem a comparação dos diferentes perfis profissionais dos jornalistas, tais estudos também escancaram a diversidade dos “jornalimos” praticados no cenário global, o que sublinha a dificuldade de se chegar a uma definição sobre o ofício de maneira genérica.

De todo modo, o que nos interessa aqui é recuperar e destacar algumas dessas pesquisas que buscam identificar e registrar o perfil dos jornalistas, a realidade e os desafios apresentados aos profissionais. Pela sua metodologia e enfoque, essas investigações carregam consigo uma característica que nos é especialmente importante, a sincronicidade. Isso significa que os estudos de perfis são particularmente valiosos, uma vez que revelam aspectos da pesquisa acadêmica em si, da trajetória do campo de estudos sobre perfis de jornalistas, ao mesmo tempo em que fornecem relatos completos sobre a profissão em um contexto histórico e cultural particular. Dizem, então, sobre a transformação do objeto de análise e da pesquisa acadêmica em si.

Por oportunidade, selecionamos alguns exemplos de pesquisas que assumem tal perspectiva como base para compreendermos o estado da profissão de jornalista em diferentes regiões do mundo, a começar por um rápido panorama global, avançando para contextos socioeconômicos similares ao brasileiro e, finalmente, com a recuperação de pesquisas sobre o jornalismo no Brasil e no Rio Grande do Sul. Com exceção de algumas poucas publicações internacionais que julgamos fundamentais para tal contextualização, voltamos nosso olhar para estudos divulgados há até aproximadamente uma década.

Um exemplo dos estudos a que nos referimos, em nível global, é a publicação “*The global journalist: News people around the world*”, por David Weaver (1998), que apresenta um panorama considerável sobre o trabalho jornalístico em diferentes regiões do mundo. Anos mais tarde, Weaver e Willnat (2012) publicaram uma atualização desta obra, compilando uma série de investigações realizadas em vários países no ínterim entre a divulgação das edições, o que

resultou em uma espécie de resumo global – ainda que sem dados de todos os países – sobre as características e a satisfação dos jornalistas.

O esforço dos pesquisadores é notável e pode ser dimensionado pelos números resultantes do trabalho: foram compiladas pesquisas oriundas de 33 países, nos quais ocorreram 42 *surveys* entre 1996 e 2011, totalizando mais de 29 mil jornalistas entrevistados (WEAVER; WILLNAT, 2012). Em parte, pela representatividade que os números expressam, em parte pela síntese global da profissão, a obra publicada há mais de 10 anos ainda é pertinente e ajuda a revelar como o mundo de trabalho dos jornalistas chegou no estado atual.

De maneira objetiva, os autores identificaram a preponderância de homens atuando na profissão, mas perceberam que o número de mulheres jornalistas cresceu de 33% para 41% no mundo entre 1992 e 2012. Em termos de idade, se consolidou um cenário com predomínio de jovens no campo, sendo que, na época do estudo, a maioria dos profissionais tinha entre 25 e 45 anos. A preponderância dos jovens, de acordo com os pesquisadores, se deve ao fato de que muitos permanecem no jornalismo por apenas um certo período de tempo e, quando acumulam certa experiência, vão em busca de empregos mais lucrativos no campo da comunicação (WEAVER, WILLNAT, 2012).

Educação, diversidade, satisfação e outros aspectos foram abordados. Na época, 82% dos jornalistas no mundo tinham graduação, 50% eram casados, a maior parte dos profissionais provinha de classes economicamente dominante, notava-se um leve aumento da participação de minorias étnicas e raciais na profissão e a média de jornalistas bastante satisfeitos com a profissão era de 27,5%. Em resumo, em 2012, o perfil do jornalista global poderia ser representado por um homem jovem, com formação universitária e proveniente da elite econômica e cultural, mas cuja satisfação profissional estava diretamente ligada ao pagamento de bons salários, um trabalho seguro e livre, nessa ordem (WEAVER, WILLNAT, 2012).

Questões ligadas às condições de trabalho e aos desafios enfrentados pela categoria e pelo campo aparecem como uma segunda camada de reflexões. O período abrangido pela pesquisa de Weaver e Willnat (2012) dá conta do momento em que a prática do jornalismo parece sofrer uma virada nas rotinas, nas plataformas e formas de trabalho, um ponto de inflexão em direção ao cenário atual. Afirmam os autores:

Mais e mais jornalistas trabalham como freelancers ou repórteres sem as tradicionais mesas de trabalho. Mais importante que isso, a crescente importância das mídias sociais no jornalismo tem deixado muitas dúvidas sobre o conceito básico de quem são os jornalistas e que qualificações eles precisam ter. (WEAVER; WILLNAT, 2012, p. 2, tradução nossa).

A dúvida que eles levantam sobre a identidade profissional dos jornalistas, indicando finalmente a existência de uma indefinição de fronteiras na área da comunicação, é um dos temas que ganhou espaço nos últimos anos, acompanhando as mudanças estruturais do jornalismo. Deuze e Witschge (2016, p. 18) sintetizam a transformação como um processo que está tornando o jornalismo um espaço “profundamente precário”, seja no aspecto de trabalho, da carreira, da indústria ou mesmo da sociedade que consome o produto jornalístico, uma visão compartilhada por de Mick, Christofolletti e Lima (2021).

Tal processo de transformação multidimensional – ou de crise – e precarização é constatado em diferentes países e contextos já há alguns anos. Ao retratar a realidade profissional em Portugal, Fidalgo (2004) analisou como as mudanças nas tecnologias nas empresas jornalísticas, do mercado de trabalho e do grupo profissional dos jornalistas estavam pressionando a prática do jornalismo. O autor indicava que esses fatores atuavam simultaneamente sobre um perfil de jornalistas que, à época, também estava em modificação, com a predominância de jovens entre os profissionais. Entre os resultados dessa confluência ele destacou, dentre outras coisas, a exponenciação de uma “tênue fluidez” da identidade profissional, algo que vem de sempre, mas que as novas condições de mercado acentuaram (FIDALGO, 2004, p. 72). Considerando que o estudo em questão é datado do começo do século e surge no contexto das transformações causadas especialmente pelo aparato tecnológico associado à televisão, suas constatações também demonstram que os sintomas da crise são históricos e não estão somente ligados a fenômenos mais recentes.

A mudança no grupo profissional e nas habilidades demandadas dos jornalistas também aparece no estudo de Jorge Pedro Sousa (2008), em sua versão sobre a história da imprensa no Ocidente, na qual aponta para a popularização, feminilização e rejuvenescimento da profissão de jornalista no mundo. O autor identificou também a necessidade de os jornalistas estarem capacitados para exercerem diversas funções multimídia, tais como “escrever, fotografar, filmar, captar som, elaborar infográficos, diagramar e paginar e usar softwares” (SOUSA, 2008, p. 194) para atender às possibilidades oferecidas pelo jornalismo on-line.

Outro conjunto de forças que atua sobre os jornalistas, em suas práticas de trabalho hoje e é importante para visualizar o estado da profissão no mundo são as transformações econômicas do mercado das empresas jornalísticas. Em dois estudos, Metyková e Císarová (2009; 2020) falam das mudanças na profissão e nas práticas em países do Leste europeu. Primeiro, observam que na República Tcheca, Hungria e Eslováquia, as pressões exercidas pelo mercado sobre o ofício limitam a liberdade e comprometem a qualidade das produções, efeitos

que as pesquisadoras atribuem ao aumento da velocidade na rotina de trabalho (METYKOVÁ; CÍSAROVÁ, 2009). Depois, focadas em jornais locais da República Tcheca, as pesquisadoras percebem que as demissões e alegadas reestruturações organizacionais decorrentes de um cenário de corte de gastos nas organizações midiáticas impactaram não apenas o número de funcionários, mas as técnicas de coleta e produção de notícias. Também houve aumento de pressão sobre as equipes de jornalistas para ampliar as receitas em publicidade e para que assumissem funções administrativas e de atendimento aos clientes em detrimento do trabalho de reportagem, um conjunto de fatores que aflui em perda de autonomia profissional. (METYKOVÁ; CÍSAROVÁ, 2020).

O contexto de pressões na prática jornalística também é constatado na Polônia, onde Dobek-Ostrowska (2012) aponta para a difícil posição dos veículos de comunicação, que convivem não apenas com a crescente pressão comercial, mas com a histórica influência das forças políticas. O retrato sobre a derrocada da autonomia da profissão é ainda mais grave quando contraposto ao cenário de instabilidade econômica à qual está submetida uma parcela dos jornalistas poloneses, entre os quais os contratos de trabalho temporários e o duplo emprego vêm crescendo e consolidando uma tendência à desprofissionalização (DOBEK-OSTROWSKA, 2012). A situação não é diferente na Suécia, onde Hök (2012) constata aumento na carga de trabalho, no ritmo de produção e na quantidade de tarefas que um jornalista precisa fazer diariamente

As observações condizem com o que Bibby (2014) registrou ao analisar as relações de trabalho na mídia, um trabalho que se concentrou em países do hemisfério Norte. Para o autor, jovens jornalistas estão propensos a postos mais precarizados na mídia, como os freelances e, a exemplo do que ocorre na França e Irlanda, estão dispostos a trabalhar mais horas por semana sem receber por isso, procurando ascender profissionalmente. Bibby (2014) chama atenção ainda para os problemas de estresse, na saúde mental e no equilíbrio entre trabalho e vida pessoal dos jornalistas.

Embora os estudos mencionados até então forneçam um panorama necessário sobre as transformações na profissão ao longo da última década, seus resultados estão assentados em um mundo pré-pandêmico, isto é, retratam o jornalismo e a vida de jornalistas antes da pandemia de Covid-19, que irrompeu em todo o mundo entre o fim de 2019 e o começo de 2020. Apesar das consequências para as vidas humanas, os reflexos da pandemia na economia dos países, nas finanças das empresas e nas formas de organização e relações de trabalho ainda exigem tempo para ser absorvidos e compreendidos em sua amplitude e complexidade, um

cenário no qual se incluem os jornais e os jornalistas. Apesar do necessário distanciamento temporal para observar com clareza os efeitos no jornalismo e seus profissionais, algumas heranças da pandemia podem ser estimadas. Miranda, Fidalgo e Martins (2021) fizeram esse esforço ao entrevistar jornalistas portugueses durante o período pandêmico, indicando tendências que surgiram ou se acentuaram naquele momento e que podem assumir um caráter permanente na profissão, com consequências ainda a serem mensuradas.

A lista contém práticas como o aumento do sedentarismo na prática jornalística, a burocratização do trabalho e o isolamento dos profissionais, este último especialmente grave por estar atrelado à atrofia das relações com os demais colegas e com a sociedade, gerando alienação profissional e social (MIRANDA; FIDALGO; MARTINS, 2021). A esses, soma-se ainda a despersonalização do contato com fontes e entrevistados, por exemplo, mediante o aumento no uso de formas assíncronas de contato, com os e-mails, o que, para os autores, amplifica prática como o “jornalismo sentado” e a reutilização de informações no jornalismo on-line. Há, ainda, uma série de outras práticas observadas pelos pesquisadores, mas todas elas são apontadas por Miranda, Fidalgo e Martins (2021) como agravantes do estado de crise e precarização do jornalismo, possivelmente influenciando nos rumos da profissão nos próximos anos.

Agora de posse de um recorte mais amplo, é possível visualizar em linhas gerais as características dos jornalistas e os desafios enfrentados pelos profissionais em alguns países do mundo. Essa breve recuperação, inicialmente focada no contexto estadunidense e europeu, serve como ponto de partida, a introdução de uma observação que deve ser ampliada para contextos sociais e econômicos mais próximos do brasileiro, como faremos a seguir.

1.1 JORNALISTAS NA PERIFERIA DO MUNDO

Aproximando o olhar para contextos mais semelhantes àquele vivido pelos jornalistas brasileiros, uma edição da revista *African Journalism Studies*, de 2015, é um ponto de partida necessário. A edição traz cinco artigos sobre a realidade profissional dos jornalistas que atuam nos países do BRICS, bloco grupo de países emergentes formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Condições de trabalho, valores profissionais, questões demográficas, estruturas organizacionais, mudanças econômicas e inovações tecnológicas são alguns dos temas tratados nessas pesquisas, que partem de 729 entrevistas realizadas com jornalistas atuantes na região dos BRICS (PASTI; RAMAPRASAD, 2015).

Os relatos das categorias profissionais em cada um desses países permitem traçar paralelos econômicos, sociais e tecnológicos entre a realidade do jornalismo e dos jornalistas de tais localidades e aquela observada no Brasil. O caso brasileiro, que na revista é exposto em um artigo produzido por Paiva, Guerra e Custódio (2015), será detalhado mais adiante, em uma seção específica sobre o cenário nacional. Por ora, nos concentramos na descrição da realidade profissional observada em países que, para além de compartilharem com o Brasil a mesa de discussões nos BRICS, em alguns momentos se assemelham economicamente, politicamente, socialmente ou tecnologicamente ao cenário de nosso país.

Satisfeitos com seus salários, os jornalistas russos vivem um cenário diferente do que se observa nos demais países dos BRICS, demonstraram Pasti, Gavra e Anikina, em 2015. Os autores se debruçaram sobre duas categorias profissionais do país, os jornalistas da mídia tradicional e aqueles que atuam em veículos on-line. Jornalistas das novas mídias são mais novos e menos experientes que os colegas das mídias tradicionais. São, também, majoritariamente solteiros e mais relutantes em se sindicalizar. Os autores observam que, em geral, jornalistas on-line apoiaram protestos ocorridos em 2011 na Rússia, ao contrário dos jornalistas da mídia tradicional.

As diferenças, no entanto, param por aí. De modo geral, os jornalistas russos trabalham simultaneamente nos dois tipos de mídia e por isso não se vinculam estritamente a uma das áreas, o que também pode ser explicado pela característica do mercado de trabalho local. “Os jovens jornalistas de hoje são treinados para trabalhar em uma profissão que viu as fronteiras entre jornalismo, propaganda, relações públicas e publicidade se confundirem” (PASTI; GAVRA; ANIKINA, 2015, p. 47). As condições de trabalho, nos dois lados, se assemelham, já que as tecnologias das novas mídias estão sendo incorporadas pelas tradicionais.

Na Índia, Ramaprasad, Vemula e Gudipaty (2015) entrevistaram 145 jornalistas em quatro cidades sobre suas carreiras profissionais, dinâmicas organizacionais e forças político-tecnológicas-econômicas atuantes no campo. Herdeiros de um jornalismo que fez campanha pela independência do país e pela expulsão dos britânicos no século XX, os jornalistas indianos se alinham politicamente à esquerda, embora não sejam filiados a partidos. Recentemente, se nota uma participação da presença feminina entre os jornalistas, o que contrasta com a discriminação que elas sofrem no cotidiano e no pagamento dos salários.

Financeiramente e socialmente, os jornalistas indianos desfrutam de prestígio e recebem ganhos que classificam como satisfatórios. O resultado disso é que apenas 20% dos entrevistados têm mais de um emprego – com a finalidade de completar renda – e a maioria dos

jornalistas deseja seguir na profissão. Em contrapartida, a categoria enfrenta alguns problemas no exercício do ofício, entre os quais destacam-se a infiltração de políticos como proprietários diretos ou indiretos das empresas jornalísticas e o crescimento da prática das notícias pagas – o que preocupa os profissionais quanto à veracidade das informações que chegam ao público (RAMAPRASAD; VEMULA; GUDIPATY, 2015).

Mais a leste, os jornalistas chineses configuram um grupo de análise interessante em comparação com o cenário brasileiro e ocidental como um todo. Como apontaram Mick e Lima (2013), a profissão havia se tornado mais jovem no Brasil em 2012, o que também ocorreu na China, segundo estudo de Zhou, Xu e Li (2015). Assim como no caso brasileiro, a China iniciou a segunda década do século XXI em expansão econômica, o que se refletiu no cenário jornalístico. O campo, à época do estudo, era composto majoritariamente por profissionais com boa escolaridade e que ingressaram no ofício nos últimos 15 anos.

Em geral, os orientais estão satisfeitos com seus salários e raramente têm um segundo emprego para completar renda, apontam a autonomia de trabalho, a liberdade criativa e o reconhecimento profissional como fatores preponderantes para a satisfação com o emprego. Porém, o aspecto político chinês parece ter criado curiosas distinções entre na forma como os profissionais orientais elencam os princípios de atuação, em comparação com os colegas ocidentais. Embora sejam favoráveis ao acesso irrestrito à internet e contrários à censura, os jornalistas chineses não costumam apoiar protestos contra o governo e não priorizam a defesa da democracia entre os valores do trabalho. Além disso, compartilham uma visão de que a principal função do jornalismo é fornecer informações seguidas de interpretações e não se importam tanto com a independência, objetividade e imparcialidade (ZHOU; XU; LI, 2015).

Finalmente, o estado do jornalismo e o perfil dos jornalistas sul-africanos encerra esse percurso pelos BRICS. Ndlovu (2015) entrevistou 150 jornalistas e concluiu que há paridade entre homens e mulheres da profissão e que a maioria dos profissionais da mídia local ingressou no jornalismo depois de 2001, o que torna o campo de trabalho composto majoritariamente por jovens. A crise econômica mundial de 2008 aprofundou a remoção dos seniores das redações, como forma de reduzir os custos das empresas de comunicação com os salários pagos a esse grupo de profissionais mais experientes. Ndlovu (2015) aponta ainda que a manutenção de uma esfera pública com cidadãos bem informados está sob risco no país, o que também está atrelado às condições sob as quais atuam os jornalistas. Embora não sejam fisicamente violentas, são consideradas desgastantes e, a longo prazo, prejudiciais para a prática do bom jornalismo. Entre essas condições está a existência de um contexto de ameaças políticas à independência

jornalística, a insegurança financeira das instituições jornalísticas, os baixos salários e a falta de estabilidade profissional (NDLOVU, 2015).

Ainda mais próximos da realidade brasileira, os países da América Latina são outro ponto de comparação necessário para uma compreensão ampla e contextualizada da vida e trabalho dos jornalistas no Brasil. Há de se destacar que o interesse acadêmico por abordagens que centrem o foco nos jornalistas e suas condições de exercício profissional é algo recente na história da pesquisa em jornalismo no território latino-americano, como aponta Claudia Mellado (2012). Segundo a autora, entre os anos de 1960 e 2007, o foco principal das pesquisas esteve voltado para estudos de recepção, das empresas de mídia e da construção social das mensagens, em detrimento dos produtores das mensagens. É a partir dos anos 2000 que as investigações sobre condições e satisfação com o trabalho, precariedade e perigos da profissão assumem alguma importância para os pesquisadores em jornalismo na América Latina, ainda que esse seja um campo de estudos parco (MELLADO, 2009). As questões demográficas da categoria, por sua vez, tiveram algum destaque nos anos 1990, intensidade que não se manteve na primeira década do século XXI (MELLADO, 2012).

Apesar dessa falta de ritmo nas publicações, há uma série de pesquisas capazes de ilustrar a realidade profissional dos jornalistas latino-americanos neste século. Parte delas é relatada no livro organizado por Weaver e Willnat (2012), mas um esforço significativo nesse campo pode ser encontrado na publicação organizada por Adriana Amado, Martín Oller-Alonso e Mônica Baumgratz (2016), que consiste em um relato amplo sobre o jornalismo e os jornalistas que atuam na América Latina. Em ambos há descrições importantes sobre as questões demográficas da profissão nos países latino-americanos e principalmente os papéis profissionais que os jornalistas acreditam serem os mais adequados. Em contrapartida, aspectos sobre as condições de trabalho não estão no eixo central das análises.

Na publicação de Weaver e Willnat (2012), Claudia Mellado (2012b) divulga os resultados de uma *survey* realizada em 2009 junto a profissionais que atuam no Chile. A autora constata que o perfil do jornalista chileno pode ser definido como sendo um homem com menos de 40 anos, que trabalha em tempo integral, sem um tema específico, e é mal pago. Mais da metade dos profissionais chilenos, à época do estudo, trabalhava em jornais impressos e a maioria se concentrava na região de Santiago, capital chilena. No Chile, há um crescimento da participação feminina nas redações, a questão salarial é primordial para os profissionais e mais de um terço dos jornalistas conciliam seu tempo entre dois a quatro empregos. Além disso, desperta atenção a relação entre geografia e política. A maior parte dos entrevistados (57%) se

considera de esquerda, ideal que é valorizado principalmente por profissionais que atuam em áreas urbanas, onde os princípios liberais também são mais apreciados. No interior do país, os jornalistas tendem a se identificar menos com os valores priorizados nas regiões metropolitanas (MELLADO, 2012b).

Outro estudo similar foi realizado por Arroyave e Barrios (2012), na Colômbia, também publicado em *The Global Journalist in the 21st Century* (WEAVER; WILLNAT, 2012). A pesquisa apresenta resultados profundos sobre a vida dos jornalistas locais, indicando que 28% dos entrevistados concordam totalmente que a profissão influenciou em sua vida amorosa, 58% acreditam que a profissão interferiu em seus hábitos alimentares e 59% concorda que o jornalismo afetou negativamente sua vida pessoal (ARROYAVE; BARRIOS, 2012).

O caso colombiano é importante também pois contém a descrição de alguns cenários particulares – mas que eventualmente podem ser visualizados em outras realidades. Os autores relatam que, na Colômbia, uma prática muito comum – e eticamente no mínimo duvidosa – é o pagamento de bônus aos jornalistas que conseguem patrocinadores, isto é, realizam vendas de anúncios em jornais ou na grade de programação das emissoras de rádio. Independentemente dos meios pelos quais os jornalistas auferem seus rendimentos, há uma insatisfação generalizada com os vencimentos: 80% dos profissionais colombianos acreditam que a profissão é mal paga e 44% deles precisam completar a renda trabalhando em mais de uma função.

Segurança e liberdade da imprensa são ainda mais valorizadas pelos jornalistas colombianos. Conforme Arroyave e Barrios (2012), 86% dos entrevistados presenciaram um colega sofrendo ou sofreram agressão em função da profissão, e sete em cada 10 jornalistas temem por suas vidas, o que faz com quem muitas notícias sejam publicadas sem assinatura. Ainda que o caso colombiano receba esse destaque, a autonomia jornalística na América Latina está em risco em uma série de países, conforme apontaram Amado *et al.* (2016) a partir de relatório da organização Repórteres Sem Fronteiras. México, Venezuela e Colômbia lideram o ranking que mede a sensação de autonomia entre os jornalistas, seguidos por Equador e Brasil.

Do Caribe ao Cone Sul, os relatos provenientes de Colômbia e Chile são exemplos típicos da realidade dos jornalistas latino-americanos. Esse recorte geográfico, político e econômico também é usado como plano de fundo na investigação de Amado *et al.* (2016), que condensam dados a respeito dos perfis de jornalistas na América Latina. Em termos demográficos, os pesquisadores concluem que estes profissionais são, em sua maioria, brancos ou pardos, com um pouco mais de trinta anos, possuem diploma de ensino superior em

Comunicação ou Jornalismo, trabalham em um meio de comunicação e não são sindicalizados. Há predominância de profissionais entre 28 e 35 anos e as mulheres representam cerca de 40% do total de jornalistas, número que está em ascensão.

Os autores ainda apresentam outras características representativas deste grupo: cerca de 85% dos jornalistas latino-americanos se identificam com a centro-esquerda política, outros 85% atuam na iniciativa privada e uns 30% têm um trabalho fora da área do jornalismo. Quanto à divisão da categoria dentro do campo de atuação, 30% trabalham em jornais diários, 27% em emissoras de rádio, 21% na mídia televisiva e 13,4% em meios digitais. Em termos de valores profissionais, na América Latina é quase unanimidade a ideia de que o jornalismo deve cumprir o papel de vigilante dos poderes e da sociedade (AMADO *et al.*, 2016).

A sindicalização em queda, assim como observado em outras regiões, também é um fator constatado na América Latina, onde apenas 29,1% dos jornalistas são filiados a sindicatos. Conforme Amado *et al.* (2016, p. 14, tradução nossa), essa circunstância “não somente limita a capacidade coletiva de ação, mas, sobretudo, deixa um alto grau de desproteção diante das agressões internas e externas da profissão”.

O tema da sindicalização assume protagonismo na pesquisa que Zamora (2021) realizou no começo da pandemia da Covid-19 junto aos jornalistas da América Latina. A autora se propôs a identificar o perfil dos profissionais que estavam atuando na cobertura da pandemia e suas condições de trabalho. Concluiu, por exemplo, que 93% deles não eram filiados a sindicatos, o que se mostrou ainda mais grave para a categoria em um momento no qual 35% dos jornalistas foram demitidos e parte dos que permaneceram trabalhando tiveram redução de 50% nos salários (ZAMORA, 2021).

Na *survey* que realizou com 2,1 mil jornalistas da região, Zamora (2021) ainda apontou que, em junho de 2020 – quatro meses depois do primeiro registro de caso de Covid-19 na América Latina, identificado no Brasil – 73% dos profissionais entrevistados não contavam com material para higienizar os equipamentos de trabalho, e 48% sequer recebiam máscaras das empresas para as quais trabalhavam. Ao todo, 81% se sentiram emocionalmente afetados durante a cobertura da pandemia.

Os resultados observados por Zamora (2021) na América Latina – ainda que contenham particularidades do jornalismo latino-americano, de fato podem ser visualizados também em escala global. Proposta similar de investigação desenvolvida na Bélgica (LIBERT; LE CAM; DOMINGO, 2021) mostrou que a pandemia gerou emoções negativas entre os profissionais, especialmente solidão, estresse ou formas de ansiedade, além de medos sobre a condição de

trabalho e desconforto. Porém, ao mesmo tempo, também reforçou o sentimento de valorização do ofício entre os profissionais. Os autores do estudo europeu apontam que essa aparente contradição pode ser o sintoma de um processo mais longo e contínuo de precarização, no qual a pandemia revelou a degradação do trabalho e as angústias dos profissionais. Ao mesmo tempo, fez com que os jornalistas assumissem de maneira mais clara um discurso coletivo de valorização do trabalho.

A conjuntura dos últimos 10 anos revela algumas convergências que, ao menos no contexto dos BRICS e da América Latina, parecem ajudar a definir o estado atual da profissão. Os estudos mencionados atestam que o jornalismo nesses países se tornou um ofício exercido predominantemente por jovens, grupo esse que em grande possui algum tipo de diploma de ensino superior – não obrigatoriamente na área de jornalismo. A participação feminina na profissão vem crescendo significativamente em um movimento que aponta para a paridade numérica entre homens e mulheres jornalistas. Apesar disso, é dificultado a elas alcançar cargos de chefia.

Tanto no caso dos BRICS quanto no contexto latino-americano, é aspecto compartilhado pelo mundo do trabalho dos jornalistas em todos esses países, a partir dos estudos mencionados, o crescente desinteresse pela sindicalização. O fenômeno não afeta toda a classe de maneira uniforme, mas especialmente os jornalistas mais jovens – o que em termos de projeção se torna preocupando visto que a esse grupo se tornou maioria nos quadros profissionais em seus países.

De modo geral, essas confluências atestam que a profissão de jornalistas vem se transformando de maneira semelhante em países que compartilham contextos similares. A simultaneidade e paridade dessas mudanças se concentra em aspectos sociodemográficos, como as questões de gênero, idade e formação – com exceção da dessindicalização, tema político. Já os valores profissionais variam sensivelmente de acordo com o contexto político vivido em cada país, embora o caso da China seja o mais proeminente, com os jornalistas negando a objetividade e a imparcialidade e relativizando a independência (ZHOU; XU; LI, 2015).

A questão salarial, por sua vez, não é um problema para os jornalistas na Rússia, Índia e China, onde os profissionais afirmam estar contentes com seus vencimentos. Nos BRICS, além do Brasil – (MICK, LIMA, 2013; PAIVA; GUERRA; CUSTÓDIO, 2015) – apenas a África do Sul compartilha o problema dos baixos salários. De fato, essa parece ser uma característica mais comum aos jornalistas latino-americanos, onde a remuneração baixa é recorrente em praticamente todos os países (ARROYAVE; BARRIOS, 2012; MELLADO,

2012b; CAÑIZÁLES; PAZ, 2016; ODRIOZOLA-CHENÉ, *et al.*, 2016; MOREIRA, 2016; MÁRQUEZ-RAMÍREZ; HUGHES, 2016).

A partir desse panorama que partiu inicialmente de uma análise global e tentou, ao final, aproximar o foco para a realidade latino-americana, passando nesse caminho pelos BRICS, é possível entender em que posição se situa o jornalismo brasileiro no cenário internacional e regional. Munidos dessas necessárias noções conjunturais sobre a categoria, em seus aspectos políticos, econômicos, de trabalho, sociodemográficos e éticos, podemos agora avançar para a visualização da realidade dos jornalistas brasileiros e, finalmente, daqueles que atuam no Rio Grande do Sul.

1.2 A SITUAÇÃO DOS JORNALISTAS NO BRASIL

No Brasil, pesquisas sobre a profissão de jornalista ganharam força nos anos 1990, mas realmente se consolidaram a partir da década de 2010 (PONTES; MICK, 2018). Por opção, recuperamos e destacamos a seguir alguns desses estudos, particularmente aqueles cuja abordagem se alinha e inspira nossa proposta de pesquisa. Entre as investigações iniciais, se destaca o estudo de Herscovitz e Cardoso (1998), resultado de uma *survey* com 350 jornalistas brasileiros, que revelou características do ofício e indicou tendências para a profissão. Os autores constataram ampla maioria de profissionais brancos entre os respondentes, apontaram para a predominância de jovens e que os salários das jornalistas mulheres eram menores que de seus colegas homens, mesmo tendo mais experiência. Herscovitz e Cardoso (1998) ainda registraram outros aspectos importantes da categoria, como a tendência para um posicionamento político de centro-esquerda, o desejo de permanência na profissão, o alto índice de satisfação com o trabalho, os baixos níveis de sindicalização e associativismo e a ainda incipiente prática do duplo emprego, à época restrita a 15% dos respondentes.

Em atualizações e novos olhares sobre o tema nos anos seguintes, Herscovitz fez outras constatações. Registrou que o jornalista brasileiro era, por padrão, um homem de 38 anos, branco, de classe média, católico, casado e com tendências ao espectro ideológico de esquerda. Recebia salários baixos, mas estava satisfeito com o emprego (HERSCOVITZ, 2005). Entre jornalistas brasileiros do Estado de São Paulo, verificou a dificuldade que eles tinham em interpretar e analisar informações em sua rotina de trabalho, dadas características e condições do mercado, como a pressão dos prazos, a pouca comunicação com os supervisores e as políticas editoriais (HERSCOVITZ, 2004).

Também em São Paulo, Rocha (2004) voltou suas atenções para as jornalistas mulheres. A autora registrou o aumento da participação feminina no jornalismo brasileiro a partir do fim dos anos 1980 até o começo dos anos 2000 e já indicou a tendência para a feminização da profissão. Esse crescimento, segundo ela, nasceu do processo de profissionalização do jornalismo, marcado pela criação de cursos superiores, sindicatos, associações, inovação tecnológica e a demanda por qualificação no mercado de trabalho. Rocha (2004) percebeu que entre o fim dos anos 1990 e começo dos anos 2000, as mulheres eram minoria em todos os campos de atuação do jornalismo no Brasil, e ganhavam cerca de 5% menos em postos semelhantes, mas em 2001 elas já eram 44% dos jornalistas no país.

Na leva de estudos mais recentemente e já assentados sobre uma sólida base de comparação, Herscovitz (2012) voltou a identificar as características dos jornalistas brasileiros. A autora indicou, com base em estudo não estatístico, que o jornalista brasileiro típico tinha 39,8 anos, era branco, homem e casado, com dois filhos e cerca de 15 anos de experiência. Politicamente tendia ao espectro da esquerda ou centro e, em geral, estava em geral satisfeito com o trabalho.

Já em 2013, Figaro, Nonato e Grohmann publicam um dos principais referenciais, seja em termos teóricos ou metodológicos, das pesquisas sobre perfil dos jornalistas na última década. A análise dos autores se dá a partir de profissionais que atuam em São Paulo, mas os resultados colaboram na elucidação das práticas e da realidade da categoria de modo geral. Entre as principais considerações estão a de que a jornada de trabalho em média durava entre 8 horas e 10 horas por dia, que os salários da maioria dos jornalistas estavam entre R\$ 2 mil e R\$ 6 mil, e que a estabilidade na carreira – compreendida como a obtenção de empregos com carteira assinada – era menos comum entre os mais jovens, que, então, eram os mais afetados pelas diversas formas de precarização (FIGARO; NONATO; GROHMANN, 2013). Ainda, os autores observaram o aumento no ritmo de trabalho e redução de pessoal nas equipes e a predominância de um perfil demográfico já constatado em outras pesquisas anteriores e posteriores: pessoas brancas, de classe média e com acesso a bens culturais. Além disso, confirmaram a tendência observada por Rocha (2004) e indicaram que a maioria dos jornalistas eram mulheres, sem filhos e versáteis em várias plataformas.

Todas essas ponderações são consolidadas e aparecem de maneira límpida no Perfil do Jornalista Brasileiro (MICK; LIMA, 2013). Por se tratar de um estudo em larga escala, desenvolvido com base em um questionário aplicado a profissionais de todos os Estados, ele pode ser considerado um dos principais panoramas nacionais sobre as condições do exercício

do jornalismo, e o resultado dessa amplitude é um dos pontos fortes do estudo. Além de se constituir como um diagnóstico sobre aquele momento, serve como um ponto de referência para investigações que são realizadas hoje, de modo que é possível mensurar as transformações no jornalismo.

Em termos concretos, o Perfil do Jornalista Brasileiro (MICK; LIMA, 2013) apontou também para a reduzida presença de negros na profissão em comparação com o cenário demográfico nacional, que mais da metade dos jornalistas trabalhavam mais de oito horas por dia, que 25% dos profissionais tinham mais de um emprego na área e metade ingressou no ofício nos cinco anos anteriores ao da realização da pesquisa. Com base nessas e outras constatações, o estudo produziu resultados que serviram como parâmetro para várias outras investigações, fornecendo dados socioeconômicos, demográficos e sobre o trabalho dos jornalistas.

Dado seu impacto no universo da pesquisa do campo nessa década, o Perfil do Jornalista Brasileiro foi atualizado recentemente, resultando na publicação de uma edição com dados referentes ao ano de 2021 (LIMA *et al.*, 2022). Esta versão constata que as mulheres seguem sendo a maioria entre os profissionais do campo, apesar de se notar uma redução nesse predomínio, em comparação com a pesquisa de 10 anos antes. Em grande parte, a profissão é composta por mulheres brancas, solteiras e com até 40 anos. Em termos de renda, 60% dos jornalistas brasileiros recebem menos que R\$ 5,5 mil por mês, apesar de 42,3% dos trabalhadores terem ensino superior completo. Ainda, o fenômeno da precarização do trabalho, já apontado na pesquisa de 2012, aparece com bastante intensidade na investigação mais recente, cenário acentuado pela pandemia da Covid-19 (LIMA *et al.*, 2022, para todos os dados do parágrafo).

Ao longo dessa década, outras tantas publicações tiveram como objeto os trabalhadores do jornalismo, cada uma abordando aspectos variados sobre o exercício profissional. É notável, por exemplo, a detalhada investigação de Figaro, Nonato e Grohmann (2013), que tratam da transformação no trabalho jornalístico, realizando, para tanto, uma pesquisa sobre o perfil do jornalista no Estado de São Paulo. Os resultados apontados pelos pesquisadores são corroborados em estudos subsequentes, independentemente de serem regionais ou não: os jornalistas são uma categoria formada por jovens profissionais, atuam sem vínculo empregatício ou de maneira terceirizada, trabalham muitas horas e têm salários baixos. Além disso, a maioria ocupa funções fora da mídia – como assessores de imprensa – e atua seguindo princípios do marketing na veiculação de informações.

Como parte do desafio de pesquisa a que se propuseram, Figaro, Nonato e Grohmann (2013) atrelam a cristalização desse perfil profissional ao acúmulo de transformações ocorridas no campo do jornalismo nos últimos anos. Os autores identificam três grandes marcos no jornalismo brasileiro, cujos impactos atuam diretamente na construção do perfil de jornalista que se observa no Estado de São Paulo: 1) a modernização dos jornais, o advento da televisão e da cultura audiovisual nos anos seguintes ao fim da 2ª Guerra Mundial; 2) a criação de faculdades de jornalismo, a exigência do diploma para exercício profissional e o fortalecimento da indústria cultural no país, nos anos 1960 e; 3) a introdução de tecnologias, surgimento e transformação de mídias, que se inicia nos anos 1980. Também em contextos mais específicos, Nonato (2018), ao investigar o perfil dos jornalistas das periferias de São Paulo, identifica o perfil de jornalistas que atuam em arranjos alternativos e situados à margem da grande mídia, apontando para a alta quantidade de jovens na profissão, recém-formados, em sua maioria mulheres.

Nos anos seguintes e atentos ao cenário nacional, Paiva, Guerra e Custódio (2015) apontaram para um equilíbrio entre homens e mulheres na profissão, embora às jornalistas fosse dificultada a ocupação de postos de chefia nos jornais. À época do estudo, a maioria dos profissionais tinha contratos de longa duração, balizados pela Consolidação Federal das Leis Trabalhistas (CLT), o que não se aplicava aos jovens profissionais, que também expressaram descontentamento com seus salários e tendiam a permanecer menos tempo em seus empregos.

Ainda em tema salarial, as mulheres jornalistas parecem ser especialmente mais prejudicadas. Para elas, a desvalorização é ainda maior, já que trabalham mais e recebem menos (THIBES; NICOLETTI, 2017). Essa realidade parece se repetir em todas as faixas etárias e funções, como aponta Pontes (2017). Em pesquisa realizada a partir dos dados do Perfil do Jornalista Brasileiro (MICK; LIMA, 2013), o autor identificou que as mulheres têm menos acesso a benefícios e não usufruem das mesmas recompensas que homens que ocupam o mesmo cargo na mesma empresa.

A trajetória profissional das jornalistas mulheres também foi estudada por Kikuti e Rocha (2018). É especialmente interessante o dado levantado pelas pesquisadoras de que, entre 2012 e 2017 – recorte temporal do estudo – mais da metade das mulheres jornalistas abandonou o ofício. Essa evasão, segundo as autoras, pode ser explicada por fatores já mencionados, tais como a menor remuneração em comparação com jornalistas homens em cargos semelhantes, a alta carga horária de trabalho e um acúmulo maior de atividades em comparação com os profissionais do sexo masculino. Por outro lado, uma parcela das mulheres que deixou de atuar

no mercado da comunicação se transferiu para a carreira docente, “tipo de emprego que costuma dar mais estabilidade e melhores salários” (KIKUTI; ROCHA, 2018, p. 13).

Em outro estudo regionalizado, Dantas (2019) identificou o impacto das condições de trabalho e das relações entre patrões e empregados no contexto jornalístico do Rio Grande do Norte e do Distrito Federal. Por meio de questionários e entrevistas, a pesquisadora constatou que a maioria dos respondentes apresenta condições ou doenças relacionadas ao exercício profissional. Dores de cabeça, dores nas costas, pescoço, braços ou perna, lesão por esforço repetitivo (LER), gastrite, fadiga visual e insônia estão entre as principais doenças mencionadas pelos jornalistas consultados na pesquisa (DANTAS, 2019). A saúde dos jornalistas também foi objeto de estudo de Pontes e Lima (2019). A partir de uma *survey* realizada com mais de 1,2 mil jornalistas, os pesquisadores constataram que a maioria dos entrevistados (57%) se diz estressado, com 37% deles recebendo diagnóstico de estresse. Outros 16% receberam diagnóstico de transtorno mental e 24% de LER. Ainda 26% afirmaram fazer uso constante de antidepressivos (PONTES; LIMA, 2019).

Além dos problemas de saúde, a precarização do trabalho jornalístico se expressa no quesito salarial. Thibes e Nicoletti (2017) rastream a evolução salarial dos profissionais da área, no Brasil, entre 2005 e 2015. Além de constatarem rotatividade dos empregos, alto número de demissões e redução dos cargos ligados ao jornalismo, os pesquisadores identificaram uma baixa valorização salarial. No recorte estudado, a investigação apontou que houve aumento real menor que R\$ 25 por ano. Por outro lado, Pontes e Mick (2018) constatam que houve aumento na média salarial dos jornalistas entre 2012 e 2017, observado a partir de pesquisa feita com os participantes do Perfil do Jornalista Brasileiro (MICK; LIMA, 2013).

Pontes e Mick (2018) observam ainda que quatro em cada dez jornalistas atuam fora do jornalismo. Para os autores, alguns fatores ajudam a explicar essa realidade: a redução na quantidade de vagas e o aumento no número de profissionais no mercado, o abandono da profissão por desistência, o retorno financeiro baixo em comparação com o custo de vida, as outras possibilidades de atuação que atraem jornalistas formados e a desvalorização editorial e financeira das empresas jornalísticas, que acarreta juvenilização dos cargos (PONTES; MICK, 2018).

Se as investigações mencionadas até então fornecem um necessário ponto de partida a respeito das condições de trabalho dos jornalistas brasileiros, o estudo de Nicoletti (2019) permite a promoção de reflexões ainda mais profundas e complexas. Além de constatar as condições de trabalho e as rotinas dos jornalistas brasileiros, a autora propõe, organiza e testa

um modelo de análise a partir do qual é possível associar a existência dessas condições com a qualidade da informação veiculada pelos produtos jornalísticos. Dessa observação, a autora aponta que as escolhas editoriais do veículo de comunicação são fatores centrais para a percepção das correlações entre precarização e qualidade do trabalho jornalístico. Segundo Nicoletti (2019), tais diretrizes atuam sobre diversos aspectos da rotina profissional, como a edição, cobertura, seleção de fontes, o que impacta na autonomia, recursos e equipamentos disponíveis, influências e interferências, tempo disponível para checagem e finalização dos trabalhos dentro do horário de expediente, bem como com o adoecimento.

Essa curta recuperação de pesquisas sobre o perfil dos jornalistas brasileiros – em contextos específicos ou regionais – é um recorte cujos exemplares parecem se complementar e indicar a direção para a qual o jornalismo profissional seguiu ao longo das últimas décadas. E essa convergência da literatura não leva a outra conclusão senão para a visualização da consolidação e diversificação das formas de precarização do trabalho, seja por meio dos frágeis vínculos empregatícios, dos ambientes de pressão e de pressão, dos salários incompatíveis com as longas jornadas de labor, do machismo ou dos problemas de saúde que afetam os jornalistas e as jornalistas.

1.3 OS JORNALISTAS GAÚCHOS: DAS RAÍZES AOS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

As pesquisas históricas sobre o jornalismo no Rio Grande do Sul são um ponto de partida necessário para se compreender o processo de constituição do campo na forma como podemos observá-lo hoje, um esforço que se alinha à perspectiva proposta por Marialva Barbosa (2016; 2018). Para a autora, a realidade que vivemos hoje não é nada senão a continuidade do passado, a extensão daqueles acontecimentos e pensares que entendemos como superados.

Nessa linha, os estudos de Jardim (1990), Rüdiger (2003) e Petrarca (2007) nos ajudam a compreender a evolução da profissão de jornalista no RS ao longo dos anos, bem como a transformação dos valores, identidade profissionais e de suas condições de trabalho. Fazemos isso olhando para as raízes do ofício de jornalista no RS, aqui compreendido como emergente a partir de finais do século XIX, quando surge a primeira organização profissional da categoria, em Pelotas (RÜDIGER, 2003).

Uma vez que a maior parte dos veículos de comunicação era financiada por partidos políticos (RÜDIGER, 2003), escrever em jornais era uma tarefa proselitista, à qual se

dedicavam aqueles que buscavam ocupar um espaço de destaque na cena política, apontam Rüdiger (2003) e Petrarca (2007). Havia, contudo, uma vertente minoritária, mas ainda assim expressiva, de trabalhadores que atuavam em defesa da causa operária, no chamado jornalismo operário, feito pelos próprios funcionários das fábricas (JARDIM, 1990). Em ambas vertentes, eram de fato os jornalistas aqueles que de alguma maneira ocupavam a elite cultural de seus círculos sociais, e tinham no jornalismo uma segunda ocupação, decorrente do objetivo natural para os redatores da época, a propagação de ideologias.

Os valores daquele jornalismo eram distintos dos pregados atualmente. Essencialmente opinativo, ele requeria de seus redatores o posicionamento pessoal nos textos, o que era visto com naturalidade, como é possível visualizar no estudo de Campos e Machado (2021). O ponto de inflexão em direção aos princípios da imparcialidade e da neutralidade, baluartes do jornalismo no século XX, ocorre no fim dos anos 1890, como propostas dos jornais Correio do Povo e Correio Mercantil, que promovem uma ruptura no modelo de negócio do jornalismo gaúcho investindo num formato conhecido como informativo ou comercial (RÜDIGER, 2003; BURKHARDT, 2006; STRELOW, GRUSZYNSKI e HOHLFELDT, 2021).

Quanto às condições de trabalho daquele período, Strelow, Gruszynski e Hohlfeldt (2021) relatam que desde o período imperial havia relatos de agressões aos profissionais dos jornais, o que aumentou nos primeiros anos da República e se acentuou na Revolução Federalista, diz Rüdiger (2003), com o fechamento de jornais e assassinatos de diretores. No ambiente de trabalho, havia alto grau de amadorismo e a divisão de tarefas era exceção nos jornais político-partidários (RÜDIGER, 2003, BURKHARDT, 2006). Nos jornais operários, Jardim (1990) aponta que as redações jornalísticas como se conhece hoje inexistiam, sendo apenas um local administrativo para montagem e seleção de textos que já chegavam prontos, em formato de cartas, recados ou relatos dos redatores. A profissionalização das redações e o pagamento de salários realmente só começam acontecer com frequência e se tornar regra mais perto do fim do século XIX, com o fortalecimento do modelo de negócio proposto pelo Correio do Povo (BURKHARDT, 2006).

Avançando mais de um século na história do jornalismo no RS, pesquisas recentes contribuem para visualizar os estágios recentes do desenvolvimento da profissão no Estado e indicam traços sobre a realidade do ofício na contemporaneidade. Para acessar esse recorte mais próximo dos dias atuais, recorreremos a teses, dissertações e artigos em periódicos publicados na última década no Brasil e que versam sobre o jornalismo ou os jornalistas gaúchos. Além dessa revisão sistemática limitada ao último decênio, consideramos também pesquisas pretéritas a

esse recorte, selecionadas por opção, que contribuem para a compreensão das condições e características do campo jornalístico gaúcho.

Um dos aspectos que caracterizam o jornalismo gaúcho é a resistência das publicações impressas. Conforme o anuário *Mídia Dados de 2022*, pesquisa promovida pelo Grupo de Mídia, a circulação de jornais impressos vem caindo ininterruptamente desde 2012 no país, quando circulavam em média 5,3 mil tiragens por dia em território nacional, número que chegou a 1,9 mil em 2021. O cenário de involução na circulação dos jornais impressos também atinge a mídia gaúcha, como registra Oliveira (2022), mas ainda é notável a proporção que esse tipo de plataforma assume no RS em comparação com o restante do país. De acordo com a mesma edição do *Mídia Dados*, 13,9% dos jornais impressos do país se concentram no Rio Grande do Sul, percentual que deixa o Estado atrás apenas de São Paulo (33,4%) e Rio de Janeiro (20,1%).

Atenta a esse cenário, Oliveira (2022) elenca algumas razões pelas quais o jornalismo impresso é ainda um tipo de mídia notável no RS e a plataforma preferida por muitos veículos de comunicação. A pesquisadora aponta que, embora a tradição e a valorização do jornalismo em meio físico ajudem a explicar essa resiliência, parte da permanência se deve à dificuldade dos gestores em elaborar modelos rentáveis de subsistência no ambiente on-line, razão pela qual optam por permanecer investindo no formato físico. Em geral, diz Oliveira (2022), as empresas encontram dificuldade de monetizar a operação on-line e manter a equipe capacitada, o que cria um cenário um tanto contraditório para os gestores, que conseguem identificar a queda na rentabilidade do impresso e a necessidade de convergência ao espaço on-line, mas ainda tem no meio físico sua principal fonte de financiamento. A percepção, pelos gestores, de que o público não está acostumado com o ambiente digital é outra explicação listada pela autora, somada à ideia de que assumir a migração para o digital aceleraria a derrocada do impresso, e também, à evidente afetividade cultivada pelos proprietários de jornais com o meio físico, conclui a autora.

A pesquisa de Parzianello (2022) fornece explicações de outra matriz. Ao estudar veículos das regiões Oeste e Noroeste do RS, o autor constata que os impressos conseguem pautar temas que interessam à comunidade, equilibrando interesses da população em geral com o das elites, “promovendo o diálogo com as elites, e não o monólogo delas” (PARZIANELLO, 2022, p. 17), o que de alguma forma demonstra compromisso com suas localidades, aponta o autor. Em outras palavras, o jornalismo impresso nessas porções do interior tem assumido papel intervencionista e de transformação, abrindo espaço para camadas menos privilegiadas da sociedade e atenta à agenda popular, divulgando conteúdos atinentes a instituições e festas

locais, ações comunitárias e orientações para a população (PARZIANELLO, 2022). Tal vinculação local de alguma forma também aparece no radiojornalismo de interior (AVRELLA, 2014), mas também foi a receita empregada pelo Grupo RBS na implantação do Diário Gaúcho, lançado no começo do século e objeto do estudo de Magalhães (2015). Comercializado em bancas, sem assinatura, com circulação principalmente na região Metropolitana de Porto Alegre e vendido a preços mais baixos que Zero Hora, o outro jornal do Grupo RBS, o Diário Gaúcho foca nas classes populares e na proximidade com o público, apostando em valores como a utilidade, a proximidade e o entretenimento (MAGALHÃES, 2015).

Para além da tradição e cultura dos impressos, o jornalismo gaúcho também pode ser observado pelas dinâmicas envolvendo os profissionais que nele trabalham. Elmi (2014), por exemplo, identifica e analisa a prática do duplo emprego entre os jornalistas gaúchos, isto é, aqueles que atuam simultaneamente em um veículo de comunicação noticioso e conciliam essa atividade com trabalhos em assessorias de imprensa. Ao entrevistar alguns desses jornalistas, o autor avalia que o duplo emprego nasce de uma condição econômica de baixa remuneração somada à precarização das demais esferas da profissão, sendo assim uma forma de complementar a renda e garantir uma estabilidade financeira mínima, muito embora incorra em conflitos éticos.

A precarização do trabalho jornalístico também é estudada por Campos (2022), tendo como questão de fundo a inserção de estudantes de jornalismo em oportunidades de estágio. Sob a perspectiva da interseccionalidade e compreendendo o mundo do trabalho jornalístico enquanto um espaço permeado pelo neoliberalismo, Campos (2022) descreve e analisa o início das trajetórias profissionais de cinco estudantes de jornalismo no RS, todas mulheres e estagiárias. As observações ilustram a composição do mercado do jornalismo e os desafios de jovens jornalistas gaúchos. A autora constata que as estagiárias chegam ao campo cultivando o ideal do jornalista que atua na mídia e trabalha em redações e, portanto, almejam esses postos, mas se deparam com um mercado raro em oportunidades nesse segmento. Por questões de sobrevivência, se voltam aos postos fora da mídia, que são mais abundantes. A adaptação à realidade do mercado também fez com que as estagiárias observadas por Campos (2022, p. 156) naturalmente se adequassem aos princípios neoliberais, em um esforço para poder conciliar suas próprias crenças às regras da competição neoliberal no mercado, “o que se estabelece involuntariamente pela falta de alternativas em vislumbrar uma garantia de empregabilidade”. Cabe sublinhar ainda a constatação de Campos (2022) sobre o comportamento sexista do mercado que mina a confiança das jovens jornalistas mulheres: mesmo em um momento inicial

da profissão, na qual ainda são estagiárias e em fase de introdução, desacreditam de seu próprio potencial e, por isso, sentem a permanente necessidade de buscarem capacitações adicionais para serem ouvidas e respeitadas.

Essas dificuldades que se apresentam às mulheres jornalistas não cessam quando elas são efetivadas, deixando a condição de estagiárias. Campo e Parzianello (2022) entrevistaram 13 mulheres jornalistas com idade entre 23 e 48 anos e que atuam no RS para identificar como o gênero gera implicações no exercício da profissão. A conclusão não é surpreendente: de diferentes formas, todas sofrem violência no ambiente do trabalho, o que é agravado pela autocensura em denunciar essa opressão. Perante o medo da demissão, de não conseguirem se recolocar no mercado de trabalho de serem desacreditadas pelos chefes e colegas, elas se calam. “Com esses medos, as vítimas optam pelo silêncio diante das condutas abusivas e desrespeitosas do agressor, pois acreditam que com o tempo as situações constrangedoras se acalmam” (CAMPO; PARZIANELLO, 2022, p.17).

Outros aspectos importantes para visualizar as dinâmicas de colocação no mercado de trabalho jornalístico gaúcho e as condições de atuação desses profissionais são as habilidades e competências requeridas dos jornalistas. Petrarca (2008) aponta que a inserção e o êxito dos profissionais no jornalismo no RS dependem do diploma, mas não apenas. Para a autora, a colocação no mercado é resultado de um conjunto de saberes adquiridos em várias esferas sociais, que ela define como padrões de associação de recursos, como a família, a convivência nas redações e a militância política. A autora entrevistou jornalistas em cargos de chefia de redações no RS e concluiu que “a capacidade de mobilizar diferentes inserções e converter recursos provenientes de espaços sociais diversos apresentou-se como uma garantia de ‘sucesso’ no jornalismo e uma das principais estratégias de valorização do título universitário” (PETRARCA, 2008, p. 2, grifo nosso). O acesso à cultura no seio familiar, por exemplo, é um desses capitais que tendem a ajudar na colocação dos jornalistas no mercado de trabalho futuramente.

Mas o peso da vinculação a movimentos políticos, antes ou durante o trabalho jornalístico, na colocação no mercado de trabalho jornalístico gaúcho é um dos pontos em que há divergência na literatura. Petrarca (2008b; 2008c; 2009) deixa clara sua posição de que a atuação política pode ser vista como um recurso importante para a ocupação de posições de chefia em diferentes espaços do campo jornalístico no RS. Ela destaca que o capital acumulado na militância política não apenas complementa as carreiras jornalísticas, mas é crucial para compreender o rumo de suas trajetórias, uma vez que as relações tecidas nesse meio podem ser

acionadas a qualquer momento no trabalho jornalístico. Ou seja, para a autora, a experiência na militância não garante ao jornalista gaúcho apenas a possibilidade de alcançar cargos de confiança nos poderes públicos, em entidades sociais ou conseguir furos de reportagem, mas também ajuda o jornalista a ampliar sua visão e compreensão sobre o mundo, a criar mais relações com outras pessoas.

Essa visão contrasta com estudo de Garcia (2020), que investiga trajetórias de jovens jornalistas, atento especialmente à correlação entre o comportamento militante desses profissionais e seu posicionamento no mercado de trabalho. O autor percebe que, entre os jornalistas que possuem disposições críticas, para o conflito e para militância política, há mais dificuldade em se enquadrar na mídia tradicional e conseguir oportunidades de trabalho. Entre os demais, que o autor classifica como tendo disposições práticas, por outro lado, o enquadramento na mídia tradicional é facilitado e as chances de encontrar trabalho são maiores. Há correlação nessas conclusões com a percepção de Campos (2022) sobre o quanto o ambiente do jornalismo gaúcho seleciona e direciona a formação do caráter e das competências dos profissionais para as necessidades do ambiente de trabalho, com forças coercitivas que atuam principalmente sobre os jovens jornalistas.

De maneira resumida, a recuperação e discussão de algumas pesquisas sobre o jornalismo gaúcho revelam a evolução do campo profissional, desde suas raízes no final do século XIX até os desafios contemporâneos. Dentre outros aspectos passíveis de menção e constantes na literatura, destacamos aqui aqueles que de alguma maneira iluminam alguns ambientes e relações do jornalismo gaúcho, como a própria história da profissão, a cultura do jornalismo impresso, as dificuldades postas a jovens jornalistas e às jornalistas mulheres e o rol de habilidades e conhecimentos capazes de conduzir os profissionais a posições de destaque no campo.

2 O MUNDO DO TRABALHO EM TRANSFORMAÇÃO: OS ASPECTOS CONJUNTURAIS DA CRISE NO JORNALISMO

Qualquer tentativa de análise sobre algum fenômeno social consiste, finalmente, em um recorte, o congelamento de características em um determinado contexto. Construir essa imagem sumária requer então uma compreensão conjuntural, passo anterior para a produção do conhecimento científico, com mais ênfase àquele que se debruça sobre aspectos sociais, culturais, econômicos, políticos ou de quaisquer outros campos que concedam atenção central aos fenômenos humanos.

Falar sobre questões de vida e trabalho dos jornalistas do Rio Grande do Sul é uma tarefa que demanda essa preocupação conjuntural. Do contrário, corremos o risco de trilhar um caminho de pesquisa que nos afaste de um propósito científico mais abrangente. É preciso, antes de adentrar nas questões específicas de nossa profissão visualizar a amplitude dos fenômenos que caracterizam o trabalho precário em nossa sociedade. Só por meio da tentativa de compreender essa totalidade é possível visualizar como ela atua no cenário particular dos jornalistas gaúchos, e, com sorte, gerar contribuições que enriqueçam a concepção sobre as relações de trabalho na contemporaneidade.

Aqui, nossa estratégia na direção dessa contextualização consiste inicialmente em construir uma visão sobre a atual situação do mundo do trabalho. É o momento em que apresentamos perspectivas sobre as relações de trabalho, precarização e a racionalidade por trás da economia política contemporânea. Uma vez assentada essa percepção, preenchamos as condições para avançarmos na compreensão do contexto específico das condições de vida e de trabalho dos jornalistas gaúchos. Em outras palavras, permite que situemos o estado atual sem perder de vista a historicidade que ele carrega.

2.1 O TRABALHO DEGRADADO

O que mudou na forma como nossos avós e pais trabalhavam, no século 20, para a maneira como nós trabalhamos hoje, já na segunda década do século 21? A presença ubíqua da tecnologia nas rotinas produtivas e na vida dos trabalhadores é, sem dúvida, uma das diferenças mais perceptíveis nessa comparação e possivelmente é a primeira que nos vem à mente, mas basta um olhar mais demorado sobre essas duas realidades para visualizar uma série de outras questões que distinguem consideravelmente as formas de trabalho do século passado para aquelas que experimentamos hoje.

Se é razoavelmente consensual visualizar que se tratam de relações diferentes as vividas por essas gerações, as coisas ficam um tanto mais complicadas quando buscamos compreender em que momento se dá essa cisão. Isto é, qual é o ponto em que as empresas que nossos pais e avós trabalhavam se transformaram? Em qual ocasião de fins do século XX as coisas mudaram de tal forma que podemos hoje separar as formas de trabalhar do passado e as do presente. Em palavras, quando começa o tempo do trabalho presente?

Sennett (2009) ilustra essa transformação com base no caso da IBM, empresa de tecnologia estadunidense que prosperou durante o século XX. A companhia atingiu seu auge entre os 1970 e 1980, mas perdeu força perto dos anos 1990 e fez profundas mudanças internas que afetaram diretamente a relação com seus trabalhadores. Conhecida por manter certa relação paternalista com seus funcionários, a IBM mudou, diz o autor. Em um típico exemplo do conceito de “reengenharia” a que se refere Sennett (2009), a empresa fez cortes em benefícios oferecidos aos trabalhadores e demissões em massa, visando reduções orçamentárias e um reposicionamento no mercado.

Para além de cortes que buscassem recolocar a companhia no trilho que levou aos lucros obtidos nos anos anteriores, a mudança da IBM também foi planejada para rever a organização do trabalho interno, a sua forma de atuar. No lugar daquele regime industrial característico do século 20, bastante associado ao fordismo, entra uma filosofia de curto prazo, cuja palavra de ordem é flexibilidade, em nome de certa eficiência. Trabalhadores agora precisam ser flexíveis e adaptáveis às cambiantes necessidades da companhia, que pode mudar seu foco de produção a qualquer momento – fenômeno que Sennett (2009) chama de especialização flexível, uma das características desse estágio do capitalismo.

No caso da IBM, a mudança foi disruptiva e testemunhada pelos seus funcionários remanescentes, que tiveram de se dobrar às novas regras ou então abandonar seus postos. Empresas mais novas, porém, assim como trabalhadores que ingressaram mais recentemente no mercado, já iniciam suas trajetórias dentro dessa nova lógica na qual a IBM se inseriu, o capitalismo flexível a que Sennett (2009) se refere.

Nos parece que essa perspectiva lançada pelo autor é ponto crucial para entendermos a aparente distinção entre as formas de trabalho do “antes” e as do “agora. Na verdade, se trata de uma transformação conjuntural, paradigmática, que só pode ser explicada quando compreendida como um imperativo, requisito da nova economia política global que ascende na segunda metade do século 20.

Prova de que a flexibilidade nesses novos tempos é palavra-chave é a queda sistemática do modo de produção industrial vigente até então em favor da adoção de métodos que permitam mais versatilidade nas atividades. Sai do centro da cena o modo fordista de produção, que definiu a indústria na maior parte do século 20 e alavancou os desejos da modernidade, e entra em cena o modo toyotista de produção, mais condizente com as necessidades contemporâneas do capital. O sociólogo brasileiro Geraldo Augusto Pinto (2013) observa que já nos anos 1970 o fordismo/taylorismo passou a ser questionado à medida que mudanças econômicas e políticas estagnaram os ganhos gerados por tal filosofia aplicada nas indústrias, entrando em desconfiança e cedendo espaço para o modelo toyotista. Com base no conceito japonês, que preza por entregas mais rápidas e precisas por parte dos trabalhadores (*just in time*), o método foi amplamente adotado pelas empresas, especialmente naquelas de bens duráveis dos principais países capitalistas (PINTO, 2013).

Com o passar do tempo, o conceito por trás da ideia de que cada trabalhador deve fazer atividades de “execução, controle de qualidade, manutenção, limpeza, operação de vários equipamentos simultaneamente, dentre outras responsabilidades” (PINTO, 2013, p. 46), extravasou a produção industrial nas economias centrais e foi incorporado em países periféricos e no mundo do trabalho como um todo, aponta o sociólogo. A título de ilustração, no jornalismo essa transição é registrada por Nilson Lage.

A estrutura das redações está em transição. Da mesma forma que a rígida divisão de funções correspondia ao antigo modelo industrial americano - “cada qual fazendo apenas uma pequena coisa, fará melhor essa coisa” -, a tendência que se observa presentemente reflete a influência do modelo toyotista, da indústria japonesa: trata-se, em tese, de fazer com que cada trabalhador se integre no processo coletivo de produção, atento a todas as suas etapas, mantendo a individualidade e atuando inteligentemente em prol da qualidade do produto (LAGE, 2001, p. 21).

Já nos parece mais claro nesse momento, a partir dos autores ora citados, que a transformação nas formas de trabalho não se construiu abruptamente. Não há um momento específico, uma cisão repentina. Do contrário, é resultado da instalação de uma nova economia política, que gradualmente substituiu os princípios anteriormente vigentes – embora possa ser considerada um processo relativamente rápido, tendo em vista que representou um rearranjo quase completo do modo de organização e produção capitalista levado a efeito em apenas uma geração.

Rápido e ao mesmo tempo gradual, coeso e abrangente, intenso e articulado, o estabelecimento desse modo flexível de produção só pode ter se tornado predominante mediante uma ação bastante coordenada, uma irradiação de princípios que se vale da estrutura política e social para assegurar seu espaço e os interesses de seus signatários. Compreender como isso se

deu – e como se dá – é um passo a mais da direção de perceber a situação de trabalho dos jornalistas gaúchos.

2.1.1 As razões da mudança e a nova razão

O cerne da mudança econômica observada em fins do século 20 não tem um nome específico, uma razão social ou endereço. Porém, como um biólogo à procura de novas espécies, Sennett (2009) identifica o filo – ou a classe – da qual emana a energia que impulsiona a nova lógica. Para o autor, o zênite do capitalismo flexível pode ser visualizado em sua intimidade anualmente nas frias montanhas suíças de Davos, onde ocorre o Fórum Econômico Mundial.

O conceito de “hegemonia das finanças”, de Amaral (2018), parece ser adequado para definir esse grupo da elite econômica mundial e necessário para compreendermos as raízes das transformações e a edificação do estado atual das relações de trabalho. A hegemonia das finanças, aponta a antropóloga, é um grupo que atua com o objetivo final de acumular capital, buscando melhores e mais eficientes meios que ampliem lucros e reduzam despesas. Reflete a pesquisadora que, para tanto, essa elite busca fragilizar a organização coletiva dos trabalhadores, tornando-os vulneráveis e propensos a vender sua força de trabalho em condições cada vez mais precárias.

A compreensão da antropóloga converge com a visão de Sennett (2009) na medida em que atribui à tal hegemonia a condição de motriz da precarização. O autor estadunidense, por sua vez, enfatiza a forma como essas mudanças vêm ocorrendo, isto é, como se expressam na vida dos trabalhadores as intenções de Davos. Esse esforço de Sennett (2009) é particularmente interessante pois permite visualizarmos de maneira concreta as consequências do modo de produção capitalista vigente na vida dos trabalhadores. É um exercício de exemplificação que consegue ser ponderado e alarmante ao mesmo tempo, expondo as mazelas e fissuras do mundo do trabalho sem parecer conspiratório.

Essa virtude da análise de Sennett (2009) está atrelada à capacidade do autor de correlacionar com naturalidade os desejos da hegemonia das finanças com a situação de precarização dos trabalhadores. O direcionamento dos rumos dos proletários conforme as ambições da elite ocorrem, na visão do autor, principalmente por meio da filosofia da flexibilidade, o capitalismo flexível que passa a vigorar no fim do século passado. É com base nos princípios de tal economia que a precarização e o enfraquecimento da classe trabalhadora vão se acentuando.

Nessa compreensão, o agravamento da precarização dos trabalhadores é ocasionado pela assimilação dos efeitos do capitalismo flexível na rotina das empresas. Sennett (2009) aponta três elementos que são definidores do paradigma da flexibilização vigente: a reinvenção descontínua das instituições, a especialização flexível e a concentração sem centralização. O primeiro é um princípio segundo o qual as empresas precisam se rearranjar, se atualizar perante as novas formas de organização do trabalho. Busca-se romper com as estruturas piramidais que caracterizaram a indústria de moldes fordistas, em troca de uma estrutura em rede – na qual os “nós” podem ser substituídos sem maiores problemas. É o que o autor chama de reengenharia, caracterizada também por medir todos os resultados gerados pelos empregados. Ela gera demissões e desigualdades em nome da eficiência, que por sua vez, em muitas ocasiões, causa caos nas indústrias pois leva à perda do rumo da empresa.

A especialização flexível, indica Sennett (2009), é um elemento que força as empresas a serem cambiantes em sua atuação. Sensíveis a mudanças no mercado, elas precisam ter certo comportamento sazonal e ser capazes de alterar um produto ou as características desse produto de acordo com as tendências do mercado. Como consequência, se exige dos trabalhadores um rol de habilidades mais amplo, pronto para ser acionado a depender das circunstâncias.

Finalmente, diz Sennett (2009), a concentração sem centralização pode ser definida como a forma contemporânea de se cobrar resultados dos operários. Ela resulta da falsa dissolução da hierarquia no capitalismo flexível e se dá simulando uma liberdade para os trabalhadores ou grupos de trabalhadores. Na verdade, o que acontece é que a autoridade, a chefia, não está disposta da mesma forma que nas estruturas outrora tradicionais, de pirâmide, das indústrias. Ela está ali, mas aparece em forma de metas e de controle do cumprimento dessas metas, ambições essas que geralmente são impossíveis, não levam em conta a realidade de oferta e procura, aponta o autor. Elas existem somente para forçar o aumento de produção.

Estas, pois, são as forças que dobram as pessoas à mudança: reinvenção da burocracia, especialização flexível de produção, concentração sem centralização. Na revolta contra a rotina, a aparência de nova liberdade é enganosa. O tempo nas instituições e para os indivíduos não foi libertado da jaula de ferro do passado, mas sujeito a novos controles do alto para baixo. O tempo da flexibilidade é o tempo de um novo poder. Flexibilidade gera desordem, mas não livra das limitações (SENNETT, 2009, p. 69).

Somados, esses três fatores característicos do capitalismo flexível agem de forma a deteriorar o real valor do trabalho, fazer libertador do indivíduo e externalização de suas capacidades. Causam rupturas éticas, cegamentos que desnorream os operários e gradualmente os levam para um estado de perda do sentido profissional, o que Sennett (2009) define como corrosão do caráter. Se instala uma confusão pessoal e coletiva sobre o valor do ofício, os rumos

da carreira, a razão pela qual se trabalha, tornando o trabalhador desmotivado, pois não consegue enxergar valor em sua função.

Essa crise pessoal ainda é acentuada por outra característica inerente ao capitalismo flexível, a busca pelo atendimento a metas de curto prazo. Na economia atual, diz Sennett (2009) o projeto de longo prazo inexistente, é incoerente com a lógica de uma sociedade imediatista, tornando os objetivos laborais metas sempre urgentes, que devem ser atendidas rapidamente. Uma lógica de alta intensidade que não estimula as pessoas a permanecerem em seus postos. Do contrário, incentiva a rotatividade dos trabalhadores entre vários empregos e leva, de maneira redundante, à turbidez na compreensão da vida, à corrosão do caráter.

Se os pilares do capitalismo flexível explicam uma parte do fenômeno da precarização, é necessário também entender como essa economia se tornou predominante no mundo. Compreender de que maneira um paradigma que propõe alterações significativas na gestão das empresas tenha se tornado regra nos países capitalistas em um curto intervalo de tempo só é possível se olharmos para o conjunto de mecanismo que regulamenta as sociedades contemporânea, a política. Foi, e é, por meio da política, que a filosofia pretendida pela hegemonia das finanças encontrou uma forma de penetrar os mercados globais, utilizando-se do poder que esse profícuo sistema detém de alcançar e modificar as estruturas sociais.

Pinto (2013) fala sobre esse entrosamento. Para que a reestruturação produtiva tenha obtido êxito e se disseminado no mundo do trabalho, a implementação de políticas de Estado voltadas para a flexibilização das condições de trabalho assumiu papel essencial, especialmente nas economias periféricas, diz o sociólogo. O autor indica que sistematicamente passou-se a eliminar as regulamentações que protegiam os direitos básicos, com a justificativa de que eles engessavam os mercados de trabalho, elevavam custos de produção e diminuía a competitividade empresarial. Não por acaso, esse argumento compartilha princípios com aquele usado para alavancar a reestruturação da IBM nos anos 1980. A busca aparente pela eficiência, como registra Sennett (2009), é um sinal necessário que as empresas precisam dar para o mercado.

Na operação dos mercados modernos, a demolição de organizações se tornou lucrativa. Embora possa não ser justificável em termos de produtividade, os retornos a curto prazo para os acionistas proporcionam um forte incentivo aos poderes do caos disfarçados pela palavra "reengenharia", que parece convincente. Empresas perfeitamente viáveis são estripadas ou abandonadas, empregados capazes ficam à deriva, em vez de ser recompensados, simplesmente porque a organização deve provar ao mercado que pode mudar (SENNETT, 2009, p. 59).

Em outras palavras, significa dizer que a máxima da eficiência se torna uma bandeira que a hegemonia do capital busca implementar tanto no setor privado, quanto na esfera pública.

No primeiro campo, empurra as organizações em direção à reengenharia como caminho único para a obtenção de êxito. No segundo campo, ela atua em conexão com os governantes, agindo sobre a política e a regulamentação da economia, como se verá adiante. Assim, o objetivo dessa dupla ação, no público e no privado, é o acúmulo de capital em sua expressão contemporânea, a acumulação flexível, descrita por Pinto (2013, p. 47) como uma forma de obtenção de lucros que se dá segundo a “flexibilização dos mercados de trabalho, das relações de trabalho, dos mercados de consumo, das barreiras comerciais, do controle da iniciativa privada pelo Estado”. Na prática do mundo do trabalho, o que acontece é a implementação de uma nova cultura, que preza pela individualização do trabalhador em detrimento das formas de trabalho coletivo e protegido, “tais como o empreendedorismo, a empregabilidade, as competências, o autoemprego, a flexisegurança, o capital cognitivo, as políticas ativas, para assinalar apenas os mais recorrentes” (AMARAL, 2018, p. 245).

Em comum, essas transformações compartilham um mesmo radical, que na verdade é a alavanca para as mudanças sociais e econômicas que se observam, o sujeito que agrega e representa os interesses da hegemonia das finanças na sociedade: o neoliberalismo. Em “A Nova Razão do Mundo”, Pierre Dardot e Christian Laval (2016, p. 189) identificam que a “política neoliberal pareceu, sobretudo, constituir uma resposta política à crise econômica e social do regime fordista de acumulação do capital”. Assim, a partir dos anos 1980, especialmente com base nos programas políticos de Margareth Thatcher e Ronald Reagan – replicados por outras economias globais e órgãos financeiros mundiais –, os princípios neoliberais pautados na individualização e na concorrência exacerbada se disseminam institucionalmente, dizem os autores.

De maneira mais geral, as políticas seguidas pelos governos tanto do Norte como do Sul consistiram em buscar no aumento de suas parcelas de mercado em nível mundial a solução para seus problemas internos. Essa corrida à exportação, à conquista de mercados estrangeiros e à captação de poupança criou um contexto de concorrência exacerbada que levou a uma reforma permanente dos sistemas institucionais e sociais, apresentada à população como uma necessidade vital. As políticas econômicas e sociais integraram essa adaptação à globalização como dimensão principal, tentando aumentar a capacidade de reação das empresas, diminuir a pressão fiscal sobre os rendimentos do capital e os grupos mais favorecidos, disciplinar a mão de obra, baixar os custos do trabalho e aumentar a produtividade (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 199).

A consolidação do neoliberalismo se dá, segundo os autores, mediante uma luta ideológica contra correntes de pensamento diferentes e por meio de dispositivos de disciplinarização, atuantes em vias econômicas e sociais. Essa atuação, que ocorre mediada por um Estado politicamente reengajado sob novas bases, métodos e objetivos, obriga os indivíduos a se governarem sob a pressão da competição e vislumbrando sempre a maximização dos

ganhos e valorização do capital. Em resumo, “o mais importante na virada neoliberal não foi tanto a ‘retirada do Estado’, mas a modificação de suas modalidades de intervenção em nome da ‘racionalização’ e da ‘modernização’ das empresas e da administração pública”. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 231).

Assim, para alcançar seu objetivo de valorização do capital, o neoliberalismo agiu e age por meio dos Estados de modo a implementar uma ordem que, segundo Dardot e Laval (2016), finalmente leva à compressão de salários e gastos públicos, à redução de direitos adquiridos e considerados onerosos e ao enfraquecimento de mecanismos de solidariedade que escapam do controle privado.

No entanto, para que essa filosofia tenha se fixado e criado raízes de modo a representar a nova ordem mundial, a disseminação ideológica foi e é fundamental para sua permanência. Para os autores, o neoliberalismo – que nega ser uma ideologia pois assume a posição de ser a própria razão – se instala na sociedade por meio da difusão da ideia de que cada indivíduo é responsável pelo seu sucesso ou fracasso. Essa estratégia “consiste em orientar sistematicamente a conduta dos indivíduos como se estes estivessem sempre e em toda a parte comprometidos com relações de transação e concorrência no mercado” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 243). Mediante essa racionalidade, o neoliberalismo consegue, ao mesmo tempo em que converte o mundo do trabalho para os propósitos de valorização do capital e acumulação flexível, educar os indivíduos que integram esse mundo para que não apenas seus esforços sejam direcionados ao fim econômico neoliberal, mas também que eles próprios sejam seus agentes ideológicos.

Incitados a “cuidar deles mesmos, a não contar mais com a solidariedade coletiva e a calcular e maximizar seus interesses, perseguindo lógicas mais individuais num contexto de concorrência mais radical entre eles” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 243), os indivíduos são postos em um cenário de forte concorrência no qual o princípio da individualidade sobressai como único mecanismo para evitar o fracasso e atingir o sucesso pessoal.

Como resultado dessa reforma no modelo econômico e ideológico, Pinto (2013) aponta para a predominância de uma dualidade de grupos de trabalhadores no mercado atualmente: um deles, menor, é caracterizado por ter mais escolaridade, categoria da qual se exige mais participação e polivalência, mas se observa baixo nível de rotatividade, uma pequena diferenciação salarial e alguma segurança trabalhista; o outro, maior, é formado por trabalhadores de diversas categorias e setores econômicos, que Pinto (2013) classifica como subcontratados, contratados temporariamente ou por tempo parcial, ou vinculados à economia

informal. Segundo o autor, este último grupo “sofre a precariedade do emprego e da remuneração, a desregulamentação das condições de seu trabalho em relação às normas legais e vê regredir constantemente seus direitos sociais, em meio a uma crescente ausência de proteção e expressão sindical” (PINTO, 2013, p. 49). Ao menos no caso do jornalismo, a abrangência do segundo grupo de trabalhadores parece ter evoluído de modo a compreender não somente os empregados temporários, mas se tornar uma característica definidora do campo profissional.

O exposto até aqui converge na direção de sedimentar a ideia de que a precarização no mundo do trabalho obedece a interesses de certos grupos, neste caso, de uma ideologia identificada como neoliberal e que se expressa na forma de uma economia política flexível. Em suma, essa conjuntura se instala no mundo rapidamente a partir do fim do século XX e dá início a uma nova forma de organização de trabalho, o que também explica a sensação de descompasso entre a relação que nossos antepassados tinham com o trabalho e a que temos hoje. Na verdade, se trata de uma mudança global na economia e na política, ainda em curso, que exponenciou a degradação do trabalho e que tornou a precarização uma política de Estado.

Ademais, e como forma de delimitar nossa compreensão sobre a precarização, nos valem da definição da economista e cientista social Graça Druck (2013), para quem a precarização experienciada pelos trabalhadores atualmente se difere daquela vivida nas últimas duas décadas. Essa nova precarização decorre de alterações nas formas de gestão e organização do trabalho, nas legislações trabalhistas e social, nas políticas do Estado e na forma de atuação de sindicatos, instituições públicas e associações civis. A “nova precarização”, diz a autora, se caracteriza pela “instabilidade, insegurança, fragmentação dos coletivos trabalhadores e brutal concorrência entre eles” (DRUCK, 2013, p. 56), formando um estado contínuo de precarização, e não mais algo momentâneo.

2.1.2 Precarização na era da hiperconcorrência

Essa breve revisão sobre a precarização a que são submetidos os trabalhadores em todo mundo nos serve para compreendermos desde um ponto de vista mais amplo a morfologia desse fenômeno e suas expressões no caso dos jornalistas. Em resumo, e com base nas reflexões dos pesquisadores citados, é característico do projeto de precarização do trabalho um forte lóbi da chamada hegemonia das finanças em busca da implementação de políticas de enfraquecimento do trabalho protegido, que se desdobra notadamente pela promoção do trabalho individual e flexível como subterfúgio para crises e promessa de caminho para maiores ganhos financeiros.

Assentada a percepção dos traços intencionais da precarização do trabalho em todas as instâncias, agora é possível – e já não soa conspiratório – voltar a olhar para a precarização do trabalho jornalístico em especial. No caso dos veículos de comunicação, Bourdieu (2005) menciona a precarização do trabalho especialmente a partir do aspecto da instabilidade que ela gera para o campo. Revisitando o conceito de exército industrial para Karl Marx, o autor credita à “superprodução de graduados” no ensino superior a formação de um “exército de reserva cultural” (BOURDIEU, 2005, p. 42, tradução nossa) no campo da comunicação. A pressão exercida por esse contingente, para o autor, ajuda a consolidar as políticas de empregos precários, situação na qual a censura ganha terreno, sendo exercida por meio do controle político ou econômico.

Ainda que a superprodução de graduados e sua relação com a formação de um exército de reserva cultural seja um tema passível de discussões mais aprofundadas – da mesma forma que a emergência da censura nesse cenário – a pressão a que se refere Bourdieu (2005) ajuda a explicar a instabilidade vivida pelos profissionais jornalistas. Assim como ocorre em outras profissões, o que se verifica nesses casos é que a existência de um contingente de profissionais desempregados se constitui como uma força que vulnerabiliza os profissionais empregados, o que pode ser compreendido como uma manifestação do desemprego estrutural, forma de exploração capitalista que acentua as já precárias condições de vida e trabalho e fragiliza as possibilidades de luta dos trabalhadores (LUSTOSA; RECH, 2016).

Assim, ao lado da forte concorrência mencionada por Druck (2013) e somada ao enfraquecimento da organização coletiva do trabalho (AMARAL, 2018), a pressão referida por Bourdieu (2005) em função do desemprego estrutural age forçando os jornalistas a sucumbirem às exigências das empresas – quando procuram emprego – ou às condições de trabalho – quando empregados. Segundo a ideia da nova precarização, para Druck (2013), essas condições acabam estando presentes não mais como elementos esporádicos, mas em um *continuum*, se tornando definidoras do estado atual do trabalho no mundo e, por consequência, do trabalho jornalístico também.

Uma compreensão sobre esse estado permanente de precarização pode ser consultada a partir de Charron e Bonville (2016), teóricos que classificam o momento atual do jornalismo como de hiperconcorrência. A obra dos pesquisadores canadenses, embora não seja um estudo focado na precarização do trabalho – mas uma proposição teórica sobre a transformação do jornalismo ao longo do tempo e a crise de atenção vivida atualmente – consegue demonstrar

como alguns dos elementos que caracterizam a precarização do trabalho estão presentes no jornalismo hoje.

Para os autores, a era da hiperconcorrência é resultado de uma transformação no mercado da comunicação nos últimos anos, sendo possível identificar dois fatores fundamentais para o estabelecimento desse cenário. Primeiramente, com novas tecnologias e a diversificação das fontes de informação, a atenção do público passou a ser um ativo estranhamente raro e inatingível aos veículos de comunicação assentados em um modelo de negócio da segunda metade do século XX, quando a audiência era abundante. Principal “moeda” para que as empresas de comunicação consigam atrair patrocínios, a atenção da audiência agora é rarefeita e disputada intensamente entre veículos de informação, que também ganharam a concorrência de outros mercados similares, como o das redes sociais (CHARRON; BONVILLE, 2016). Dessa constatação emerge o nome dado pelos autores a essa era.

Somada à crise de audiência – e, então, dos modelos de negócio – a hiperconcorrência é resultado também de um processo de transformação na economia global, que resultou no ingresso do capital financeiro – nos termos de Amaral (2018) da hegemonia das finanças e, conforme Laval e Dardot (2016), do neoliberalismo, – no jornalismo. Segundo Charron e Bonville (2016, p. 354), a mídia passou a ser um setor de investimento privilegiado, em razão de novas possibilidades de valorização do capital decorrentes de mudanças tecnológicas e nas regras do jogo econômico, “principalmente a liberalização dos mercados, a internacionalização das estruturas de produção o movimento de desregulamentação e de privatização”.

Ignorando o debate sobre as questões éticas e institucionais do jornalismo, o ingresso do capital financeiro e da lógica neoliberal neste mercado transformou sua composição e forma de atuação. Segundo a filosofia de se motivar pelas ações da bolsa, criar concorrência nas atividades econômicas globais e elevar o limite de rentabilidade ao máximo possível (CHARRON; BONVILLE, 2016), o capital financeiro incorpora esses princípios e inaugura no jornalismo a era da hiperconcorrência em um momento de crise na audiência.

É assim então que a concorrência, outrora restrita aos administradores da empresa, se intensifica entre os produtores das mensagens jornalísticas, é dizer, os jornalistas. A concorrência brutal a que se refere Graça Druck (2013) – ou a concorrência exacerbada, para Laval e Dardot (2016) – como um dos elementos característicos da precarização no trabalho se torna parte da rotina profissional atual no Jornalismo. Agora, “incumbe então a cada produtor de discurso fazer com que cada uma de suas mensagens, em cada instante, atraia e segure a atenção cada vez mais fugaz do público” (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 366).

No entanto, embora a concorrência norteie o debate dos autores, outros elementos da precarização do trabalho jornalístico são expostos pelos pesquisadores canadenses na descrição dessa era da hiperconcorrência. Também como consequência do ingresso do capital financeiro no mercado jornalístico e enquanto políticas de racionalização de gastos e expressão da acumulação flexível (PINTO, 2013; AMARAL, 2018), alterações na organização do trabalho se fixaram no ofício.

Conforme Charron e Bonville (2016, p. 369), “as políticas de racionalização dos gastos contribuíram para uma precarização do trabalho”, uma vez que as empresas passaram a contratar e preferir jornalistas com “*status* precário”. Nesse grupo se incluem estagiários, *freelancers* e contratados temporários, a quem os autores atribuem maior sensibilidade às exigências do cliente-patrão. Isso fez com que tenha se tornado um comportamento padrão e normal ingressar no mercado por meio de empregos temporários até que se atinja alguma estabilidade.

A consequência disso é o estabelecimento de uma relação de subordinação dos novos jornalistas às posições e preocupações comerciais dos empregadores. “O jornalista que pede emprego aprende durante esse longo processo de socialização profissional a dar provas de flexibilidade em relação às normas jornalísticas tradicionais” (CHARRON; BONVILLE, 2016 p. 369), a ponto de que, para os autores, são chamados de competentes apenas aqueles profissionais que incorporam as imposições e se submetem a elas mesmo sem a vigilância os chefes.

Assim, a flexibilização do trabalho jornalístico implementada pelo capital financeiro na era da hiperconcorrência assume o status de condição da profissão, se tornando regra para a maioria das empresas de comunicação atualmente, ao menos para aquelas filiadas ao modelo de negócio predominante. Do ponto de vista dos jornalistas, a previsão de trajetória profissional também muda e enfrentar um emprego – ou uma profissão – com condições precárias passa a ser normal ou, o que é parte da máxima neoliberal, necessário para o desenvolvimento do profissional.

Assim, o gestor tenta captar as energias individuais, não de acordo com uma lógica “artista” ou “hedonista”, mas segundo um regime de autodisciplina que manipula as instâncias psíquicas de desejo e culpa. Trata-se de mobilizar a aspiração à “realização pessoal” a serviço da empresa, transferindo exclusivamente para o indivíduo, contudo, a responsabilidade pelo cumprimento dos objetivos. O que, evidentemente, tem um alto custo psíquico para os indivíduos (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 229).

Com base nisso, para os profissionais jornalistas, a era da hiperconcorrência se caracteriza por ser um período com mudanças expressivas tanto na execução do jornalismo (a

concorrência passa a estar fortemente presente na elaboração do discurso jornalístico), quanto nas relações de trabalho (fragilizadas pela implementação de uma lógica que privilegia o trabalho flexível e precário), ambas dinâmicas convergentes à precarização. Ingresso do capital financeiro, concorrência entre os profissionais, flexibilização das relações de trabalho e normalização das condições precárias nos empregos são características da era da hiperconcorrência (CHARRON; BONVILLE, 2016) que nos ajudam a entender como o trabalho jornalístico se constitui atualmente.

2.1.3 Precarização naturalizada e incorporada

Do mundo do trabalho como um todo ao campo do jornalismo especificamente, identificamos aqui as raízes e expressões gerais desse fenômeno definido como precarização. Por certo, há estudos que se debruçam em detalhar os impactos da precarização no jornalismo e em seus profissionais (LIMA 2015, NICOLETTI, 2019; DANTAS, 2019), e que vão, como defende Lelo (2019, p. 208) “além de uma descrição naturalista e distanciada de uma paisagem desoladora para os ingressantes na área”.

A essa categoria de investigações podemos atribuir a preocupação em identificar as consequências da precarização do trabalho jornalístico, o que permite ao campo reflexões sobre si mesmo baseadas em investigações concretas a respeito da prática profissional. Finalmente, este também é o objetivo de nossa investigação e em razão disso é que se fez necessário o exercício de retroceder às causas da precarização, explorando aspectos históricos e conceituais do tema.

Desta forma, o olhar que lançamos diante de nosso objeto de pesquisa é o de que a precarização no jornalismo, em verdade, é definidora da prática profissional atualmente. Se conseguimos compreender que a precarização do trabalho acompanha a ascensão do neoliberalismo e do capital financeiro, se entendemos que ela se valida por meio de políticas de Estado e de um discurso de desburocratização, que ela se expressa no sentido de fragmentar o trabalho organizado – pregando e legislando sobre flexibilização e individualização – e de exigir dos trabalhadores mais resultados com recursos e condições degradantes, então ao visitarmos a descrição da era da hiperconcorrência no jornalismo para Charron e Bonville (2016), além da série de outros estudos aqui rapidamente mencionados que tratam do estado atual da profissão, notaremos a estrita vinculação entre o fenômeno da precarização e a realidade enfrentada pelos jornalistas brasileiros.

Com isso, e a partir de Druck (2013), sustentamos a posição de que a precarização no jornalismo no Brasil se consolida como uma característica contínua da profissão, na medida em que também se expressa como uma opção de classe. Via de regra, assim, a precarização é protagonista dentro do jornalismo, a ponto de se tornar um mal naturalizado e incorporado pelo ofício – pelas empresas, gestores, redações e jornalistas –, sobre o qual se reflete com certa ênfase notadamente apenas no ambiente acadêmico.

Embora a posição soe pessimista, temos em mente que nossa investigação tange a realidade profissional do jornalista, especificamente no Rio Grande do Sul, contexto que nos fornece dados diversos a respeito das condições de trabalho, econômicas e sociodemográficas desses profissionais. É justamente com o objetivo de evitar a naturalização da precarização no trato do objeto e na análise dessas características que demarcamos nossa posição. Isto é, partimos de um ponto de vista do qual admitimos que o trabalho jornalístico condizente com a era da hiperconcorrência é precário, independentemente da opinião dos participantes, da estruturação de políticas públicas voltadas à flexibilização do trabalho dos jornalistas ou de qualquer outra manifestação que siga no sentido de entender como positivas as mudanças que definem a profissão na era da hiperconcorrência.

Entendemos que todas essas manifestações estão imersas de uma forma ou outra na racionalidade do neoliberalismo (LAVAL; DARDOT, 2016) e nas formas como o capital financeiro atua dentro do mundo do trabalho e, portanto, no jornalismo. Nossa visão não afeta o objetivo ou o caráter da pesquisa uma vez que aqui não propomos identificar a existência ou inexistência de traços de precariedade no jornalismo. Do contrário, assumimos que a precarização existe e é regra nas relações profissionais do campo.

2.2 A CRISE NO JORNALISMO SOB A PERSPECTIVA DOS SUJEITOS

A percepção de que o campo do jornalismo na contemporaneidade não escapa da hegemonia neoliberal nos dá instrumentos para reconhecer e explicar certos fenômenos, transformações às quais os profissionais jornalistas vêm sendo expostos ao longo das últimas décadas, uma série de mudanças atreladas às dimensões daquilo que se convencionou chamar de crise do jornalismo. Aqui, embora problematizar aspectos ontológicos da crise seja um esforço fulcral para o campo, nos é particularmente pertinente estar atento a essas mudanças e seus efeitos diretamente sobre os trabalhadores em jornalismo de imediato.

Há sobre os jornalistas uma série de pressões que ajudam a compreender o estado da profissão atualmente, e que simultaneamente são elencadas como características da crise do

jornalismo. Deuze e Witschge (2016) alegam que impermanência, imprevisibilidade, inconstância e transitoriedade são conceitos definidores do jornalismo contemporâneo, ou pós-industrial, e que afetam o campo – e, portanto, os jornalistas – em ao menos quatro direções: a reorganização dos ambientes de trabalho, a fragmentação das redações, e emergência de uma sociedade redacional e a ubiquidade das tecnologias midiáticas.

Individualmente e simultaneamente às demais, cada uma dessas tendências exerce pressões sobre os profissionais. A reorganização dos ambientes de trabalho, argumentam os autores, é reflexo da incorporação pelas organizações jornalísticas de uma mentalidade empreendedora e focada na individualização do trabalho, um princípio que está na matriz do capitalismo contemporâneo, como refletem Sennett (2009) e Dardot e Laval (2016). Como se verá adiante, essa individualização transcende o nível das tarefas diárias executadas nas redações, atingindo também as esferas psíquicas e sociais dos jornalistas.

Já a fragmentação das redações descrita por Deuze e Witschge (2016) diz respeito a dois tipos de transformações em curso no campo que estão alterando a paisagem e a dinâmica dos ambientes de trabalho. A primeira é o colapso do controle da produção noticiosa pelas organizações jornalísticas, que agora têm de disputar o domínio desse terreno com iniciativas de áreas diversas. Dentro e fora dos veículos de imprensa há jornalistas e não jornalistas produzindo notícias, servindo como fonte de informação para a população ao mesmo tempo. A segunda razão para a fragmentação das redações, descrevem os autores, é a tendência de flexibilização funcional, observada especialmente pelo crescimento de contratações temporárias de jornalistas. Há bastante rotatividade nas redações, escancarando uma lógica empresarial voltada à execução de projetos pontuais e o desinteresse por manter vínculos longos com profissionais, outro sinal do capitalismo flexível descrito por Sennett (2009).

Deuze e Witschge (2016) ainda pontuam a emergência de uma sociedade redacional e a ubiquidade das tecnologias midiáticas como forças atuantes sobre os jornalistas hoje. São tendências que nos parecem caminhar em consonância uma com a outra e que, embora não vertam de dentro do jornalismo, são por ele fomentadas. A primeira indica uma necessidade de transformação do papel dos jornalistas, que agora não mais têm exclusividade sobre a verificação, classificação e veiculação das informações. Tais atributos, outrora próprios aos jornalistas, agora são necessários a todas as pessoas, que diariamente são expostas a conteúdos de todos os tipos e naturezas, sem avisos sobre sua confiabilidade. Da mesma forma, elas são capazes de levar adiante esses conteúdos para outras pessoas. A segunda tendência se relaciona diretamente com a anterior pois acaba por exigir do profissional de jornalismo um rol diverso

de habilidades, capazes de responder também à convergência midiática. Jornalistas hoje não mais detêm a missão exclusiva de fazer a curadoria das informações para o público, mas devem também possuir habilidades voltadas ao design, marketing, publicidade, relações públicas e outras áreas relacionadas.

O cenário que Deuze e Witschge (2016) descrevem, em resumo, mostra que o jornalista contemporâneo convive com pressões advindas de várias direções. Lidar com a crise do jornalismo significa para ele ter de resistir às exigências e expectativas do mercado, à divisão precária do trabalho – que fragmenta a profissão –, à erosão dos valores e práticas pela tecnologia, à descrença do setor público e à queda na confiança no jornalismo. “Como é evidente em todos os diferentes níveis de análise, a precariedade tem se tornado parte da experiência vivida no jornalismo” (DEUZE; WITSCHGE, 2016, p. 17).

A pluralidade de fatores constituintes da referida crise é também o ponto que norteia a definição de Mick, Christofolletti e Lima (2021). Definindo-a como multidimensional, os pesquisadores defendem que ela se manifesta não apenas na desestabilização das formas de financiamento do jornalismo – face à qual não raro é atribuído posto de epicentro da crise. Em um exercício ao mesmo tempo reflexivo e propositivo, já que finalmente sugerem caminhos práticos para superar o momento de impermanência, os autores indicam que a crise se constitui de um colapso no modelo de negócio, mas também da erosão da confiança do público no jornalismo, da credibilidade, da ética, e da capacidade de engajamento social do jornalismo com os públicos.

Além da própria definição de crise proposta pelos autores, é interessante observar as considerações que os pesquisadores vão elencando ao longo do processo de elaboração de um modelo de jornalismo que dê conta de todas as essas dificuldades. Sua proposta, ao fim, sugere um jornalismo cujas bases não estejam assentadas na lógica empresarial – a mesma que levou o campo ao sucesso no século XX, e que agora, com a ascensão da era flexível desse capitalismo, contribui para sua derrocada. Em outras palavras, é como se o jornalismo, depois de uma profícua relação ao longo do século XX, não mais se encaixasse no capitalismo, após o estabelecimento de sua fase flexível. “O predomínio do caráter empresarial, que subordina o jornalismo à lógica da mercadoria, explica grande parte da crise” (MICK; CHRISTOFOLETTI; LIMA, 2021, p. 20). Isto posto, é intrigante observar o quanto coincide com a consolidação do jornalismo na sociedade o período do capitalismo moderno, e com seu aparente processo de derrocada, o capitalismo flexível, regido pelo neoliberalismo.

Não restam dúvidas de que há uma estreita articulação entre as inflexões nos princípios de sustentação do capitalismo, as recentes reestruturações no mundo do

trabalho e a atual conjuntura instável dos mercados de produção noticiosa. Muito embora o enxugamento das redações e a crescente busca pela ampliação das receitas publicitárias nos veículos de mídia estejam tornando as atividades dos comunicadores extraordinariamente estandardizadas (revelando uma reminiscência do período fordista), tal padronização é atrelada a uma mudança nas lógicas organizacionais que possibilita à racionalidade neoliberal controlar de modo ainda mais incisivo o trabalho dos jornalistas. (LELO, 2019, p. 39, grifo nosso).

Embora o financiamento do jornalismo não seja encarado pelos autores como única razão da crise – e sim como “porta de entrada” –, eles buscam identificar alternativas para solucionar este pilar da instabilidade, ocasião cujo desdobramento evidencia os impactos sobre os jornalistas. Entrevistado pelos pesquisadores, o gestor de um veículo de comunicação sumariza a lógica que pauta a gestão empresarial atualmente, em um claro discurso neoliberal. Para ele, “um negócio jornalístico bem administrado precisa ter ou contar com profissionais versáteis e competentes para reduzir custos e otimizar recursos. Ele acha que os jornalistas devem saber como funciona o negócio do jornalismo ou ter noções mais avançadas de administração” (MICK; CHRISTOFOLETTI; LIMA, 2021, p. 69).

Esse posicionamento em tom imperativo intrinca o papel do jornalista, cujo rol de funções deve, segundo essa lógica, ser difuso. Ele precisa ser jornalista, mas também deter capacidades de administração, compreender o que é melhor para sua empresa. Tal percepção do gestor carrega consigo a máxima de que um jornalista, para ser considerado competente, deve possuir múltiplas habilidades e ser corresponsável pelo sucesso ou fracasso do local onde trabalha, pensamento que naturaliza a sobrecarga e transforma a aceitação da precariedade em condição para o exercício profissional. Como expressam os autores

‘Ser jornalista’ no século XXI exige habilidades que até então não faziam parte de suas funções, ligadas à compreensão sobre o funcionamento de dispositivos tecnológicos, algoritmos, hábitos de consumo de notícias; o trabalho em redações fragmentadas nas quais parte das atividades e relacionamento entre colega de trabalho e superiores hierárquicos passa a ser on-line; habilidades de gestão para encontrar formas de financiamento que não dependam unicamente das receitas publicitárias e principalmente, a habilidade para garantir a circulação e o consumo das produções. (MICK; CHRISTOFOLETTI; LIMA, 2021, p. 85).

O exemplo é uma ilustração da expressão da crise do jornalismo sobre os jornalistas no aspecto laboral, isto é, na rotina de trabalho, na qual os profissionais devem estar dispostos a se responsabilizarem pelo êxito das empresas nas quais são funcionários, além de conviverem com a sobrecarga de funções. Porém, a partir da compreensão da multidimensionalidade da crise do jornalismo expressa por Mick, Christofolletti e Lima (2021), é possível presumir que a expressão desse cenário se dá igualmente em múltiplas direções. Seus efeitos pressionam os profissionais

na rotina de trabalho, mas não somente: agem sobre a saúde física e mental do jornalista afetam sua vida privada, relações, sonhos e ambições, além de boicotar movimentos de classe.

Detalhar esses efeitos é uma tarefa cuja execução depende de trabalho coletivo, o que vem sendo feito por pesquisadores no Brasil e no mundo. É sobre as reflexões de alguns deles que construímos a discussão que segue. A seguir, condensamos algumas das consequências da chamada “crise do jornalismo”, efeitos que aqui atribuímos ao estágio flexível do capitalismo, em sua fase neoliberal. Não se trata de um compilado conclusivo, mas de um sumário que expõe parte das implicações sobre os jornalistas a partir de duas dimensões que tratam do cotidiano de trabalho dos profissionais, sua experiência dentro do ambiente funcional, e na vida do sujeito jornalista, no que diz respeito aos aspectos de sua saúde física e mental concernentes à profissão.

2.2.1 O trabalho como jornalista: desafio à permanência

Os impactos das transformações no campo do jornalismo sobre os jornalistas e seu cotidiano de trabalho são o tópico que guia as discussões de Lelo (2019) e Nicoletti (2019) – embora ambos também forneçam preciosas ponderações sobre as outras dimensões que trataremos adiante. Os autores partem da concepção e descrição do estágio pós-industrial no qual se encontra o jornalismo para estabelecerem suas reflexões e demonstrarem de que maneira os profissionais são impactados no exercício de suas atividades laborais pelas transformações do jornalismo.

As definições de Lelo (2019) e Nicoletti (2019) se assemelham e ajudam a cristalizar a compreensão dos efeitos do jornalismo pós-industrial. Lelo (2019) aponta para aspectos como as demissões em massa, o descumprimento de leis trabalhistas, flexibilização de contratos (com precarização dos vínculos), formação de exércitos de reserva, acúmulo de funções, rotinas de produção aceleradas e extensão das jornadas. Nicoletti (2019, p. 39), por sua vez, demonstra que as transformações no jornalismo se refletiram no “enxugamento das equipes, na contratação temporária, de *freelancers*, profissionais como pessoa jurídica e no acúmulo de funções”, e ainda aponta para a necessidade de os profissionais trabalharem em atividades dentro e fora da mídia ao mesmo tempo, exercendo funções em veículos tradicionais, mas também em meios digitais, assessorias de imprensa e outras organizações.

Dentre os aspectos manifestados pelos autores, chamamos atenção aqui para a recorrência de efeitos ligados aos contratos dos jornalistas. Há flexibilização de contratos, contratação temporária, adoção do *freelance* como prática comum e normalização da

contratação de jornalistas como pessoa jurídica – o que também é conhecido como pejetização. Efeitos de mesma classe, pois ligados ao tipo de vínculo com os empregadores, eles eventualmente se confundem e se proliferaram no campo jornalístico. Dantas (2019, p. 261, grifo nosso), reflete sobre esse cenário e traz uma definição contundente. “[Pessoas jurídicas] são pessoas físicas por trás de registros como empresa, contratados dessa forma para que o empregador não tenha que pagar os direitos trabalhistas”. Para a autora, os vínculos de trabalho ocupam posição central na conformação da precarização do trabalho jornalístico, uma vez que, além das consequências que produzem por si só, ainda transbordam ocasionando problemas de saúde entre os jornalistas (DANTAS, 2019), tema que trataremos adiante.

Ao encontro do que defende Dantas (2019), Nicoletti (2019) observa que os vínculos precários consistem apenas em um dos indicadores para se medir a precarização. Intensidade do trabalho, multifuncionalidade, demissões em massa, jornadas de trabalho excessivas, assédio moral, salários baixos, insegurança, instabilidade, poucos benefícios, feminização e juvenilização são outros indicadores elencadas por Nicoletti (2019) que podem ser compreendidas como características de precarização. Essa lista em grande parte coincide com o que Mick, Christofolletti e Lima (2021) observam enquanto consequências da crise do jornalismo sobre os profissionais. Para os autores, a referida crise representou:

Desemprego para alguns; precarização do trabalho para os que permaneceram nas mídias; multifuncionalidade; sobrecarga de atribuições e piora nas condições de saúde laboral; não raro, envolvem superposição de atividades ligadas à produção de informação com outras pertinentes ao marketing, focadas na exibição de marcas, produtos, serviços ou organizações (MICK; CHRISTOFOLETTI; LIMA, 2021, p. 10).

Diante da confluência simultânea desses fatores sobre os jornalistas, permanecer na profissão se torna uma tarefa difícil – não apenas financeiramente, mas também considerando aspectos de saúde física e emocional dos profissionais, consequências que se somam e se acumulam nos sujeitos. Resistir nessas condições – ou sobreviver à “porta giratória” do jornalismo, como refletem Deuze e Witscghe (2016) – se configura como um árduo processo de seleção, um filtro. Quem passa da porta giratória do jornalismo precisa desenvolver um rol de habilidades necessárias à sobrevivência em um meio que corresponde ao capitalismo flexível. “Na sociedade flexível, agilidade, habilidade e facilidade de adaptação a diferentes funções e ambientes, bem como a autogestão acabam sendo diferenciais competitivos. No jornalismo, ter esse perfil se torna imperativo” (NICOLETTI, 2019, p. 41).

Indicadores da imperatividade desse perfil são elencados por Nicoletti (2019), com destaque para a mudança da atribuição final do jornalista. Nessas circunstâncias, ele deve ser o

produtor da informação, mas também incorporar o papel e as responsabilidades de comerciante ou estrategista, fazendo recair sobre o profissional a pressão pela audiência e mesmo pelo sucesso ou fracasso do veículo em que trabalha. Para Nicoletti (2019), a mudança do papel técnico do jornalista limita sua capacidade de questionamento e interpretação.

Esse cegamento é reforçado pelo que a autora define como “regime da pressa”, um cenário de alta demanda por entregas em curto prazo, no qual a mecanização do fazer jornalístico se torna saída para a exigência do tempo pós-industrial. Nesse regime, até mesmo a missão do jornalista é usada como motivo para que ele agilize a produção, afinal, seu dever é informar os cidadãos, e isso não tem hora nem lugar, precisa ser feito o quanto antes para ser relevante ao público. A distorção, observa a autora, impele os jornalistas para longe dos comportamentos tidos como éticos para a profissão, uma visão que descreve como ocorre em nosso ofício o percurso degradante do caráter denunciado por Sennett (2009). Esse processo ainda contribui para o que Nicoletti (2019) classifica como desvalorização do cuidado com a qualidade jornalística, um processo no qual a busca e a checagem de informações são preteridas e o erro é normalizado.

O perfil imperativo e o regime da pressa aparecem sob descrições similares para Lelo (2019), que também se debruça sobre as consequências da precarização nas rotinas de trabalho dos jornalistas. Enxugamento de quadros e de salários, contratos flexíveis como regra, alta rotatividade de cargos e a necessidade de procurar e conciliar outras fontes de renda são tendências que o autor observa e que redundam o postulado até então. Chamamos atenção ainda para outro aspecto ao qual Lelo (2019) se atém e que ajuda a compreender os efeitos da precarização na rotina dos jornalistas, que é a exponenciação das pressões sobre as mulheres da profissão.

Maioria no campo, as mulheres representam 57,8% do total de jornalistas no Brasil (LIMA *et al.*, 2022), cenário que se mantém similar ao observado em 2012 (MICK; LIMA, 2013) e que, à primeira vista, poderia indicar o jornalismo como um mercado de trabalho menos inóspito para o público feminino. A feminização, contudo, é observada e descrita por Lelo (2019) como uma expressão da precarização do trabalho jornalístico. Ao observar a predominância feminina a partir da divisão de gênero no trabalho, das culturas organizacional e profissional e das rotinas produtivas, ele conclui que as pressões caracterizadoras da precarização agem sobre as jornalistas com ainda mais força, dada a cultura de discriminação e violência contra as mulheres nessas quatro esferas da profissão. O autor exemplifica isso ao considerar que as mulheres assumem atribuições domésticas com mais frequência do que os

homens. Na prática, significa que elas tendem a se submeter a contratos flexíveis ou temporários com mais recorrência, na tentativa de conciliar as jornadas de trabalho profissional e doméstico. Acrescenta-se a isso, pontua Lelo (2019), o fato de que para ascender profissionalmente e galgar posições menos precárias na hierarquia do jornalismo, elas precisam de alguma forma incorporar a cultura da profissão e de seu local de trabalho, teias que com frequência são construídas de forma a favorecer a figura masculina.

Ou seja, embora o número de mulheres na profissão seja maior do que o de homens, a estrutura do jornalismo e da sociedade dificulta que eventuais benefícios da feminização sejam concretizados, tais como a reconfiguração dos quadros de gestão ou a igualdade de oportunidades e mesmo a desconstrução das condutas organizacionais. Elas ganham menos, trabalham mais, estão suscetíveis ao assédio e dificilmente chegam a postos de liderança, além de terem mais responsabilidades familiares (LELO, 2019; DANTAS, 2019). Em suma, ocupam hoje os postos mais precarizados de um setor já precário.

Outro grupo especialmente afetado por essas circunstâncias são os jovens jornalistas, uma constatação que vale não apenas para o cenário brasileiro (PONTES; CABRAL, 2023), mas também para mercados de outros países (PEREIRA, 2018). No Brasil, dado esse conjunto de múltiplas dificuldades no ambiente laboral – somadas às demais dimensões que trataremos adiante –, Pontes e Cabral (2023) mostram que, dentre um grupo de profissionais com idade entre 23 e 30 anos, 45,4% deles haviam abandonado o ofício e migrado para outra atividade.

De todo modo, embora mulheres e profissionais em início de carreira sejam especialmente impactados, fato é que mesmo entre aqueles com mais tempo de profissão as condições precárias se fazem presente nas rotinas de trabalho. Ao analisar os tipos de contratos de trabalho entre jornalistas paulistas, Lelo (2019) observa uma tendência que indica a redução de contratação por CLT entre os profissionais com mais idade. Isto é, jornalistas mais velhos tendem a não obter trabalhos com carteira assinada e só se mantêm na profissão mediante contratos flexíveis, tais como *freelance* ou atuando como pessoa jurídica, o que os deixa sem garantia de férias e recebimento de 13º salário, por exemplo. Em outra frente, há ainda as demissões de jornalistas mais experientes em razão dos altos salários e cujas vagas são herdadas por jovens profissionais com remuneração reduzida, dispostos a acumularem atribuições (LELO, 2019).

Na prática, além de servir como uma constatação da precarização generalizada e multigeracional, essa degradação do trabalho entre os mais experientes é grave em ao menos mais duas direções: primeiro, porque afeta o sujeito jornalista, que desprotegido da CLT e

atuando sob condições frágeis e mediante o pagamento de salários baixos, precisa procurar fontes alternativas de renda e conciliar mais de uma atividade (LELO, 2019); ao mesmo tempo, a desvalorização dos profissionais mais experientes cria um prejuízo de fundo para o campo jornalístico como um todo, uma vez que com ela se fragilizam as práticas de relacionamento entre as gerações de jornalistas, importantes para a inserção daqueles recém-chegados às redações na rotina da profissão.

Ademais da visível precarização das condições de trabalho de jornalistas com maior vivência nas redações, caminha em paralelo um processo gradual de desconstrução das formas tradicionais de inserção e de aprendizado da “cultura do ofício” nesta esfera do mundo do trabalho. Por fim, produz-se um crescente volume de profissionais experientes (dispensados pelas empresas jornalísticas) disputando novos cargos com recém-egressos de faculdades de comunicação, atuando em organizações com alta rotatividade de postos de trabalho e submetendo-se às remunerações inferiores, jornadas extenuantes e formas de contratação flexíveis para poderem garantir a renda familiar – o que degrada ainda mais as condições de trabalho no setor. (LELO, 2019, p. 98).

Recuperamos nesta seção aqui alguns efeitos da crise do jornalismo que podem ser observados na rotina de trabalho da categoria. Como visto, essa dimensão afeta os trabalhadores como um todo, principalmente os mais jovens, mas também os mais idosos, e acomete com intensidade redobrada as mulheres. Porém, à medida que avançamos na compreensão das dificuldades que os profissionais encontram em seu cotidiano de trabalho – e aqui mencionamos apenas aquelas que nos parecem mais preocupantes e recorrentes –, torna-se necessário olhar também para os aspectos subjetivos do jornalista, tais como sua saúde física e mental, sua satisfação pessoal em permanecer no jornalismo. Dito de outro modo: em um ambiente que, como visto, falha em despertar desejo de permanência, não concede segurança financeira e cujas perspectivas de carreira são incertas – todos aspectos diretamente ligados às condições de trabalho –, em que medida as pessoas jornalistas têm suas vidas impactadas pela profissão que exercem. Esse rol de efeitos é o que vamos discutir a seguir.

2.2.2 A vida como jornalista: o caráter em corrosão

Além de prejudicar a qualidade dos produtos jornalísticos (NICOLETTI, 2019), o mal-estar contemporâneo do trabalho, e aqui especificamente nos atemos ao trabalho jornalístico, é capaz de invadir a vida privada de seus atores, definindo o prazer dos profissionais em seus ambientes funcionais e acarretando problemas de ordem física e psicológica.

Em uma reflexão que demonstra a intrínseca relação entre precarização das condições de trabalho e saúde dos jornalistas, Lelo (2019, p. 209) comenta como a racionalidade neoliberal

que pauta as gerências da imprensa contemporânea e acentua o espectro de precariedades cria um ambiente no qual a piora das relações de trabalho institui uma cultura organizacional que é permissível a assédios morais e sexuais, injustiças e desvios éticos “acarretando no espraiamento de um clima de sofrimento que afeta a saúde física e mental dos comunicadores”.

Há, por certo, uma diversidade de efeitos do trabalho jornalístico sobre a saúde física dos jornalistas, tais como a incidência de diagnóstico de lesão por esforço repetitivo (LER) entre 24% dos entrevistados em uma pesquisa realizada por Pontes e Lima (2019), que também constataram a recorrência de dores de cabeça, nos braços, pescoço, costas, além de gastrite e insônia entre os profissionais. Embora sejam efeitos que também contribuam para que visualizemos de maneira integral os impactos múltiplos do cotidiano de trabalho dos jornalistas hoje, aqui nos concentramos em discorrer sobre as consequências na saúde mental da categoria. Estresse, exaustão mental e demais desordens psicológicas cujo tratamento normalmente requer ajuda de outras pessoas se tornam problemas potencialmente danosos em um contexto de fragmentação da categoria, individualização do trabalho jornalístico e fragilização das relações entre os profissionais, como relatam Souza (2017) e Lelo (2019). Enquanto a degradação das condições de trabalho é uma feição mais visível da precarização, aspectos como dessubjetivação e o sofrimento ético se tornam efeitos velados, cujo silenciamento contribui para aprofundar o impacto que essa seara de consequências tem na qualidade de vida e do trabalho dos jornalistas.

Lelo (2019) classifica o ambiente da profissão como um “terreno fértil para a violação jornalística” (p. 181), no qual há uma forte pressão dos gestores pelo direcionamento das matérias e pela velocidade na produção, condição que implica imediatamente na degradação da independência do jornalista e, por consequência, no deslocamento de sua identidade profissional, isto é, na corrosão de sua relação com a profissão. Na prática, há crise de consciência e um sofrimento ético entre os jornalistas brasileiros, que já não conseguem exercer seu ofício da forma como aprenderam. Nicoletti (2019) chega à conclusão semelhante ao definir essa condição enquanto um sofrimento mental ocasionado pela desconexão entre os desejos e aspirações do eu jornalista vocacionado e a prática que lhe é imposta no período pós-industrial. É consenso entre os autores ora citados que essa perda de identificação, além de todo o sofrimento mental, gera ainda no exercício da profissão, na produção do jornalismo, a asfixia da capacidade reflexiva, da profundidade e da expressão da subjetividade, um prejuízo social que é agravado por episódios recorrentes de autocensura nas redações (LELO, 2019; NICOLETTI, 2019).

Pithan, Vaclavik e Oltramari (2020) pontuam a perda de ânimo, sentimento de vulnerabilidade e aumento da insegurança alegados por jornalistas que passaram ou testemunharam processos de demissão em massa em suas empresas. Diante essas inseguranças, Nicoletti (2019) observa o desenvolvimento de um comportamento de defesa frente às instabilidades e à falta de projeção para o futuro, um contexto no qual a insensibilidade, a indiferença e a corrosão do sentimento de pertença emergem entre os jornalistas e levam ao efeito que a autora define como “perda de humanidade”, uma alienação que funciona como forma de proteção, blindagem emocional. Há, na reflexão de Nicoletti (2019), pontos em comum com as constatações de Souza (2017), que sublinha a despolitização como fator agravante desse sentimento de indiferença. Sob a égide do “empreendedorismo neoliberal”, de um sistema toyotista que fragiliza as relações entre colegas de trabalho, o jornalismo assume uma condição fragmentada e instável, que desnorteia o profissional. Acrescenta-se a essa lista ainda a série de observações feitas Lelo (2019), entre as quais está o que o autor define como “eufemização de uma realidade aflitiva”. Isto é, os jornalistas, na maioria das vezes, sabem e entendem que sua profissão é desgastante, degradante e prejudicial a sua saúde, mas ao mesmo tempo cultivam prazer por ela e resistem em abandonar integralmente o jornalismo. Ainda que esse comportamento conceda alguma segurança para os que buscam permanecer no mercado de trabalho e sobreviver ao efeito da porta giratória (DEUZE; WITSCHGE, 2016), há consequências psicológicas que acentuam o sofrimento e a falta de identificação com o ofício.

A persistência no Jornalismo, para muitos dos comunicadores que conseguem permanecer nas redações e não são vitimados pelos famigerados “passaralhos”, é garantida por estratégias defensivas que oportunizam certa relativização do sofrimento experimentado no trabalho e um “estranhamento” do sujeito em suas atividades diárias. (LELO, 2019, p. 206).

Embora recebam nomes diferentes por cada um dos autores citados, essas estratégias de defesa que são incorporadas pelos jornalistas se tratam de um fenômeno importante para compreender os mecanismos de reação dos profissionais às dificuldades do ofício, especialmente entre aquele grupo que trabalha na mídia – que é o objeto primeiro da reflexão dos pesquisadores elencados. Seja por meio da eufemização da realidade (LELO, 2019) ou da alienação descrita por Nicoletti (2019), os caminhos para enfrentar as dificuldades e inseguranças do ofício compartilham o silêncio e a individualização como estratégia de percurso. A oclusão dos sentimentos nos ajuda a compreender a condição do jornalista contemporâneo e a visualizar as estratégias pelas quais ele galga sua sobrevivência no trabalho. Assumir uma posição combativa em colaboração aos demais colegas e reivindicar melhorias perante as chefias soam como comportamentos insolentes, e qualquer tentativa de reação sequer

nasce, uma vez que é abortada nos temores do próprio sujeito jornalista. Essa ponderação parte das reflexões de Nicoletti (2019) e Souza (2017).

Para Nicoletti (2019), esse tipo de comportamento subserviente, no qual a aceitação do cenário imposto é regra entre os profissionais, se deve justamente à iminente preocupação com a demissão, com a perda do emprego frente a um numeroso exército de reserva da profissão, que facilmente substituiria o trabalhador descontente. A aceitação das condições, para Nicoletti (2019), torna o jornalista um dócil servidor, que evita o confronto com os patrões, passa a cair na lógica do imediatismo e do regime da pressa, sucumbindo à cultura organizacional do jornalismo pós-industrial. Souza (2017), por sua vez, analisa a perspectiva dos jornalistas que atuam como *freelancers* ou em regimes de *home-office*, modelos que aparentemente concedem alguma liberdade para os profissionais. O autor nega essa suposta autonomia ao afirmar que tais regimes estão calcados em uma nova forma de controle dos profissionais, um “controle de consciência” ou captura de subjetividade, uma autoridade exercida no subjetivo do profissional e que não apenas se concretiza no ambiente de trabalho, mas também na vida privada dos jornalistas, em uma espiral que acentua a corrosão do caráter. “Trabalho e vida doméstica; diversão e tarefas; entretenimento e produção se mesclam, gerando problemas na subjetividade que, muitas vezes, comprometem a saúde mental dos jornalistas cujo maior sintoma é o estresse” (SOUZA, 2017, p. 14).

Diante da frustração, da insegurança, das pressões gerenciais, da falta de identificação com o trabalho e sob a constrição ocasionada pelas condições laborais precárias já elencadas, o jornalista sucumbe dentro de si, incorpora esse ambiente frustrante na tentativa de, sozinho, encontrar contornos a essas dificuldades para que possa permanecer no ofício, como explica Dantas (2019, p. 273), para quem os jornalistas “se submetem a condições extremas de trabalho visando não somente o sustento, mas o posicionamento no mercado, o incremento do currículo, o capital social, entrando assim no jogo de poderes da profissão” (p. 273). Essa luta silenciosa em que o profissional já está derrotado compromete sua saúde mental de maneira ampla, certamente para além dos sintomas já constatados, como a dessubjetivação, a indiferença e os demais sentimentos que surgem na esteira da perda de humanidade.

Para nós, a principal consequência do modelo produtivo atual na saúde dos jornalistas, o sofrimento mental – que também leva ao adoecimento físico – é alicerçado por um ambiente corporativo que ameaça silenciosa e constantemente os trabalhadores, vulnerabilizando eles diante dos exércitos de reserva a que se refere Nicoletti (2019), um grupo que, pelas mesmas razões de seus colegas já empregados, está propenso a aceitar cargos precarizados. Lelo (2019)

explica que a permanência dessa relação entre empregados e empregadores se sustenta por dois fatores: o primeiro, que ele define como precarização subjetiva, é a compreensão por parte do jornalista quanto à existência do exército de reserva, que vive em condições ainda mais precárias, com contratos flexíveis e intermitentes, e que isso é usado pelos gestores como argumento para garantir contratações e manter funcionários. Desta forma, os jornalistas são colocados sempre no fio da navalha entre trabalhar nas condições precárias que estão naquele momento ou em condições ainda mais precárias no futuro em outro lugar, sendo facilmente substituídos de seus postos. O segundo aspecto é a crença em um futuro melhor, no qual as competências do jornalista seriam realmente valorizadas, mesmo que para isso seja necessário rever a identidade profissional e migrar para campos adjacentes ao jornalismo.

Os dois fatores elencados por Lelo (2019) têm em comum a mesma raiz, que na verdade pode ser compreendida como uma terceira razão para a perenidade da precarização, e ao mesmo tempo uma expressão do sucesso da filosofia neoliberal sobre o jornalismo: a desorganização da classe (SOUZA, 2017, LELO, 2019; PITHAN, VACLAVIK E OLTRAMARI, 2020). A inércia de movimentos políticos e o enfraquecimento dos sindicatos frente a esse contexto que prejudica o trabalho e a saúde dos jornalistas é uma outra expressão da precarização do campo e da multidimensionalidade da crise, e a tendência à individualização do sofrimento relatada nesta seção é uma prova disso. A fragilização da organização coletiva, de uma união que poderia ajudar no combater aos demais efeitos da precarização, não é apenas uma coincidência, senão um atestado da profunda presença da razão neoliberal descrita por Dardot e Laval (2016) no jornalismo.

Embora instintivamente os aspectos da organização de classe pareçam estar mais atrelados aos efeitos trabalhistas da crise, não é possível dissociar suas consequências na vida e na saúde daqueles que compõem a profissão. Os mecanismos de ação coletiva nos parecem ocupar um espaço central tanto para a compreensão, quanto para a solução de dilemas enfrentados hoje pelo jornalismo como um todo. Ao mesmo tempo que a organização da classe é afetada pela lógica produtiva atual, pelas relações de trabalho contemporâneas (SOUZA, 2017), ela é também uma, senão a única, neste momento, instituição capaz de estabelecer melhorias para a rotina funcional dos jornalistas e para sua qualidade de vida, seja por meio da atuação institucional voltada à garantia de direitos, seja por estimular os laços entre os profissionais e fortalecer a união da categoria.

O primeiro passo para entendermos o enfraquecimento dos laços entre os jornalistas é olhar para os próprios profissionais, como fez Souza (2017). Para o autor, historicamente, a

categoria tende à despolitização em razão dos próprios princípios profissionais dominantes, que tradicionalmente prezam pela impessoalidade e objetividade. Acrescenta-se a isso a “ausência de consciência crítica” (SOUZA, 2017, p. 17) entre os jornalistas, que contribui para cegar a compreensão do senso de coletividade. Lelo (2019) também observa isso ao entrevistar jornalistas desacreditados dos sindicatos, que apontaram várias razões para tanto, como o fato de não se sentirem representados, de acreditarem que os resultados do sindicato não são proveitosos e que a taxa de contribuição sindical é muito cara.

Essa autocrítica é necessária à compreensão das condições para a organização da classe, e ela encontra algumas explicações à medida que avançamos para entender as demais camadas por trás da precarização da organização coletiva. Souza (2017, p. 14) mostra que as relações de trabalho hoje ofereceram para essa categoria um “novo palco de desideologização”, iluminado com a reestruturação produtiva gerada pela cena flexível presente no jornalismo. Como apontam Pithan, Vaclavik e Oltramari (2020, p. 11), o crescimento de formas temporárias de contratação, como os *freelances* e os contratos temporários, dificultam a criação de vínculos mais consistentes entre os colegas de ofícios, configurando um ambiente em que não há tempo para o acolhimento, desenvolvimento de laços e de relações entre os jornalistas, “suporte essencial para enfrentar assédio moral, longas jornadas e horários insalubres”.

Somando isso, no ambiente das redações, à alta rotatividade dos trabalhadores, criam-se contextos estéreis à troca de ideias e experiências, à formação de vínculos de amizade e às conexões intergeracionais (LELO, 2019), do qual saem prejudicados os jornalistas enquanto indivíduos e enquanto grupo, além do próprio produto jornalístico.

A consequência é a aceleração da dissolução dos laços que produzem um mundo comum de jornalistas-trabalhadores, dispersos e individualizados em redações fragmentadas ou pior, em home offices nos quais a identificação à profissão pode se restringir à conclusão da tarefa em curso. (LELO, 2019, p. 132).

Diante disso, encerramos nossa discussão propondo o estímulo à reflexão sobre a precarização da organização sindical, que ao lado das condições de trabalho e de saúde dos jornalistas, é uma das dimensões afetadas pelo capitalismo flexível, no jornalismo instituído em seu estado de hiperconcorrência (CHARRON; BONVILLE, 2016), e aspecto também fundamental para se compreender este momento da profissão. As múltiplas feições da precarização aqui descritas e as necessárias interconexões entre seus efeitos retroalimentam a vigência dos princípios do jornalismo de hiperconcorrência, em um cenário que ilustra a razão neoliberal capturada por Dardot e Laval (2016), e continuam a aprofundar o sofrimento dos jornalistas.

Com essa incursão pelos efeitos no trabalho e na saúde, encerrando com um rápido apontamento a respeito da organização da classe, buscamos tornar claras as condições sobre as quais atuam e vivem os jornalistas, protagonistas de nossa investigação. Para além de redundar as reflexões estabelecidas por Sennett (2009), Charron e Bonville (2016) e Dardot e Laval (2016), visualizar esse cenário é uma tarefa necessária para que avancemos à análise do perfil dos jornalistas gaúchos atentos não apenas aos números e percentuais que a seguir serão discutidos, mas às pessoas, histórias de vida que estão por trás deles e experimentam essa realidade.

3 METODOLOGIA E LIMITAÇÕES

Uma vez que se ancora nos estudos do Perfil do Jornalista Brasileiro 2021 (LIMA *et al.*, 2022) esta pesquisa emprega instrumentos metodológicos similares àqueles adotados na investigação nacional, notadamente a aplicação de questionário e a respectiva análise descritiva do conjunto de respostas fornecidas pelos entrevistados.

Diante disso, e de acordo com a definição de Vieira (2009, p. 5), podemos classificar nosso estudo como de ordem quantitativa, já que objetiva “classificar, ordenar ou medir variáveis para apresentar estatísticas, comparar grupos ou estabelecer associações”. Ainda segundo a autora, enquadram-se dentro da definição de pesquisas quantitativas as investigações nas quais o conhecimento obtido é “generalizável e passível de extensão, com certa margem de erro, para uma população geral de onde proveio a amostra” (VIEIRA, 2009, p. 5).

Vale enfatizar, nesse sentido, a posição assumida por Vieira (2009) diante das pesquisas quantitativas, visão por nós compartilhada.

Importante é manter a mente aberta a todas as possibilidades de produzir conhecimento, sem pensar que uma maneira de pesquisar é superior a outra ou – pior ainda – que pesquisadores de uma área são “melhores” do que os de outra. As duas técnicas de pesquisa – quantitativa e qualitativa – são formas de buscar conhecimento e não polos opostos formados por pesquisadores que se digladiam (VIEIRA, 2009, p. 7).

Além de categorizada como quantitativa, nossa pesquisa é enquadrada, nos termos de Vieira (2009, p. 8), enquanto transversal, na medida em que “os dados são coletados num período específico de tempo com o objetivo de responder à questão: o que está acontecendo agora?”. Essa definição compactua com o objetivo de nossa investigação, direcionado para a definição das características dos jornalistas gaúchos – desafio cujo resultado é uma análise temporal e contextual.

A forma de obtenção de dados escolhida são os questionários. Esse instrumento de pesquisa pode ser definido como formado por uma série de questões que são apresentadas para os participantes, também chamados de respondentes. Estes devem responder às questões e devolver o questionário preenchido, cujas informações são transformadas em estatísticas (VIEIRA, 2009). O instrumento questionário é usado em investigações definidas como pesquisas de opinião ou *surveys*, nas quais há possibilidade de coletar vasta quantidade de dados a partir de um grande número de entrevistados, em um ambiente real, além da viabilizar análises estatísticas de variáveis, como dados sociodemográficos (NOVELLI, 2005). Assim, considerando a capacidade das *surveys* gerarem informações que permitam a coleta de

informações de grandes grupos, os questionários são parte essencial na realização desta investigação, conforme detalhado a seguir.

3.1 A *SURVEY ONLINE* NACIONAL COMO FUNDAMENTO

Para atender ao objetivo de identificar as características de trabalho, econômicas e sociodemográficas dos jornalistas que atuam no Rio Grande do Sul, nos valem de parte dos dados coletados na pesquisa do Perfil do Jornalista Brasileiro 2021 (LIMA *et al.*, 2022), especificamente aquele conjunto de respostas enviadas à pesquisa nacional por jornalistas que se autoidentificaram como atuantes no RS.

Cabe destacar que a referida investigação realizada em todo o território nacional obedeceu a limitações metodológicas necessárias para a composição de amostras representativas de cada um dos Estados da federação. Tomando como base o número total de profissionais jornalistas registrados junto ao Ministério da Economia em cada estado, Lima *et al.* (2022) desenvolveram um plano amostral no qual estimaram a quantidade necessária de respostas oriundas de profissionais de cada Unidade da Federação (UFs). No caso dos jornalistas gaúchos, os autores estimaram um mínimo de 125 respostas. Contudo, os pesquisadores receberam 353 retornos (LIMA *et al.*, 2022).

Desta forma, levando em conta que houve uma quantidade significativa de respondentes do Rio Grande do Sul e considerando que parte dos questionários não pode ser analisada na pesquisa nacional em função do plano amostral, nos valem da totalidade desse universo de respostas de jornalistas gaúchos para atender a nossos objetivos na presente investigação. Isso significa que os dados aqui importados da *survey online* (enquete em rede) do Perfil do Jornalista Brasileiro 2021 (LIMA *et al.*, 2022) são, enquanto conjunto, inéditos.

Outra consideração necessária diz respeito à representatividade dos dados referentes aos jornalistas gaúchos. Consta no plano amostral do Perfil do Jornalista Brasileiro 2021 (LIMA *et al.*, 2022) a estimativa de que o RS concentra 4,02% dos registros profissionais de jornalistas do país. Conforme a mesma pesquisa, que se valeu de informações cedidas pela Coordenação de Identificação e Registro Profissional (CIRP/CGCIPE) do então Ministério da Economia, foram emitidos, entre 2000 e 2019, 142.424 registros em todo o país. Desta forma, é possível presumir que existam, no RS, cerca de 5.725 jornalistas com registro profissional. Assim, com base nessa estimativa que aponta para a existência de 5,7 mil jornalistas com registro no RS, as 353 respostas enviadas pelos jornalistas gaúchos ao Perfil do Jornalista Brasileiro 2021 (LIMA *et al.*, 2022) e aqui analisadas são compreendidas como uma amostra da população total de

jornalistas gaúchos e resultam em um estudo com margem de erro de 5%, para intervalo de confiança de 95%. É importante registrar que a pesquisa nacional tem margem de erro inferior a 2%, em intervalo de confiança de 95% (com plano amostral de 3.100 respondentes para um total de 6.594 respostas válidas).

Embora reconheçamos a representatividade da amostra, com base no intervalo de confiança e na margem de erro, devemos sublinhar as mesmas ressalvas constantes no Perfil do Jornalista Brasileiro 2021 (LIMA et al., 2022), que aumentam o risco de enviesamento dos resultados. A primeira delas é a impossibilidade de estimar se a participação na pesquisa – e a consequente resposta ao questionário – consiste em uma adesão homogênea entre os jornalistas gaúchos. Isso significa que os dados apresentados podem estar representando apenas a parte dos jornalistas que, por alguma razão, tem interesse em participar e responder a esse tipo de pesquisa, em detrimento dos demais profissionais.

A segunda razão diz respeito à estimativa de distribuição de registros profissionais no RS, que consiste em uma aproximação e não retrata exatamente a quantidade de jornalistas, pois não consegue abarcar movimentações como aposentadorias, mortes, abandono da profissão, mudança de Estado de atuação ou mesmo a quantidade de jornalistas que atuam sem registro profissional.

Soma-se a essas uma terceira razão, que está conectada com a primeira. Como veremos na análise dos dados em mais de um momento, constatamos no Rio Grande do Sul uma proporção significativa de jornalistas docentes, que é inclusive superior à média nacional. É preciso ponderar aqui que há a possibilidade de que a amostra consultada esteja enviesada, em função de uma eventual propensão dos professores universitários a participarem e responderem a questionários elaborados no contexto de pesquisas acadêmicas. Por outro lado, a possibilidade de existir percentual significativo de professores universitários condiz com a quantidade de cursos de Jornalismo. Em consulta ao Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior do Ministério da Educação⁵, constatamos que há, no RS, 25 cursos de Jornalismo presenciais e em atividade, o maior número da região Sul, já que no Paraná há 23 cursos presenciais e em atividade, enquanto que Santa Catarina conta com 14 cursos nessas condições.

⁵ Disponível em: <<https://emec.mec.gov.br/emec/nova#avancada>>. Acesso em setembro de 2023.

3.2 SURVEY COM JORNALISTAS EGRESSOS DA UFSM-FW

Embora as respostas enviadas por jornalistas do RS ao Perfil do Jornalista Brasileiro 2021 (LIMA *et al.*, 2022) nos fossem suficientes para traçarmos o perfil dos jornalistas gaúchos, atender ao objetivo de descrever as dinâmicas de inserção profissional de jornalistas egressos de uma universidade pública do interior do RS demandou outra fonte de dados. Inicialmente, buscamos coletar informações sobre esse grupo de egressos de modo que fosse possível compará-las com os dados obtidos sobre os jornalistas gaúchos como um todo – comparação que, como veremos adiante, se mostrou inviável – e então optamos pela aplicação de uma *survey* nos mesmos moldes do questionário aplicado no Perfil do Jornalista Brasileiro 2021 (LIMA *et al.*, 2022). Nessa tarefa de construção da *survey*, elaboramos o questionário, efetuamos o pré-teste e aplicamos o instrumento de coleta entre os egressos do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Maria, campus de Frederico Westphalen-RS (UFSM-FW).

Em nossa investigação, optamos pela realização de uma *web survey*, isto é, um questionário de autoaplicação disponibilizado *on-line* para os entrevistados. Conforme Evans e Mathur (2005), esse tipo de *survey* apresenta benefícios como a flexibilidade, uma vez que o envio de um *link* é suficiente para que o entrevistado acesse o questionário. A conveniência, aspecto que também é destacado por Vieira (2009), permite que os entrevistados acessem o *link* e respondam ao questionário na hora em que desejarem.

Além disso, Evans e Mathur (2005) apontam para a facilidade de compilação e análise dos dados, visto que os serviços de aplicação de questionários *on-line* automaticamente dispõem as informações fornecidas pelos respondentes em tabelas e gráficos, facilitando a análise; o acompanhamento das respostas, porque permite aos organizadores da investigação visualizarem simultaneamente a evolução da pesquisa; e a simplificação do encadeamento das questões, recurso que pode direcionar o entrevistado a mais ou menos questões dependendo das respostas que ele concede a certas perguntas. Em comparação com questionários aplicados via telefone ou presencialmente, essas são algumas das vantagens que se destacam, além do custo financeiro, que é menor em *web surveys* (EVANS; MATHUR, 2005).

Pesquisas com questionários de autoaplicação, contudo, também apresentam desafios aos investigadores. Em 2005, Evans e Mathur elencaram uma série de dificuldades que podem surgir nesse tipo de coleta. De fato, parte desses problemas é datada, pois diz respeito a um cenário no qual a navegação pela internet começava a ganhar espaço, em um momento no qual os usuários estavam sendo alfabetizados a tal tecnologia. Ainda assim, algumas dificuldades

listadas por aqueles autores parecem inerentes às *web surveys* e mereceram certa atenção durante a elaboração da estratégia de coleta.

Deste modo, a partir de Evans e Mathur (2005), elencamos os possíveis impasses para a aplicação de nosso questionário on-line. Além das ameaças listadas pelos autores, acrescentamos outras dificuldades que acreditávamos enfrentar durante a execução desta etapa da pesquisa. Com esse rol de eventuais impasses, elaboramos uma tabela com soluções para cada um dos desafios listados. Às dificuldades mencionadas por Evans e Mathur (2005), inserimos soluções indicadas pelos próprios autores, além de estratégias específicas para o nosso caso. A antevisão de algumas das dificuldades que encontraríamos na execução do questionário nos trouxe mais segurança em todas as etapas da investigação.

Quadro 1 – Possíveis ameaças e soluções na aplicação da *surveys*

Possível ameaça	Descrição da possível ameaça	Possíveis soluções
Percepção do questionário como <i>spam</i> pelo serviço de e-mail do respondente	Caso em que o link do questionário é enviado por e-mail ao respondente, mas é classificado pelo serviço de e-mail do destinatário como <i>spam</i> . Isso faz com que o link não seja direcionado para a caixa de entrada do respondente, que possivelmente não vê e não acessa o link	Envio do questionário para o e-mail do respondente a partir do serviço de hospedagem do instrumento de coleta, que em nosso caso foi a plataforma <i>SurveyMonkey</i>
Falta de instruções para responder ao questionário	Respondentes com dificuldades de entender como responder ao questionário ou com dúvidas em determinadas questões.	Realizar um pré-teste adequado, colhendo as observações dos participantes e aprimorando o instrumento.
Privacidade	Serviços de e-mail podem bloquear automaticamente mensagens recebidas de endereços desconhecidos.	Adicionar endereço de e-mail dos respondentes na lista de contatos da conta vinculada à <i>SurveyMonkey</i> e que faria o disparo para os participantes.
Baixa taxa de respostas	Participação dos respondentes em <i>web surveys</i> costuma ser mais baixa do que em outras formas de aplicação de questionários.	Elaboração de perguntas curtas e de fácil entendimento. Envio de lembretes ao e-mail dos respondentes ao longo do período de aplicação do questionário. Envio do questionário por diferentes plataformas. Além de e-mail, mandamos também via WhatsApp e Facebook.

Fonte: autores, com dados fornecidos pela Sugrad da UFSM-FW

Cientes dessas condições e com base no objetivo proposto, elaboramos o questionário para realizar uma pesquisa de caráter censitário com os estudantes egressos do curso de Jornalismo da UFSM-FW. O instrumento de pesquisa contou com 62 questões, divididas de

acordo com o tema de cada pergunta: sociodemográficas, econômicas e sobre o trabalho. Questões genéricas e questões filtro também foram inseridas, com o objetivo de restringir a autoaplicação do questionário apenas ao público-alvo. Também foram mantidas questões sobre valores profissionais e saúde no trabalho, objetos do questionário do Perfil do Jornalista Brasileiro 2021 (LIMA *et al.*, 2021).

Desta forma, projetamos nosso instrumento de pesquisa para que contemplasse a totalidade dos egressos graduados em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Maria, campus de Frederico Westphalen⁶. De acordo com informações fornecidas pela Secretaria Unificada de Graduação (Sugrad) da UFSM-FW, a pedido, o número de formados no curso de Jornalismo da respectiva instituição, entre 2010 (ano da formatura da primeira turma) e 2021 (ano em que esta pesquisa teve início), era de 368.

Quadro 2 – Número de egressos de Jornalismo da UFSM-FW por ano de formatura

Ano de formação	Número de egressos
2010 (1ª turma)	64
2011	43
2012	32
2013	24
2014	23
2015	34
2016	35
2017	25
2018	19
2019	23
2020	25

⁶ Entre 2006 – ano de abertura – e 2014, o curso recebeu o nome de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo, cuja grade curricular permaneceu vigente até 2018. Desde 2015, o nome oficial da graduação é Jornalismo – Bacharelado. Tais informações foram disponibilizadas pela Secretaria Unificada de Graduação (Sugrad) da UFSM-FW, a pedido.

2021	21
Total de egressos	368

Fonte: autores, com dados fornecidos pela Sugrad da UFSM-FW

A opção pela estratégia censitária teve como objetivo facilitar a execução da investigação. A proposta inicial era conseguir respostas do maior número possível das 368 unidades que formam o público-alvo e, para atenuar eventual diferença entre o total de egressos e o total de respostas recebidas, adotamos uma série de estratégias no envio dos questionários ao público-alvo. A contenção das fraquezas das *web surveys*, apontadas por Evans e Mathur (2005), foi a base de nossas ações nesse sentido.

Assim, elaboramos o questionário (APÊNDICE A), submetemos o instrumento à avaliação do Comitê de Ética da UFSC e, após o aval de tal órgão (ANEXO A), hospedamos o instrumento na plataforma *SurveyMonkey*, um serviço on-line especializado em *web surveys*. A partir do link do questionário, realizamos um pré-teste, enviado para um grupo de três egressos do curso de Jornalismo, cujas respostas foram computadas e consideradas na análise final da investigação. A partir das sugestões dos respondentes do pré-teste, promovemos melhorias na redação de algumas perguntas, com o intuito de tornar o instrumento mais compreensível, e avançamos para as etapas seguintes da coleta.

Para fazer com que o instrumento de pesquisa chegasse ao público-alvo, foram adotados diferentes procedimentos para autoaplicação do questionário. Em todos eles, um link do questionário era enviado para o egresso, direcionando o respondente à plataforma do *SurveyMonkey*.

Uma das estratégias de envio dos questionários foi o encaminhamento por e-mail. A lista de endereços de e-mails dos egressos foi obtida a partir de contato com a Sugrad da UFSM-FW, que gentilmente cedeu as informações para os fins desta pesquisa. Assim, em 1º de agosto de 2022 iniciamos a coleta do questionário com o envio dos e-mails para os endereços fornecidos pela Sugrad. O questionário ficou aberto até o dia 1º de setembro de 2022, período no qual enviamos outros três e-mails com lembretes aos egressos para que participassem da pesquisa.

Em paralelo a esses momentos, contatamos egressos dos quais tínhamos os contatos de *WhatsApp* e enviamos a eles o link do questionário. Essa estratégia foi adotada para criar redes de respondentes, uma vez que foi solicitado aos egressos que encaminhassem o link do questionário aos seus antigos colegas de turma. Da mesma forma, também publicamos um

convite para participação dos egressos na pesquisa em um grupo do Facebook que reúne estudantes e egressos do curso de Jornalismo da UFSM-FW.

Como resultado, obtivemos 90 respostas totais ao questionário: 73 provieram do questionário enviado por e-mail, 10 do link encaminhado por WhatsApp e outras quatro pelo grupo do Facebook, além das três respostas oriundas do pré-teste. Depois de uma avaliação preliminar, 87 delas foram consideradas válidas, enquanto três foram descartadas pelo fato de os respondentes não terem assentido ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE B).

Após o encerramento da coleta, a distribuição das respostas por ano de formação indicou que egressos de todas as turmas graduadas no curso entre 2010 e 2021 participaram da pesquisa, porém, em proporções diferentes. A maior concentração de respostas se deu entre os egressos da turma de 2021 (17 respostas), mas também foi possível observar retornos significativos entre turmas menos recentes, como é o caso dos egressos graduado entre 2015 e 2016. Já entre as primeiras turmas, a quantidade de respostas foi menor.

Quadro 3 – Número de egressos de Jornalismo da UFSM-FW e número de respostas obtidas no questionário, de acordo com o ano de formação

Ano de formação	Número de egressos	Número de respostas obtidas ⁷
2010 (1ª turma)	64	3
2011	43	5
2012	32	4
2013	24	8
2014	23	5
2015	34	10
2016	35	11
2017	25	7
2018	19	7

⁷ A divergência no número de respostas obtidas em relação ao número de 87 respostas válidas recebidas e consideradas no questionário se deu, nessa questão específica, em função de dois participantes terem pulado a pergunta sobre o ano de formação.

2019	23	5
2020	25	3
2021	21	17
Total	368	85

Fonte: autores, com dados fornecidos pela Sugrad da UFSM-FW

A partir dos dados obtidos, optamos por fazer alguns ajustes no rumo da investigação, de modo a melhor explorar as informações coletadas. De fato, a distribuição desequilibrada de retornos de acordo com o ano de formação e a baixa representatividade do conjunto de respostas em relação ao total de egressos nos fez rever a pertinência de estabelecer generalizações sobre o público-alvo e mesmo de buscar traçar comparativos com os dados estaduais e nacionais. Tais objetivos estavam entre os pontos centrais de nossa investigação e foi a partir deles que pautamos a elaboração do questionário da forma como foi construído e aplicado.

Assim, quando notamos que os dados obtidos seriam insuficientes para assegurar a confiança desejada na análise, optamos por abandonar o viés comparativo com a pesquisa nacional e estadual olhando para as informações coletadas buscando construir outras ponderações. Deixamos de lado uma abordagem que se pretendia censitária e voltamos nosso foco para compreender como se dão as dinâmicas de inserção desses jornalistas egressos da UFSM-FW no mercado de trabalho, suas estratégias de entrada e permanência no ofício, as dificuldades encontradas e projeções para o futuro na carreira. Embora o instrumento de pesquisa não tenha sido elaborado diretamente para coletar indicadores referentes a esses objetivos, consideramos que o questionário aplicado ainda assim seria capaz de fornecer dados que fomentassem tais reflexões, o que posteriormente pudemos assegurar. Devemos admitir, contudo, que o instrumento de coleta poderia ter sido ainda mais produtivo e enriquecedor se os ditos novos objetivos tivessem sido vislumbrados no princípio de nossa investigação.

Sublinhamos ainda que, embora tenhamos sopesado, na análise, a desproporcionalidade de respostas dos egressos em relação ao seu ano de formação (mais egressos respondentes nas turmas formadas recentemente), tal desequilíbrio gerou um conjunto de dados enviesado. Em um cenário ideal, teríamos obtido respostas de cada turma de egressos em tamanho proporcional à totalidade de formandos do respectivo ano, o que não ocorreu. Isso significa que as amostras de respostas obtidas de cada turma são imperfeitas, e com essa imperfeição em vista é que os dados coletados devem ser interpretados. Em suma, eles são mais representativos sobre as

condições de vida e trabalho dos egressos que se formaram recentemente do que em relação aos primeiros graduados.

Com isso, reconhecemos que a análise referente aos egressos da UFSM-FW não se deu com em um percurso ideal de pesquisa, embora, ainda assim, avaliemos que a fonte de informações tenha sido suficiente para nossa análise e os resultados a seguir apresentados forneçam ponderações importante a respeito desse grupo.

3.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Uma vez compiladas as respostas enviadas pelos jornalistas gaúchos ao Perfil do Jornalista Brasileiro 2021 (LIMA *et al.*, 2022) e coletadas as respostas da *survey* com os egressos da UFSM-FW, partimos para a etapa de análise desses dois conjuntos de dados. Aqui, explicamos como se deu tal procedimento.

Em relação aos jornalistas gaúchos, como já mencionado, a análise se deu a partir dos dados disponibilizados pela coordenação da pesquisa do Perfil do Jornalista Brasileiro 2021 (LIMA *et al.*, 2022), que nos encaminhou o total de respostas enviadas por jornalistas gaúchos ao questionário nacional. Depois de organizarmos esse conjunto de dados, procedemos a análise observando os resultados de cada uma das perguntas do questionário. Nesse procedimento, prezamos por uma análise descritiva, procurando fazer relatos diretos e objetivos sobre os resultados observados.

Pelo fato de os dados aqui constantes serem provenientes da referida pesquisa nacional, foi possível proceder a análise colocando em perspectiva os resultados enviados pelos jornalistas gaúchos com aqueles observados entre os profissionais do restante do país. Em questões cujos resultados apontavam para a existência de peculiaridades no contexto do jornalismo gaúcho em comparação com o cenário nacional, registramos e comentamos sobre essas distinções. Dessa forma, priorizamos descrever os resultados estaduais sobre as características dos jornalistas gaúchos e, quando julgamos necessário, tecer breves comentários sobre aqueles dados que consideramos mais significativos, representativos ou particulares sobre esse conjunto de profissionais.

Já em relação ao conjunto de dados coletados a partir do questionário aplicado aos egressos da UFSM-FW, a análise transcorreu de maneira um tanto distinta ao procedimento adotado na análise do perfil dos jornalistas gaúchos. Embora os questionários aplicados fossem similares, nosso objetivo com os dados dos egressos esteve voltado para descrever as dinâmicas de inserção profissional de jornalistas egressos de uma universidade pública do interior do RS.

Dessa forma, dividimos a análise sobre os egressos das UFSM-FW de acordo com características que julgamos importantes para compreender como se dão as dinâmicas e movimentações desses jornalistas no mercado de trabalho. Há quatro conjuntos de características: o primeiro apresenta informações sobre a demografia dos egressos, o segundo aborda a condição econômica deles, o terceiro trata diretamente sobre as condições de trabalho e o quarto retrata o engajamento em questões de classe e os valores profissionais.

Cada um dos blocos é apresentado com a descrição dos resultados de questões constantes no questionário aplicadas aos egressos, um esforço que é quantitativo. Porém, julgamos necessário para realmente alcançar o objetivo proposto nessa investigação aprofundar a análise e inserir elementos qualitativos nessa etapa. Assim, sob a luz de outras pesquisas que se debruçam em objetos de estudo similares ao nosso, comentamos e tecemos reflexões sobre alguns dos resultados que consideramos mais significativos em cada um dos blocos, de modo a visualizar o cenário vivido pelos jornalistas egressos da UFSM-FW de maneira contextualizada ao campo jornalístico de modo geral. Isto é, embora nosso estudo retrate um grupo específico de jornalistas, olhar apenas para os dados quantitativos obtidos com o questionário resultaria em uma análise desconectada da realidade do campo.

Além de qualificar as ponderações, a estratégia de refletir sobre os dados quantitativos com base em pesquisas similares ajuda a contornar outra peculiaridade de nossa investigação, que é o reduzido número de participantes – sobre o qual comentamos anteriormente. Basear toda a reflexão somente em aspectos quantitativos aumentaria as chances de proceder uma análise enviesada sobre o nosso objeto. Por essa mesma razão, também optamos por apresentar os resultados do questionário aplicado aos egressos em valores absolutos, pois avaliamos que apresentar os valores de acordo com seus percentuais poderia distorcer a compreensão das informações. Assim, as tabelas expostas na seção da análise sobre os egressos da UFSM-FW retratam a quantidade de respostas enviadas em cada uma das questões analisadas, e não seus respectivos percentuais.

4 O PERFIL DOS JORNALISTAS GAÚCHOS

Uma mulher branca, com idade entre 23 e 40 anos, solteira e sem filhos. Assim pode ser definido de maneira resumida o perfil sociodemográfico dos jornalistas no Rio Grande do Sul, a partir dos resultados da *survey* aplicada no Perfil do Jornalista Brasileiro 2021 (LIMA *et al.*, 2022). As mulheres representam 58,1% dos profissionais do jornalismo no Estado, o que se assemelha com o resultado observado na pesquisa nacional, onde elas constituem 57,8% do campo (LIMA *et al.*, 2022). A maior parte dos jornalistas (29,7%) tem entre 23 e 30 anos, enquanto outros 29,2% estão na faixa entre 31 e 40 anos, o que significa dizer que seis a cada 10 jornalistas gaúchos têm entre 23 e 40 anos. Também é notável o baixo número de novos profissionais na área, já que apenas 3,4% dos respondentes têm entre 18 e 22 anos.

Tabela 1 – Com qual gênero você se identifica?

	Porcentagem válida
Feminino	58,1
Masculino	41,9
Total	100

Fonte: autores

Tabela 2 – Você pertence a qual faixa etária?

	Porcentagem válida
Entre 23 anos e 30 anos	29,7
Entre 31 anos e 40 anos	29,2
Entre 51 anos e 64 anos	19
Entre 41 anos e 50 anos	13,3
Acima de 64 anos	5,4
Entre 18 anos e 22 anos	3,4
Total	100

Fonte: autores

A autoidentificação de raça/cor dos jornalistas é um primeiro fator que chama atenção no caso do Rio Grande do Sul, isso porque 89% dos respondentes se dizem brancos. Esse número é maior do que a média observada no país, onde Lima *et al.* (2022) identificaram que 67,7% dos jornalistas são brancos. Jornalistas pardos no RS são 5,6%, enquanto profissionais que se autoidentificam como pretos representam 4,8% do campo e amarelos são 0,3%. A distribuição condiz com a constituição racial da população gaúcha, demonstrada pelo Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) 2020-2021⁸. Conforme o estudo, brancos são 81% da população gaúcha, pardos representam 13% e pretos, 6%. Os percentuais também se aproximam da proporção de concluintes no ensino superior no RS de acordo com a raça, como indicou o Panorama das desigualdades de raça/cor no Rio Grande do Sul, publicado em 2019 pelo Departamento de Economia e Estatística (DEE)⁹: 88,7% dos concluintes são brancos, 7% são pardos, 3,6% são pretos, 0,5% são amarelos e 0,2% indígenas.

Tabela 3 – Como você define a sua cor/raça?

	Porcentagem válida
Branca	89
Preta	4,8
Parda	5,6
Amarela	0,3
Outra.	0,3
Total	100

Fonte: autores

No aspecto do estado civil, mais da metade (52,4%) dos entrevistados estão solteiros. Outros 22,7% são casados e 17% dos jornalistas gaúchos vivem em união estável, números que se assemelham aos resultados observados em nível nacional por Lima *et al.* (2022). Também condizem com o cenário brasileiro os percentuais de jornalistas com filhos: no RS, 64% não têm filhos, e entre aqueles que possuem descendentes, 19% são pais/mães de apenas um.

Quanto à escolaridade, nota-se um elevado grau de qualificação acadêmica dos profissionais de jornalismo no RS. Isso pode ser explicado também pelo alto número de gaúchos que atuam na docência – campo que normalmente requer maior formação acadêmica –, como se verá adiante.

Tal cenário fica evidente quando se compara os níveis de formação dos jornalistas gaúchos com os do restante do país. Ao serem questionados sobre qual a qualificação mais alta que têm, 39,7% dos jornalistas gaúchos responderam “ensino superior completo”, número menor que a média nacional para a profissão, que é de 42,3%, apontaram Lima *et al.* (2022).

⁸ Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=34420&t=resultados>>. Acesso em agosto de 2022.

⁹ Disponível em: <<https://estado.rs.gov.br/upload/arquivos//relatorio-tecnico-dee-panorama-das-desigualdades-de-raca-cor-no-rio-grande-do-sul.pdf>>. Acesso em setembro de 2023.

No RS, também é menor proporção de jornalistas com especialização: 21,2% entre os gaúchos e 28,6% na média nacional (LIMA *et al.*, 2022). Porém, o cenário se inverte nas formações *stricto sensu*, mostrando uma opção pela continuidade dos estudos, já que 18% dos jornalistas gaúchos têm mestrado, 13% possuem doutorado e 3,4%, pós-doutorado. No Brasil, essas proporções são de 14,7% (mestrado), 4,7% (doutorado) e 1,6% (pós-doutorado).

Cabe sublinhar aqui que a menção aos 39,7% de jornalistas com ensino superior completo no RS contém apenas os profissionais que possuem o diploma de graduação e que não têm outras formações complementares, como especializações, mestrado ou doutorado. Se considerarmos o total de jornalistas com diploma de graduação, somando também aqueles que têm certificações de pós-graduação, o percentual é de 95,4%.

Como detalhado anteriormente, aspectos da fé e políticos dos jornalistas gaúchos também integram aqui o rol das características sociodemográficas analisadas. Em suma, a religiosidade dos jornalistas no RS é menor do que a média nacional: 48,6% dos gaúchos são adeptos de alguma religião, contra 57,7% dos jornalistas brasileiros. Quase um terço (29,6%) é formado por agnósticos e 21,8% não têm religião ou são ateus.

Os jornalistas que se disseram praticantes de alguma fé foram convidados a escreverem à qual culto estão vinculados. A partir desse conjunto de respostas, foi possível observar que 31,9% se identificam com o catolicismo, 12,8% com o espiritismo, 10,6% com o cristianismo e 8,5% com o budismo. Outras menções a religiões e cultos foram: acredita em Deus (6,4%), umbandista (4,3%), brasilianista (2,1%), espiritualista (2,1%), Bahá'í (2,1%), evangélico (2,1%), judaísmo (2,1%), luteranismo (2,1%) e panteísmo (2,1%). Houve algumas menções a mais de uma fé ao mesmo tempo: 2,1% indicaram ser adeptos do catolicismo/umbanda e espiritismo simultaneamente, enquanto outros 2,1% disseram crer na umbanda e espiritismo ao mesmo tempo, respostas que foram categorizadas como “múltiplas crenças”. Ainda, 6,4% das respostas foram categorizadas como religião indefina.

Tabela 4 – Você é adepta (o) de alguma fé, religião ou culto?

	Porcentagem válida
Sim	48,6
Não, sou agnóstica/agnóstico	29,6
Não, sou ateia/ateu	21,8
Total	100

Fonte: autores

Tabela 5 – Sim. Qual(is)?¹⁰

	Porcentagem válida
Catolicismo	31,9
Espiritismo	12,8
Cristianismo	10,6
Budismo	8,5
Acredita em Deus	6,4
Sem religião definida	6,4
Umbanda	4,3
Múltiplas crenças	4,3
Brasilianismo	2,1
Espiritualismo	2,1
Bahá'i	2,1
Evangélico	2,1
Judaísmo	2,1
Luteranismo	2,1
Panteísmo	2,1
Total	100

Fonte: autores

A adesão dos jornalistas ao sindicalismo no RS é levemente mais alta do que o observado no país, mas ainda assim a maior parte da categoria não é filiada. No Rio Grande do Sul, 38,2% dos jornalistas são sindicalizados, enquanto que no país esse número é de 31,4% (LIMA, *et al.*, 2022). Para os que não participam do movimento sindical, a razão mais comum para a não filiação é a falta de interesse, apontada por 36,8% dos respondentes que integram

¹⁰ Os percentuais apresentados na tabela resultam de uma agregação feita com base em dados coletados a partir de uma questão aberta, isto é, provêm de respostas escritas pelos próprios participantes da pesquisa. A tarefa de agregação implicou em algumas escolhas para simplificar as informações a fim de facilitar a condensação e exibição em formato de tabela. Por exemplo, na categoria “Catolicismo”, foram consideradas respostas como “Igreja católica” e “sou católico”, lógica que foi aplicada às demais categorias. Porém, optamos por manter em categorias diferentes algumas respostas que eventualmente poderiam se referir à mesma religião, mas que também podem ser compreendidas como crenças diferentes. Esse é o caso das respostas categorizadas como “Luteranismo”, por exemplo, que poderiam ser agrupadas na categoria “Evangélico”, já que oficialmente a religião recebe o nome de “Igreja Evangélica Luterana do Brasil” ou “Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil”. Porém, pelo fato de o termo “evangélico” ser comumente associado às religiões pentecostais e neopentecostais, optamos por manter as categorias separadas, uma lógica que buscamos aplicar na análise e agrupamento de todas as demais respostas enviadas a esta questão. Da mesma forma, optamos por manter uma categoria agrupando as respostas que fizeram referência ao “Cristianismo”, que na verdade se trata de uma crença compartilhada por várias religiões.

esse grupo. Outros 28,6% dizem não conhecer o sindicato, 21,8% afirmam que o órgão não responde às demandas específicas de sua área de atuação e 20% atribuem o desinteresse à outras razões não mencionadas. Ainda há 8,3% que justificam essa postura pela falta de representatividade da diretoria ou pela dificuldade por ela criada para a sindicalização (3,8%).

Tabela 6 – Você é filiada(o) a algum sindicato?

	Porcentagem válida
Sim	38,2
Não	61,8
Total	100

Fonte: autores

A filiação partidária é incomum entre os jornalistas gaúchos, já que 83,9% não estão formalmente ligados a siglas partidárias. O partido com mais jornalistas filiados é o PT, que congrega 6,9% dos jornalistas, seguido pelo PSOL (2,3%). MDB, PCdoB e PSB têm, cada um, 0,9% dos profissionais, enquanto DEM, NOVO, PCB, PDT, PODE, PP, PTB, Republicanos e UP foram mencionados cada um por 0,5% dos jornalistas.

A despeito dos baixos níveis de sindicalização e filiação a partidos políticos, os jornalistas gaúchos têm posição ideológica definida. Mais da metade dos respondentes (52,9%) afirma ser de esquerda – destes, 2,3% são de extrema-esquerda – e outros 27,6% se alinham com as ideias de centro-esquerda. Significa dizer que 79,2% dos jornalistas do Rio Grande do Sul têm alguma familiaridade com as ideias de esquerda ou centro-esquerda. A ideologia de centro é a preferida por 4,6% dos respondentes, seguida pelos ideais de centro-direita (2,8%), outro (1,8%) e direita (0,9%). Outros 8,3% desejaram não responder.

4.1 CARACTERÍSTICAS DE TRABALHO DOS JORNALISTAS GAÚCHOS

Cruciais para a compreensão do cenário do jornalismo no RS, as características de trabalho são aqui analisadas em dois momentos. Inicialmente, apresentamos dados gerais sobre a categoria e, depois, detalhamos informações ligadas às áreas de atuação dos jornalistas (na mídia, fora dos veículos de imprensa ou na docência).

De modo geral, 77,5% dos jornalistas gaúchos atuaram como estagiário em algum momento da carreira, mas 20,7% não tiveram essa experiência, enquanto 1,7% dos respondentes afirmaram que estava estagiando no momento da pesquisa. Ainda, a cada 10 jornalistas no RS, oito possuem registro profissional na área. Precisamente, 80,5% têm registro,

enquanto um representativo contingente de 19,5% não está formalmente registrado como jornalista.

Condiz com a idade da maioria dos jornalistas gaúchos (entre 23 e 40 anos) o tempo em que os profissionais estão no mercado de trabalho: 39,1% dos profissionais estão trabalhando ou trabalharam com jornalismo entre dois a 10 anos. Dentro dessa faixa, a maior concentração (21,3%) se dá entre os profissionais que atuam/atuaram de dois a cinco anos. Inicialmente, esse dado demonstra que o campo é constituído principalmente por trabalhadores com curta experiência. Também é significativa a presença de profissionais com experiência que varia entre 11 a 15 anos (13,8%) e daqueles com mais de 31 anos de trabalho (13,5%).

Porém, apesar do alto número de trabalhadores com mais de três décadas de atuação no jornalismo, é relativamente baixo o percentual de jornalistas com experiência de 16 a 30 anos de trabalho. As três faixas que se enquadram nessa categoria (16 a 20 anos; 21 a 25 anos e 26 a 30 anos) agrupam apenas 19% dos profissionais do jornalismo, o que indica um vazio de profissionais com tal tempo de experiência no campo. As explicações para isso dependem de novos estudos, já que os números levantados nesta coleta não são suficientes para considerações efetivas a respeito desse fenômeno. Uma hipótese é que isso remeta a algum tipo de *déficit* na formação de jornalistas nos anos que circundam a virada do século¹¹.

Tabela 7 – Por quanto tempo trabalha ou trabalhou como jornalista?
(Anos completos.)

	Porcentagem válida
Até 1 ano	8,6
De 2 a 5 anos	21,3
Entre 6 e 10 anos	17,8
De 11 a 15 anos	13,8
Entre 16 e 20 anos	6,9
De 21 a 25 anos	7,5
Entre 26 a 30 anos	4,6
31 anos ou mais	13,5

¹¹Não há razões aparentes nesta pesquisa que expliquem a menor quantidade de profissionais com a faixa de experiência no jornalismo entre 16 a 30 anos. Outra hipótese, além de uma possível redução do número de profissionais formados na virada do século, pode ser a evasão da profissão pelos jornalistas a partir dos 16 anos trabalhados. Mesmo assim, essa proporção não condiz com número pessoas que responderam à pesquisa e que afirmam ter abandonado o ofício de jornalista e mudado de área (8,3%). Um dos caminhos para a verificação da hipótese do *déficit* na formação é a consulta ao número de registros concedidos a jornalistas no RS ao longo dos anos.

Nunca trabalhei como jornalista ou docente na área	5,5
Sou docente na área, mas nunca atuei como jornalista	0,5
Total	100

Fonte: autores

Quase metade dos respondentes (49,4%) teve, ao longo de sua carreira, entre dois e cinco vínculos profissionais, sejam eles empregos com carteira assinada, contratos como microempreendedor individual ou *freelancers*. Outros 25,9% tiveram entre seis e 10 empregos e 12,4% dos jornalistas trabalharam para apenas um empregador. Ainda, 5,5% dos profissionais nunca tiveram vínculos formais de emprego como jornalista.

No Rio Grande do Sul, 59,5% dos respondentes efetivamente diz cumprir funções jornalísticas – dentro ou fora da mídia – no dia a dia, número que fica abaixo da média nacional (68,2%), como apontaram Lima *et al.* (2022). Essa diferença pode estar ligada à outra característica marcante do campo de trabalho no RS: 13,2% dos jornalistas gaúchos são docentes em jornalismo ou em comunicação, mais que o dobro da média nacional, que é de 6,2% (LIMA *et al.*, 2022). A partir do que se observou a respeito do nível de formação dos jornalistas gaúchos (34,5% têm diploma de mestrado, doutorado ou pós-doutorado), é possível aventar a ideia de que a docência é uma trajetória culturalmente valorizada entre os profissionais de jornalismo no RS.

Entre os respondentes que não mais atuam mais como jornalistas na mídia ou mesmo na docência, 8,3% afirmam ter mudado de área. Somando aposentados, desempregados e aqueles que estão estudando e por isso se retiraram ao menos temporariamente do mercado, estão 13,2% dos respondentes. Outros 3,7% nunca trabalharam com jornalismo ou como docentes.

Menos da metade (41,7%) dos profissionais no RS trabalha sob contratos celetistas, mas tal modelo ainda predomina nas relações de trabalho dos jornalistas. O vínculo como servidor público é o segundo mais comum (16,7%), enquanto que 9,1% dos respondentes atuam como microempreendedores individuais (MEI) no Rio Grande do Sul. Outros 7,5% têm cargos comissionados e 6,3% são *freelancers*. Pessoas jurídicas sem funcionários ou sócios representam 4% dos vínculos de trabalho dos jornalistas.

Tabela 8 – Qual é o tipo de vínculo empregatício em seu trabalho principal?

	Porcentagem válida
Carteira assinada (CLT)	41,7

Servidor (a) público (a)	16,7
Sou MEI (Microempreendedor (a) Individual)	9,1
Cargo comissionado	7,5
Freelancer	6,3
Trabalho como pessoa jurídica (PJ) (sem funcionários ou sócios)	4,0
Outro	3,2
Contrato de prestação de serviços	2,8
Prestação de Serviço sem contrato firmado	2,4
Carteira assinada com redução de salário	1,6
Contrato por hora/aula	1,6
Contrato público temporário	1,2
Dono (a) ou sócio(a) de empresa com funcionários	0,8
Bolsista ou similar decorrente de programas públicos de incentivo à docência	0,8
Carteira assinada com período intermitente	0,3
Total	100

Fonte: autores

Dentro das questões de trabalho também consideramos aspectos econômicos da vida dos jornalistas, tais como os rendimentos auferidos pelos profissionais. No RS, 23% dos respondentes ganham entre cinco e 10 salários mínimos, o que na época da pesquisa equivalia a R\$ 5501 e R\$ 11000, respectivamente¹². Embora essa faixa salarial seja aquela que concentra um maior número de respondentes, não significa que este seja o salário mais comum aos jornalistas. De fato, a maior parte dos respondentes recebe valores menores, que ficam entre um e quatro salários mínimos (R\$ 1101 e R\$ 4400 em 2021). Esse grupo representa 51,2% do total de respondentes. Tal percentual é resultado de uma condensação que fizemos ao somarmos os grupos que apontaram receber entre um e dois salários mínimos (17,5%), entre dois e três (19,8%) e entre três e quatro salários (13,9%). Nessa mesma linha de raciocínio, é possível afirmar que mais de um terço (37,3%) dos jornalistas ganham de um a três salários mínimos no RS.

Tabela 9 – Qual a sua renda bruta mensal proveniente do trabalho como jornalista ou docente em jornalismo?

¹² Os valores apontados fazem referência ao ano em que o questionário foi aplicado, 2021, quando o salário mínimo estava fixado em R\$ 1.100,00

	Porcentagem válida
De R\$ 5501 a R\$ 11000 (de 5 a 10 salários mínimos)	23,0
De R\$ 2201 a R\$ 3300 (de 2 a 3 salários mínimos)	19,8
De R\$ 1101 a R\$ 2200 (de 1 a 2 salários mínimos)	17,5
De R\$ 3301 a R\$ 4400 (de 3 a 4 salários mínimos)	13,9
De R\$ 11001 a R\$ 22000 (de 10 a 20 salários mínimos)	9,5
De R\$ 4401 a R\$ 5500 (de 4 a 5 salários mínimos)	7,9
Até R\$ 1100 (até 1 salário mínimos)	4,4
Sem renda	1,6
Acima de R\$ 22001 (acima de 20 salários mínimos)	1,2
Não quero informar	1,2
Total	100

Fonte: autores

A condição salarial se reflete em um desequilíbrio nas contas pessoais dos jornalistas. Apenas 37,8% dos profissionais responderam que sua remuneração é suficiente para arcar com as despesas mensais, enquanto que para 25,8% o salário às vezes cobre as despesas. Para 36,4% a remuneração é insuficiente, o que os leva a recorrer a outras alternativas para completar a renda: 10,3% fazem trabalhos extras; 7,9% recebem ajuda dos pais; 6,7% têm apoio do companheiro ou companheira; 1,6% contam com ajuda de outras pessoas; e quase um a cada dez jornalistas (9,9%) no RS não tem ajuda financeira e fica devendo no fim do mês.

Tabela 10 – Sua remuneração líquida mensal é suficiente para sempre arcar com suas despesas mensais?

	Porcentagem válida
Sim	37,8
Às vezes	25,8
Não, mas me viro com trabalhos extras	10,3
Não, fico sempre devendo	9,9
Não, mas recebo suporte dos meus pais	7,9
Não, mas tenho apoio de companheira (o)	6,7
Não, mas conto com ajuda de outras pessoas	1,6
Total	100

Fonte: autores

Em uma pergunta que permitia mais de uma resposta, os jornalistas do RS indicaram quais são os benefícios trabalhistas que recebem no emprego principal. As vantagens mais comuns são o vale ou auxílio alimentação e o plano de saúde, percebidas por 37,7% e 33,3% dos respondentes, respectivamente. Também é significativa a proporção de profissionais que recebem vale ou auxílio transporte (17,1%), incentivo à qualificação (15,9%), vale ou auxílio refeição (11,5%) e participação nos lucros (11,5%). Apesar dessas e de outras, um terço (33,3%) dos jornalistas do RS trabalha sem qualquer tipo de benefício trabalhista. No cenário nacional a situação é semelhante, e Lima *et al.* (2022, p. 47) indicam que esse resultado pode ser explicado a partir dos “vínculos precários de relações de trabalho, como MEIs, freelancers e autônomos como pessoas jurídicas, modos de contratação que não costumam oferecer benefício para além do pagamento do serviço prestado”.

Finalmente, antes de partirmos para a análise de acordo com a área de atuação dos respondentes, apontamos quais são as formas de ingresso mais comuns para os profissionais do jornalismo no RS. A contratação a partir de processo seletivo realizado pela empresa é o caminho percorrido por 27,4% dos participantes. Também é uma forma corriqueira de ingresso no ofício os concursos públicos e a indicação por um amigo ou colega, alternativas que foram apontadas por 18,2% dos respondentes. Convites diretos feitos pelas empresas aos jornalistas também se destacam, uma vez que foram assinalados por 12,3% das pessoas.

A distribuição dos jornalistas do RS de acordo com a área de atuação demanda uma observação cautelosa. A concentração maior de profissionais se dá no campo da mídia, como em jornais, redes de televisão ou emissoras de rádio, onde estão 46% dos jornalistas. Depois, há um contingente significativo de 36,1% dos respondentes que trabalha em empregos fora da mídia, como em assessorias de imprensa. Por último, aparece o campo da docência, que é a ocupação principal para 17,9% dos jornalistas no RS.

Tabela 11 – Em sua ocupação principal, qual sua área de atuação?

	Porcentagem válida
Mídia (imprensa, veículos de comunicação, arranjos alternativos de mídia/mídia independente, startup jornalística e/ou produção de conteúdo jornalístico)	46,0
Fora da mídia, em outras atividades (assessoria de imprensa ou comunicação, produtoras de conteúdo para mídias digitais...)	36,1
Docência (formação superior de jornalistas ou outras áreas de conhecimento)	17,9
Total	100

Fonte: autores

Essa ordem de grandezas (mídia > fora da mídia > docência) no que diz respeito ao campo da ocupação principal reflete o cenário observado no país, como apontaram Lima *et al.* (2022). Porém, os percentuais de cada área são sensivelmente diferentes do que ocorre com os jornalistas do Brasil de modo geral, indicando algumas especificidades no caso gaúcho. Os dados corroboram nossa percepção assinalada anteriormente de que a carreira da docência demonstra ser atrativa para os jornalistas no Rio Grande do Sul. Embora seja a que concentra o menor percentual de profissionais, essa proporção no RS é muito maior do que no caso brasileiro (17,9% contra 7,4%, respectivamente).

Os números também indicam, em uma análise inicial, que essa preferência pela carreira docente no RS ocorre em detrimento da atuação como jornalista na área da mídia. Em solo gaúcho, 46% dos jornalistas trabalha em veículos de comunicação, enquanto que no Brasil esse número é de 57,7% (LIMA *et al.*, 2022). É de se supor que esteja havendo no RS um esvaziamento na área da mídia, com os jornalistas se direcionando para o campo da docência – uma suspeita que deve ser testada em outras investigações.

Em resumo, no RS há uma significativa dispersão dos jornalistas entre as três áreas de atuação mais comuns ao campo (mídia, fora da mídia e docência). Ainda que a carreira na imprensa seja a mais popular, ela já não é tão preferida como é no restante do país. Olhamos agora para as especificidades de cada uma dessas carreiras.

4.1.1.1 Os jornalistas da mídia

Compreendido como o ofício exercido em veículos de comunicação, tais como jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão, dentre outros órgãos de imprensa e informação, o jornalismo de mídia no Rio Grande do Sul, como dito anteriormente, é o principal segmento de atuação dos profissionais formados na área, agrupando 46% dos respondentes. A seguir, apresentamos os resultados da seção do questionário que foi respondida apenas pelos jornalistas que disseram trabalhar nesta área, com comentários que apontam para as dissonâncias entre o cenário estadual e o nacional.

No RS, o jornalismo on-line é a sede da maior parte dos profissionais: 67,9% dos respondentes afirmaram que trabalham nessas mídias. Em seguida, aparece o jornalismo impresso, onde 43,8% dos participantes da pesquisa disseram atuar. As emissoras de rádio aparecem na sequência, mencionadas por 28,6% dos profissionais, acompanhadas pelas de TV, onde se encontram 16,1% dos jornalistas do RS. Jornalismo em revistas (9,8%), outros tipos de

mídia (8,9%) e agências de notícias (7,1%) completam a lista dos tipos de mídia em que atuam os jornalistas.

Tabela 12 – Você trabalha atualmente em que tipo de mídia(s)?
(É possível assinalar mais de uma resposta.)

	Porcentagem válida
Online	67,9
Jornal	43,8
Rádio	28,6
TV	16,1
Revista	9,8
Outra	8,9
Agência de notícias	7,1

Fonte: autores

Posta em perspectiva ao cenário nacional, a partir dos dados de Lima *et al.* (2022), essa composição indica peculiaridades da cena jornalística no RS. A mais saliente delas é o lugar de destaque que o jornalismo impresso ocupa no estado: enquanto 43,8% dos gaúchos dizem atuar em veículos impressos, no Brasil esse número cai para 22,3%. Fenômeno semelhante acontece com as emissoras de rádio (28,6% no RS e 13,9% no Brasil). Já a proporção de trabalhadores das emissoras de televisão é menor no Rio Grande do Sul, onde 16,1% dos respondentes disseram atuar em TV, contra 25,5% da média nacional – o que pode se explicar pelas próprias características do mercado jornalístico gaúcho, cujo campo televisivo é composto por alguns poucos veículos. De todo modo, o jornalismo on-line é, de longe, aquele que mais emprega jornalistas que atuam na mídia.

Tais números podem indicar alguns caminhos interpretativos e aqui destacamos aqueles que nos parecem mais coerentes. O primeiro é que os veículos de comunicação impressos e as emissoras de rádio no RS realmente ocupem posição privilegiada no panorama midiático, o que faz com que agrupem um maior número de profissionais. Neste caso, caberia investigar as razões que levam a essa permanência e resiliência de tais veículos no RS, como fizeram Oliveira (2022) e Parzianello (2022). Oliveira (2022) argumenta que os gestores dos veículos impressos têm dificuldade para elaborar modelos rentáveis no ambiente on-line ou acreditam que o público não vai aderir a um eventual movimento de migração digital do jornal. Parzianello (2022), por sua vez, diz que os impressos resistem pois conseguem pautar temas que interessam

à comunidade local, assumindo papel de transformação e intervenção na sociedade, uma vinculação local que também é descrita por Avrella (2014), no caso das emissoras de rádio.

O segundo caminho interpretativo leva em conta a existência de veículos de comunicação com atuação multimídia, como uma emissora de rádio que seja também proprietária de um jornal e faça publicações on-line em seu site oficial. Jornalistas que trabalham em empresas desse tipo e tenham respondido ao questionário podem ter assinalados as três alternativas (jornalismo on-line, impresso e emissoras de rádio). Por fim, há de se considerar a hipótese de que os jornalistas de mídia tenham mais de um emprego e atuem em veículos de comunicação de suportes informativos distintos.

O jornalismo regional é o principal empregador dos profissionais da área no RS. Mais de um terço (35,7%) dos respondentes diz trabalhar em uma empresa privada com atuação regional. A proporção é bem maior do que no caso brasileiro, onde esse segmento agrupa 16,8% dos jornalistas (LIMA *et al.* 2022). Entre as mais representativas também estão as empresas privadas com atuação nacional, local de trabalho para 23,2% dos jornalistas de mídia no RS, e as instituições públicas, que agregam 12,5% dos respondentes.

Prevalecem no RS as empresas de comunicação de menor porte, isto é, aquelas que têm entre dois e quatro jornalistas. É nesse tipo de organização que estão 31,3% dos respondentes trabalhadores da mídia. Empresas com apenas um jornalista aparecem na segunda posição, resposta comum a 17,9% dos participantes. Na sequência aparecem empresas que tenham entre 21 e 50 jornalistas (15,2%), de cinco a 10 profissionais (14,3%), de 11 a 20 (10,7%) e mais de 51 (10,7%). Este último caso também é digno de nota, já que empresas deste porte estão entre as mais comuns no cenário brasileiro, o que não se repete no RS.

A função mais comum para os jornalistas de mídia é a de repórter, assinalada por 33% dos respondentes, mas também é considerável a proporção de profissionais que atuam como editores (20,5%). Apesar disso, 12,4% dos respondentes marcaram a opção “outra” nesta pergunta, indicando atribuições diversas às disponibilizadas entre as alternativas. Foram mencionadas pelos respondentes funções como assessor (0,5%), assistente de conteúdo (0,3%), editor de imagens (0,3%), locutor (0,3%) e redatora (0,3%). Além disso, pelo fato de a pergunta permitir apenas uma resposta, alguns participantes assinalaram a opção “outra” e escreveram um conjunto de funções que exercem. São exemplos disso as seguintes menções: “editor e publicador do site do jornal impresso; jornalista (produção e reportagem), editora, revisora, fotógrafa; jornalista, editora, revisora e fotógrafa; pauteiro, repórter e *web write* [sic]; produtor/repórter/apresentador/editor; repórter, edição, colunista, pauteira; todas acima, exceto

âncora e ilustradora; todos os anteriores”. Esse conjunto de menções a funções múltiplas é revelador sobre o cenário da profissão no Estado, indicando para a atuação profissional multifacetada ao mesmo tempo que indefinida quanto a sua finalidade principal.

Tabela 13 – Qual é a sua função?

	Porcentagem válida
Repórter	33,0
Editor (a) (inclui editor (a) executivo (a) e editor (a) assistente)	20,5
Outras funções	12,4
Coordenador(a)	8,9
Gestor (a) de redes sociais	6,3
Âncora	4,5
Produtor (a)	4,5
Chefe de redação	3,6
Diretor (a)/Gestor (a)	1,8
Consultor (a)	0,9
Colunista	0,9
Correspondente	0,9
Editorialista	0,9
Diagramador	0,9
Total	100

Fonte: autores

Para 75% dos jornalistas de mídia no RS, a atividade de pauta/produção está presente diariamente na rotina de trabalho, sendo a mais comum. Para outros 68,8% dos respondentes, a reportagem é uma tarefa diária, enquanto que 66,1% fazem edição todos os dias. Essas três atividades comuns aos jornalistas gaúchos também são as mais comuns no Brasil, de acordo com o Perfil do Jornalista Brasileiro (LIMA, *et al.*, 2022). Na sequência, são mencionadas ainda outras tarefas, que aparecem com menor frequência nas respostas.

4.1.1.2 Os jornalistas de fora da mídia

Local de trabalho para 36,1% do universo de respondentes, o jornalismo fora da mídia pode ser compreendido como aquele praticado em organizações cuja atividade-fim não seja necessariamente a produção de notícias ou informações ao público segundo os critérios das

mídias tradicionais. São locais diversos e ligados a diferentes atividades econômicas, não apenas ao mercado da informação.

Dentro dessa categoria, metade (50%) dos respondentes disse trabalhar em empresas de assessorias de imprensa, isto é, iniciativas especializadas no serviço de assessoria, sendo de longe o ramo que mais emprega jornalistas fora da mídia. O setor público aparece na sequência, mencionado por 17,8% dos respondentes, seguido pelas agências de comunicação, onde estão 11,1% desse conjunto de profissionais.

Tabela 14 – Em que ramo de atuação você exerce sua atividade principal?

	Porcentagem válida
Assessoria de imprensa	50,0
Empresas ou órgãos públicos	17,8
Agência de comunicação	11,1
Outras instituições privadas	8,9
Agência de publicidade	6,7
Organizações do terceiro setor ou da sociedade civil	3,3
Outro.	2,2
Total	100
Marketing digital e/ou Inbound Marketing	5,5
Designer/Diagramador (a)	0,5
Total	100

Fonte: autores

Há uma distribuição quase equânime entre o perfil das instituições onde trabalham os jornalistas gaúchos que atuam fora da mídia. A maior concentração está em instituições públicas municipais (15,6%) – categoria na qual se enquadram as prefeituras e câmaras de vereadores, por exemplo. Logo na sequência são mencionadas as instituições públicas federais (14,4%), microempresas privadas (12,2%), pequenas empresas privadas (12,2%), instituições públicas estaduais (12,2%), médias empresas privadas (11,1%) e grandes empresas privadas (10%).

Também há certo equilíbrio no que diz respeito à natureza das instituições em que atuam os jornalistas fora da mídia no RS. Há 54,5% dos respondentes trabalhando na iniciativa privada e outros 46,5% em instituições públicas. Este último grupo se divide da seguinte forma: 23,9% trabalham para o Poder Executivo, 10,2% para o Legislativo e 1,1% trabalham como jornalistas no Poder Judiciário. Um considerável quantitativo de 10,2% também assinalou a opção “Outro”. Embora nem todas as menções necessariamente se refiram de fato a instituições

públicas, listamos aqui as citações: autarquia (0,3%); autarquia federal (0,3%); conselho profissional (0,3%); Defensoria Pública (0,3%); Hospital filantrópico sob intervenção municipal (0,3%); partido político (0,3%); público privada estadual (0,3%); sindicato (0,3%); Tribunal de Contas (0,3%)

Públicas ou privadas, as instituições nas quais trabalham esses profissionais não contam com grandes equipes de jornalistas. A maioria delas (43,3%) tem entre dois e quatro trabalhadores. Outros 40% trabalham sozinhos em seus postos fora da mídia. Empresas que têm entre cinco e 10 jornalistas representam 14,4% e apenas 2,2% contam com mais de 11 profissionais.

A função principal mais comum nesse segmento é a de assessor de imprensa, onde estão 44,4% dos respondentes. A seguir, vêm os jornalistas produtores de conteúdo, que representam 25,6% do total – número notavelmente acima da média nacional de 18,2% indicada por Lima *et al.* (2022). Essas duas atribuições dominam as funções exercidas pelos profissionais fora da mídia no RS. Porém, elas devem ser analisadas em comparação com a questão que vem a seguir, que trata das atividades cumpridas em um dia normal de trabalho.

Tabela 15 – Quais as atividades que você exerce em um dia normal de trabalho?
(É possível assinalar mais de uma resposta.)

	Porcentagem válida
Produção de conteúdo	90,0
Assessor de imprensa/comunicação (atendimento)	73,3
Monitoramento de redes sociais	63,3
Gestão de conteúdos	55,6
Edição	54,4
Fotografia	47,8
Gestão de área e/ou comunicação	43,3
Reportagem	41,1
Marketing digital e/ou Inbound Marketing	33,3
Design gráfico	24,8
Gestão de projetos	20,0
Relações Públicas	16,7
Consultoria	15,6
Cinegrafia	5,6
Planejamento de negócios	5,6

Com a possibilidade de assinalar mais de uma resposta, os jornalistas fora da mídia foram questionados sobre as atividades exercidas no cotidiano do trabalho. A produção de conteúdo é comum a 90% dos jornalistas, enquanto que 73,3% dos respondentes realizam tarefas de assessoria de imprensa no dia a dia, isto é, fazendo atendimentos e relacionamento com a mídia. Esses números condizem com as funções principais apontadas pelos respondentes da questão anteriores.

Porém, a lista que segue apresenta um contraste interessante: 63,3% dos respondentes faz monitoramento de redes sociais diariamente. Chama a atenção aqui o fato de que, quando questionados sobre qual a função que exercem em seus empregos, apenas 2,2% dos participantes têm um cargo dedicado à gerência ou monitoramento de redes. Da mesma forma, 55,6% fazem gestão de conteúdos todos os dias, mas apenas 4,4% se consideram gestores de conteúdo.

Essa incongruência, que aparece em tantos outros comparativos possíveis entre as duas questões, é reveladora sobre o cenário da atuação profissional fora da mídia. Significa dizer que os jornalistas são contratados para o exercício de uma função específica, mas na prática, além de realizarem as atividades relacionadas a sua atribuição, também fazem um conjunto de outras tarefas não necessariamente inscritas no seu cargo. Essa relação pode demonstrar, de um lado, a existência de uma dinâmica de transformação do campo profissional, que está dissolvendo as fronteiras entre as especializações e requerendo o surgimento de um perfil híbrido de trabalhador em jornalismo, e de outro, a sobrecarga de atividades ao jornalista enquanto estratégia dos empregadores.

4.1.1.3 Os jornalistas na docência

A docência é a ocupação principal de 17,9% dos jornalistas gaúchos, que foram questionados sobre em quais cursos estavam lecionando – podendo marcar mais de uma opção: do total de profissionais que atuam como professores, 95,5% dá aulas em cursos de Jornalismo ou Comunicação Social com habilitação em Jornalismo. Há, no entanto, uma parcela de 31,1% que leciona em outros cursos ligados à Comunicação Social, como Relações Públicas, Publicidade e Rádio e TV. A área das Ciências Sociais Aplicadas reúne 4,4% dos jornalistas

professores, mesmo montante de respondentes que disseram trabalhar em outras áreas que não as listadas. Ainda, 2,2% dos respondentes exerce a docência na área das Ciências Humanas.

A maior parte dos docentes iniciou a vida como professor entre sete e 10 anos atrás, grupo que representa 24,5% do total. Em seguida estão aqueles que ingressaram na docência entre 11 e 15 anos atrás (22,3%). Somadas, essas faixas agrupam 46,8% dos jornalistas professores no RS.

A terceira faixa mais representativa é a de professores que começaram a lecionar entre um e três anos atrás, conjunto que soma 11,2% de respostas. Trata-se, no entanto, de uma exceção em meio a um campo profissional majoritariamente composto por profissionais que estão há mais tempo na função, já que professores no ramo entre 16 e 30 anos somam 27% do total de jornalistas docentes. Há ainda 8,2% que são professores há mais de 30 anos, número que sobrepõe a proporção daqueles que chegaram na profissão entre quatro e seis anos atrás (4,5%). Em estudos futuros que estejam dedicados em compreender as movimentações feitas pelos jornalistas ao longo de sua trajetória profissional, uma comparação pertinente é cruzar as informações sobre o tempo em que os respondentes estão na docência e o período desde que se tornaram jornalistas. A partir de tal relação será possível visualizar, por exemplo, em que momento de suas vidas profissionais a docência passa a ser uma opção atrativa.

Tabela 16 – Por quanto tempo você trabalha como professor (a) de jornalismo?

	Porcentagem válida
7 a 10 anos	24,5
11 a 15 anos	22,3
1 a 3 anos	11,2
16 a 20 anos	9,0
21 a 25 anos	9,0
26 a 30 anos	9,0
Mais de 30 anos	8,2
4 a 6 anos	4,5
Menos de 1 ano	2,3
Total	100

Fonte: autores

As universidades federais são o principal local de trabalho para os jornalistas docentes, em uma proporção duas vezes maior que a média nacional. Uma parcela de 60% dos professores

atua nessas universidades no RS, enquanto que no Brasil esse número é de 28,3% (LIMA *et al.*, 2022). As universidades comunitárias empregam 26,7% dos jornalistas docentes, seguidas pelas universidades confessionais, onde está 17,8% desse grupo. Universidades de iniciativa privada (8,9%), centros de ensino superior privados (6,7%) e centros de ensino superior confessionais (2,2%) completam a lista.

4.1.2 As condições para o exercício do jornalismo no Rio Grande do Sul

Uma vez apresentados os resultados relativos a cada área de atuação dos jornalistas no Rio Grande do Sul, partimos agora para a exposição e análise inicial das condições de trabalho dos respondentes. Nessa seção também são descritos os indicadores de saúde e aspectos éticos apontados pelos participantes.

4.1.2.1 Condições de trabalho

Quanto ao tempo em que estão atuando em sua ocupação principal, há uma concentração de profissionais que chegaram no ofício há menos de um ano. Essa faixa concentra 26,4% dos respondentes, mas é ainda mais representativa quando somada com o conjunto de participantes que está no jornalismo entre um e três anos (19,5%). Juntas, essas faixas agrupam 45,9% dos jornalistas, indicando que quase metade dos profissionais no RS estão atuando em empregos nos quais chegaram há menos de três anos. Na sequência há uma distribuição equilibrada entre os três grupos subsequentes, como se vê na tabela a seguir.

Tabela 17 – Você está há quanto tempo no seu trabalho principal?

	Porcentagem válida
Até 1 ano	26,4
Entre 1 e 3 anos	19,5
Entre 6 e 10 anos	15,0
De 3 a 6 anos	14,6
De 10 a 20 anos	14,3
Mais de 30 anos	5,3
Entre 20 e 30 anos	4,1
Outro/não se aplica	8,9
Total	100

Fonte: autores

Os jornalistas também foram questionados sobre o local em que exerceram suas atividades laborais nos seis meses anteriores à aplicação da pesquisa. Cabe destacar que o questionário foi disponibilizado entre agosto e outubro de 2021 (LIMA *et al.*, 2022), ano em que as medidas de isolamento social em função da pandemia da Covid-19 foram intensificadas, com a adoção do modelo de trabalho de *home office* pelas empresas de modo geral e, também, por alguns veículos de comunicação. Diante disso, 66,7% dos respondentes afirmaram ter trabalhado em casa, 21,1% trabalharam na empresa ou em outros locais e 8,1% exerceram suas atividades parte em casa, parte nas empresas/organizações.

Ainda relativo ao contexto pandêmico, os participantes foram questionados sobre o custeio dos equipamentos, *softwares*, móveis e outros itens necessário para o trabalho, usados nos últimos seis meses. A maioria (58,5%) afirmou ter bancado individualmente tais itens, enquanto que 27,6% receberam esses materiais da empresa/organização. Outros 13,4% dividiram os custos com a instituição contratante.

Os jornalistas gaúchos em sua maioria (56,5%) têm apenas um emprego. O dado condiz com o cenário nacional observado por Lima *et al.* (2022), que fazem uma importante observação sobre o resultado percebido em todo o país e que se repete no RS: embora inicialmente possa soar como um indicador de não-precarização, antes de se afirmar isso seria necessário investigar o número de horas trabalhadas nesse emprego e o salário recebido pelo jornalista. Ademais, um conjunto que representa quase um quarto (24,4%) dos respondentes disse atuar em dois empregos.

Tabela 18 – Incluindo sua ocupação principal, quantos empregos (ou fontes de renda) diferentes você tem atualmente?

	Porcentagem válida
Um	56,5
Dois	24,4
Três	8,5
Nenhum	5,7
Atuo como freelancer	3,3
Quatro ou mais	1,6
Total	100

Fonte: autores

Profissionais que têm mais de uma fonte de renda, em geral o fazem em atividades classificadas como “fora da mídia”, isto é, serviços de assessoria de imprensa e comunicação ou outros ofícios que envolvam o conhecimento jornalístico, mas que não estejam ligados à produção noticiosa da mídia tradicional. Essa é a realidade para 44,4% dos respondentes. Cerca de um terço (32,2%) dos que têm atividades secundárias trabalham diretamente com a mídia, em veículos de comunicação e 16,7% fazem serviços fora da área do jornalismo.

A carga horária média de trabalho de um jornalista no Rio Grande do Sul varia entre sete e oito horas por dia, como indicado por 45,9% dos respondentes. Apesar disso, é alarmante o número de profissionais que trabalham mais do que oito horas: 26,8% laboram entre nove e 10 horas diariamente e 7,3% dedicam de 11 a 12 horas do dia para o trabalho.

Tabela 19 – Em média quantas horas você trabalha por dia?

	Porcentagem válida
Entre 7 e 8 horas	45,9
De 9 a 10 horas	26,8
De 5 a 6 horas	15,0
Entre 11 e 12 horas	7,3
Até 4 horas	4,1
13 horas ou mais	0,9
Total	100

Fonte: autores

Dentro da carga horária prevista para trabalhadores em jornalismo na Consolidação das Leis do Trabalho, que é de cinco horas diárias – ou sete horas diárias mediante acordo que preveja aumento de ordenado – se encontram duas alternativas disponibilizadas no questionário: 15% dos respondentes atua entre cinco e seis horas por dia e 4,1% até quatro horas por dia. Assim, desconsiderando a existência ou não de acordo entre os jornalistas e as organizações empregadoras, é possível afirmar que apenas 19,1% dos jornalistas do RS trabalham dentro das normas da CLT para a carga horária. Há de se salientar, porém, que não consta no questionário uma alternativa que compreenda uma jornada de trabalho entre seis e sete horas por dia, ausência que deve ser considerada na observação desse número apresentado.

4.1.2.2 Saúde e segurança na profissão

No Rio Grande do Sul, 62,7% dos jornalistas se sentem estressados no trabalho e 34,5% foram diagnosticados com estresse. Ainda, um a cada cinco profissionais (19,1%) recebeu diagnóstico de algum tipo de transtorno mental decorrente do trabalho como jornalista e a um terço (31,4%) dos respondentes foi indicado o consumo de antidepressivos. Lesões por esforço repetitivo (LER) ou distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT) foram relatados por 16,4% dos respondentes, grupo que afirma ter sido diagnosticado com algum sintoma desse conjunto de doenças. Ainda, 6,4% precisaram pegar licença em razão de LER/DORT. De modo geral, os jornalistas gaúchos não se sentem reconhecidos pelas atividades que realizam no trabalho. Para 58,2% dos entrevistados, seus esforços não são devidamente gratificados e uma impressionante parcela de 73,2% dos jornalistas faz hora extra comumente.

Os participantes da pesquisa também foram questionados sobre assuntos envolvendo assédio e segurança na rotina de trabalho. No RS, 35,9% dos jornalistas afirma ter sofrido assédio moral durante as atividades laborais e 9,5% sofreram assédio sexual. Outros 31,4% foram submetidos a episódios de violência verbal. Agressões físicas no trabalho ou em decorrência dele foram relatadas por 2,3% dos respondentes e quase um terço (32,3%) já sofreu ameaças virtuais em função da profissão. Apesar disso, apenas 9,1% já formalizaram denúncias por algum tipo de agressão, ameaça ou assédio em decorrência do trabalho.

Episódios de monitoramento ou vigilância digital por parte dos superiores hierárquicos foram apontados por 27,7% dos entrevistados e 43,6% dos jornalistas já foram constrangidos no trabalho por gestores/superiores. Ainda, 18,6% fizeram tarefas profissionais mediante coação e 37,7% deixaram de realizar alguma atividade no jornalismo por medo de retaliação.

Quase metade (47,7%) dos jornalistas no RS já presenciou alguma situação de assédio moral praticado contra um colega/conhecido de trabalho e 18,2% presenciaram assédio sexual contra colegas/conhecidos de trabalho. Um contingente de 3,6% dos respondentes afirmam que, em decorrência do trabalho que exercem como jornalistas, os familiares receberam algum tipo de ameaça.

4.1.2.3 Ambiente, perspectivas e ética profissionais

De modo geral, há entre os jornalistas gaúchos um desejo de permanência na profissão, com a continuidade da atuação na mesmo emprego e atribuições exercidos atualmente. Seguir

na mesma organização e nas funções atuais é o projeto profissional para os próximos anos almejado por 32,7% dos respondentes. A promoção a outro cargo na mesma empresa também é um plano recorrente, já que 20,9% dos jornalistas do RS têm esse desejo. Há também um grupo de profissionais que pretende seguir na área, mas que quer atuar em uma organização maior. Esse grupo representa 16,4% do universo da pesquisa.

Tabela 20 – Qual é o seu projeto em relação à sua atuação profissional em um futuro próximo (um a dois anos)?

	Porcentagem válida
Seguir na mesma organização em que estou e nas funções que exerço	32,7
Seguir na organização que estou e ser promovida (o)	20,9
Entrar em uma organização de maior porte	16,4
Ingressar na carreira pública como docente	7,3
Deixar a carreira atual e atuar em funções não-jornalísticas	7,3
Deixar a carreira atual e atuar como jornalista profissional contratada (o)	4,1
Pretendo me aposentar em breve	4,1
Deixar a carreira atual e ingressar no serviço público em funções jornalísticas	3,2
Outro	2,3
Deixar a carreira atual e atuar como docente	1,7
Total	100

Fonte: autores

Na sequência aparecem respostas com menor frequência, mas ainda assim significativas para se compreender como os jornalistas planejam seu futuro e quais são as carreiras almejadas: 7,3% querem ser docentes, mesmo percentual dos que pretendem abandonar a profissão e atuar em ofícios não-jornalísticos. Há 4,1% que querem deixar a carreira atual e atuar como jornalista profissional contratado e outros 4,1% que irão se aposentar em breve. Interessante notar que apenas 3,2% dos respondentes pretende deixar a carreira que têm hoje para ingressar no serviço público como jornalista. Isto pode indicar pouca atratividade ofertada pelo serviço público aos jornalistas.

Aos jornalistas também foram apresentadas algumas sentenças relacionadas à rotina de trabalho, às quais eles puderam concordar ou discordar. Destacamos a seguir as alternativas que foram as mais escolhidas pelos respondentes.

Na primeira sentença, 42,9% concordaram parcialmente e 31% concordaram totalmente que as tarefas são sempre cumpridas com pressão de prazos. Sobre o número de pessoas na equipe ser insuficiente para realizar as atividades, nota-se um alto índice de concordância, com 35% concordando totalmente e 29,4%, parcialmente. Uma parcela de 29% concorda totalmente que leva trabalho para casa com frequência.

Há uma dispersão curiosa na reação à sentença “os equipamentos que utilizo, como computador, câmera fotográfica etc. não são bons”: 23,5% concordam parcialmente, enquanto outros 25,3% discordam totalmente. Também há um grau de equilíbrio nas respostas sobre o sentimento de desvalorização no trabalho: todas as avaliações apresentaram resultados semelhantes, embora a mais proeminente tenha sido a alternativa “concordo parcialmente”, apontada por 23,5% dos profissionais em reação à sentença “me sinto desvalorizado no trabalho”.

Os jornalistas do RS se sentem preparados para o exercício de suas funções. Cerca de um terço (31,8%) discordou totalmente que não se sente treinado para as atividades que executa. A categoria também se sente livre para expressar opiniões: 38,8% discordam totalmente e 22,9% discordam parcialmente da sentença “não tenho liberdade para expressar minhas opiniões”.

O convívio com os colegas também não parece ser um problema para os jornalistas no RS: 40% dos respondentes discordam totalmente que a convivência com os companheiros de trabalho seja difícil. Os jornalistas também avaliam positivamente a saúde do ambiente onde trabalham, já que 32,9% concordam parcialmente que estão atuando em ambiente saudável e 24,1% concordam totalmente.

Existe uma dispersão significativa entre as avaliações da sentença “consigo estabelecer limites claros entre vida familiar e laboral”. A maior dos respondentes (34,7%) concorda parcialmente com a afirmação, mas 26,5% discordam parcialmente. Isso pode indicar que, no espectro da atuação profissional de jornalista no RS, há postos de trabalho onde esses limites entre vida laboral e familiar sejam mais ou menos definidos.

Por fim, 31,8% dos respondentes concorda parcialmente que têm tempo para cuidados pessoais e 18,8% concorda totalmente com a sentença. Mas, somados, há também 36,5% de respondentes que discordam parcialmente ou totalmente da afirmação.

Nas questões relacionadas à ética profissional, 80% dos jornalistas gaúchos afirmam conhecer o Código de Ética do Jornalista Brasileiro, número similar aos 74,8% apontados por Lima *et al.* (2022) na pesquisa com os profissionais de todo o país. Os respondentes do RS

também foram convidados a opinarem sobre quais valores profissionais consideram mais importantes. Destacamos a seguir os valores em ordem decrescente segundo o total de avaliações que o apontaram como “extremamente importante”.

De maneira geral, a “verdade” é o valor profissional que mais vezes foi mencionado como “extremamente importante”, já que 90,5% dos respondentes assim compreendem a relevância deste princípio. Na sequência, aparecem a credibilidade (extremamente importante para 86,4% dos participantes), transparência (85,2%) e liberdade (84%).

Um tanto menos unânime, mais ainda bastante priorizados, são os valores que seguem. Para 79,9% dos jornalistas gaúchos, a pluralidade é extremamente importante, seguida pelos valores “justiça” (78,7%) e “diversidade” (78,1%). Bem abaixo nessa lista aparece o valor “equilíbrio”, extremamente importante para 60,9% dos respondentes e a “objetividade”, que assim é classificada por 52,7% dos entrevistados.

Por último nesse ranking está o valor da imparcialidade, cuja avaliação divide opiniões dos jornalistas gaúchos. Há um grupo de 38,5% que considera esse princípio extremamente importante. Porém, 23,1% dos jornalistas o avaliam como “muito importante” e 27,8% enquanto “mais ou menos importante”.

Tabela 21 – Qual o nível de importância você atribui aos seguintes valores profissionais?¹³

	Extremamente importante	Muito importante	Mais ou menos importante	Pouco importante	Sem importância
Verdade	90,5	8,9	0,6	-	-
Credibilidade	86,4	11,8	1,2	-	0,6
Transparência	85,2	13,0	1,8	-	-
Liberdade	84,0	14,8	1,2	-	-
Pluralidade	79,9	18,3	1,8	-	-
Justiça	78,7	20,7	0,6	-	-
Diversidade	78,1	20,7	1,2	-	-
Equilíbrio	60,9	34,3	4,7	-	-
Objetividade	52,7	29,0	16,0	1,8	0,6
Imparcialidade	38,5	23,1	27,8	6,5	4,1

Fonte: autores

¹³ Os dados da tabela são apresentados em percentuais.

Por si só, esta questão derradeira suscita diversas reflexões, permitindo lançar diferentes olhares para os princípios profissionais que regem os jornalistas no RS. Aqui, sem o conhecimento de casos concretos que ilustrem esses dados apresentados, nos limitamos a de maneira superficial apontar para a possibilidade de uma ruptura com princípios outrora canônicos no jornalismo, notadamente a objetividade e a imparcialidade. Embora sigam sendo considerados importantes, hoje dão lugar a valores como a pluralidade, a diversidade e o senso de justiça – que nos parecem em certa maneira serem sucessores mais completos e adequados à prática jornalística contemporânea. Além disso, os resultados também asseguram à verdade um lugar prioritário nas redações e mesas de trabalho dos jornalistas no RS.

4.1.3 A nova precarização entre os jornalistas gaúchos

Cada indicador elencado ao longo dessa exposição está sujeito a novos olhares e é capaz de potencializar reflexões mais profundas por outros pesquisadores e pesquisadoras. Alguns, contudo, são basilares para a compreensão do perfil dos jornalistas gaúchos e, sobre eles, faremos algumas pontuações neste momento.

As questões sobre a demografia dos jornalistas gaúchos indicam que esse se trata de um grupo formado principalmente por mulheres, com idade entre 23 e 40 anos e que é composto em grande parte por pessoas autoidentificadas brancas – em proporções bastante superiores ao que se observa no restante do país e condizentes com a demografia da população gaúcha. Também há de se destacar o alto nível de qualificação dos jornalistas gaúchos, principalmente nas formações *stricto sensu*.

Essa qualificação pode estar conectada com outro fator de destaque entre os jornalistas gaúchos que é o alto percentual de profissionais docentes. Embora esse grupo seja o menor em comparação com as demais trajetórias possíveis (em veículos de mídia ou fora da mídia), 17,9% dos jornalistas gaúchos são docentes, mais que o dobro do que a média observada no país, que é de 7,4%. Não obstante a qualificação elevada, os salários auferidos são considerados insuficientes pela maioria dos jornalistas gaúchos, sendo que vencimentos entre 1 e 4 salários mínimos são os mais comuns para a categoria no RS.

Principal destino dos jornalistas no RS, o ramo da mídia é caracterizado pela significativa presença dos veículos impressos e das emissoras de rádio, o que dá indícios também sobre o mapa da mídia local, ainda que o jornalismo on-line seja o setor que mais emprega. Ainda sobre a composição da mídia no Estado, a maioria dos veículos de comunicação em que atuam os profissionais do RS tem abrangência regional.

Já para os profissionais que estão em organizações de fora da mídia, as empresas de assessoria de imprensa são o caminho mais comum. Jornalistas que atuam fora da mídia normalmente trabalham com atividades de produção de conteúdo, mas atribuições ligadas ao monitoramento de redes são também muito frequentes – ainda que os cargos para os quais tenham sido contratados não sejam direcionados especificamente para gestão ou análise de redes. Na prática, significa dizer que devem cumprir funções múltiplas e não diretamente ligadas ao cargo de origem – algo que aparece também entre os profissionais do ramo da mídia.

Considerando os profissionais que atuam em todos os ramos, 43,5% dos jornalistas gaúchos têm dois ou mais empregos e as altas cargas horárias são experimentadas por grande parte dos respondentes. Estresse, alta frequência de casos de assédio – com mais de um terço dos jornalistas tendo sofrido assédio moral – e vigilância ou monitoramento por superiores também foram relatados pelos jornalistas gaúchos. Apesar disso, a maioria deseja seguir na profissão nos próximos anos, um grupo que é formado principalmente por aqueles que pretendem seguir na mesma organização e funções atuais, e, depois, por aqueles que querem seguir em funções outras.

Há nesses e noutros relatos a indicação de que os ambientes de trabalho, especialmente nos ramos de mídia e fora da mídia, estejam precarizados. É notável a correlação entre o cenário visualizado entre os jornalistas gaúchos e as considerações de Sennett (2009). As cargas horárias elevadas e a multiplicidade de faculdades que são requeridas dos profissionais podem ser compreendidas como expressões da especialização flexível (SENNETT, 2009) requerida pelo sistema de produção vigente e que aparece em termos e consequências semelhantes em Mick, Christofletti e Lima (2021).

Essa precarização se manifesta de maneira constante na rotina de trabalho e na vida dos jornalistas do RS. Características como os baixos salários, os casos de assédio e o estresse entre os profissionais, por exemplo, são condições que passam a figurar com recorrência, gerando um ambiente que se enquadra na definição de Druck (2013), quando a autora descreve a nova precarização – ou a precarização do trabalho na contemporaneidade. Instabilidade, insegurança, fragmentação dos coletivos e concorrência brutal, as bases dessa nova precarização que Druck (2013) detalha estão presentes no mundo do trabalho jornalístico gaúcho.

A partir de Lelo (2019), podemos descrever que há sofrimento psíquico entre esses profissionais, o que Souza (2017) compreenderia enquanto problemas na subjetividade. O desejo que a maioria dos jornalistas tem de permanecer no ofício, mesmo diante de todas as adversidades, não se constitui como um ato de heroísmo ou amor à profissão, senão somente a

naturalização da ideia de que a precariedade faz parte da carreira jornalística e enfrentar suas expressões, como os baixos salários, as altas cargas horárias e os assédios, faz parte do percurso. Em outras palavras, a trajetória de sofrimento passa a ser normalizada (DARDOT; LAVAL, 2016)

Ao encontrar paridade nas reflexões sobre a precarização, ou nova precarização, do mundo do trabalho feitas pelos pesquisadores mencionados, o amálgama de situações adversas que vivenciam os jornalistas gaúchos nos parece direcionar os profissionais ao caminho da corrosão do caráter (SENNETT; 2009). É difícil dimensionar o nível dessa corrosão e até onde ela é capaz de chegar, ou o quanto do caráter ainda resta. Ao passo que, para Sennett (2009), a corrosão do caráter representa a degradação da compreensão sobre o valor do trabalho, a perda da razão sobre a função que se realiza, da identificação com o ofício, há se considerar que essa erosão é acompanhada da tendência de naturalização da precarização, que falam Dardot e Laval (2016). Ou seja, ao passo que entre os jornalistas se desgasta a relação de identificação com o trabalho, eles também passam a compreender essa degradação como parte do jogo, uma combinação que, somada à falta de organização coletiva, mantém as dinâmicas da precarização em funcionamento.

4.2 TRAJETÓRIAS EM INÍCIO: AS DINÂMICAS DE INSERÇÃO PROFISSIONAL ENTRE OS EGRESSOS DA UFSM-FW

Uma vez descritas as características que ajudam a ilustrar o perfil dos jornalistas gaúchos a partir de aspectos sociodemográficos, econômicos e de trabalho, avançamos agora para apresentar e discutir os resultados provenientes da *survey* aplicada aos jornalistas egressos da UFSM-FW, buscando atender ao nosso segundo objetivo específico de pesquisa, descrever as dinâmicas de inserção profissional experimentadas por jornalistas egressos de uma universidade pública do interior do RS.

A apresentação está dividida em quatro partes: iniciamos discorrendo sobre as características sociodemográficas do grupo de egressos, avançamos para falar sobre aspectos econômicos da vida desses jornalistas e, depois, detalhamos as questões mais diretamente ligados à rotina e às condições de trabalho. Por último, refletimos a respeito dos valores profissionais e da adesão a movimentos de classe. Tal qual na seção anterior, os dados são expostos de maneira descritiva, mas também são feitos apontamentos e discussões sobre os principais resultados colocando em perspectiva algumas tendências observadas por outros pesquisadores em realidades similares, de modo a possibilitar uma compreensão

contextualizada sobre as dinâmicas de inserção profissional dos jornalistas egressos da UFSM-FW.

Por opção metodológica, os dados a seguir serão apresentados em números absolutos. Ao todo, 87 entrevistados começaram a responder o questionário on-line, mas esse número varia no decorrer da *survey*. Com base em nossas observações, salientamos que, na maioria das vezes em que há significativa diferença de respostas em relação ao número inicial de participantes, isso se deve ao fato de os respondentes terem pulado a respectiva questão. Houve, ainda que minoritariamente, um abandono de participação ao longo do questionário, o que também influencia nessa diferença e deve ser levado em conta na interpretação dos dados.

4.2.1 Permanência na região de formação

O grupo de jornalistas egressos da UFSM-FW que participou da pesquisa é composto majoritariamente por mulheres, que são 58, enquanto os homens são 20. A grande parte dos entrevistados (54 de 78 respondentes) tem entre 23 e 30 anos, mas há um grupo considerável de egressos que tem entre 31 e 40 anos, concentrações que indicam se tratar de um grupo de jovens jornalistas. Não há, por exemplo, nenhum respondente com idade acima de 41 anos. Já quanto à cor e raça, há ampla prevalência de jornalistas autoidentificados brancos (69 de 78 respondentes).

A região em que estão morando e trabalhando os respondentes é um indicador importante para se compreender as movimentações geográficas feitas pelos jornalistas egressos da UFSM-FW. Depois de formados, 57 respondentes permaneceram no Rio Grande do Sul, enquanto outros 10 hoje residem em Santa Catarina. O restante se divide em seis Estados da federação ou em outros países.

Tabela 22 – Em que Estado você mora atualmente?

	Frequência
Rio Grande do Sul	57
Santa Catarina	10
São Paulo	2
Distrito Federal	1
Goiás	1
Mato Grosso	1
Paraná	1

Rio Grande do Norte	1
Outro país	4
Total	78

Fonte: autores

Entre os que estão no RS, se observa uma concentração de egressos morando em cidades que ficam nas proximidades de Frederico Westphalen-RS, o que indica uma tendência à permanência na região de formação. FW é a cidade em que moram mais egressos, mas também são o endereço de ao menos um egresso os municípios de Aratiba, Carazinho, Marau, Ijuí, Nonoai, Panambi, Passo Fundo, Planalto, Santa Rosa, Santo Ângelo, Santo Augusto, Seberi, Três de Maio e Três Passos, todos situados nas regiões Norte e Noroeste do Estado. Essa tendência é observada também ao analisar os egressos que moram em Santa Catarina, que se concentram na grande região de Chapecó, município do Oeste catarinense que fica a um raio de 82 quilômetros de distância de FW. Apesar dessa notada prevalência, grupos menores de egressos também se deslocam para grandes centros urbanos do RS, especialmente para cidades como Santa Maria e Porto Alegre.

O nível de escolaridade dos egressos indica a formação de dois grupos, ao menos momentaneamente, com proporções similares. Um deles é composto por aqueles que obtiveram o diploma no ensino superior e não buscaram formações complementares; o outro é composto por egressos que procuraram cursos adicionais, notadamente as especializações. Essa configuração poderia indicar algumas escolhas profissionais distintas entre os egressos, mas consideramos que por se tratar de um contingente de jovens jornalistas, muitos dos quais estão dando seus primeiros passos na carreira, é natural que uma proporção razoável deles ainda não tenha se decidido por investir em formações continuadas. A despeito disso, cabe salientar que a tendência observada por Pontes e Mick (2018) é a de que os jornalistas são um grupo profissional pressionado para procurar formações continuadas de modo a se manter competitivo na indústria.

As questões ligadas a relacionamentos evidenciam o caráter juvenil dos entrevistados e sua posição de entrada no mercado de trabalho. Prevalecem entre os respondentes aqueles que estão solteiros (54 de 78) e acrescenta-se a isso o fato de que a grande maioria (74 de 78) não têm filhos, o que também pode estar ligado a questões financeiras, uma vez que esses profissionais estão em início de carreira, momento no qual os salários costumam ser baixos (PONTES; MICK, 2018) e mesmo a permanência na profissão é incerta (PONTES; CABRAL, 2023), gerando um ambiente de insegurança para o estabelecimento de uma família.

Dentre os aspectos sociodemográficos dos egressos da UFSM-FW, cabe ponderar especialmente sobre a composição de gênero e etária do grupo, constituído predominantemente por mulheres e jovens entre 23 e 30 anos. Essas características colocam os egressos em uma categoria bastante propensa a abandonar a profissão, como sugerem Pontes e Cabral (2023).

Ao analisar as movimentações de carreira feitas por um conjunto de jornalistas que abandonaram a profissão entre 2012 e 2017 no Brasil, os autores mostraram que há uma tendência ao abandono entre as mulheres e os jovens, um efeito que atinge especialmente aqueles com idade entre 23 e 30 anos. Para essa faixa etária e para as mulheres, há dificuldade de inserção no mercado de trabalho, de modo que, entre os participantes da pesquisa de Pontes e Cabral (2023) que haviam ingressado na profissão há menos de um ano, 90% deixaram o jornalismo. A tendência à permanência no jornalismo, dizem Pontes e Cabral (2023), aumenta à medida que o profissional permanece no campo, sendo possível encontrar alguma estabilidade a partir dos 10 anos de atuação – um período de tempo que, como veremos mais adiante, é exceção entre os egressos.

4.2.2 Baixa remuneração e insegurança financeira

Recém-chegados no mercado de trabalho, os egressos de jornalismo da UFSM-FW auferem rendimentos que variam de um a três salários mínimos¹⁴, faixas que concentram a maioria dos respondentes (43 de 77), mas outro grupo significativo auferem rendimentos acima de três até 10 salários mínimos.

Tabela 23 – Qual a sua renda bruta mensal proveniente do trabalho como jornalista ou docente em jornalismo?

	Frequência (respondentes)
De R\$ 1212 a R\$ 2424 (de 1 a 2 salários mínimos)	23
De R\$ 2423 a R\$ 3636 (de 2 a 3 salários mínimos)	20
Sem renda	8
De R\$ 4849 a R\$ 6060 (de 4 a 5 salários mínimos)	8
De R\$ 3637 a R\$ 4848 (de 3 a 4 salários mínimos)	6
De R\$ 6061 a R\$ 12120 (de 5 a 10 salários mínimos)	5
Não quero informar	4
Até R\$ 1212 (até 1 salário mínimo)	2

¹⁴ Consideramos aqui o salário mínimo vigente no momento da aplicação do questionário, em 2022, à época fixado em R\$ 1.212,00

De R\$ 12121 a R\$ 24240 (de 10 a 20 salários mínimos)	1
Total	77

Fonte: autores

Quase a metade dos respondentes afirmou que o salário é suficiente para arcar com as despesas mensais, mas a maioria disse que ou a remuneração é suficiente somente às vezes, ou que ela é insuficiente para cobrir os gastos do mês. A prevalência da percepção quanto à suficiência parcial ou insuficiência em relação à remuneração dá indícios de insegurança financeira entre os egressos de jornalismo da UFSM-FW, uma condição que parece abranger os jornalistas gaúchos de modo geral. Como observado nas repostas enviadas por todos os jornalistas do RS participantes da pesquisa do Perfil do Jornalista Brasileiro (LIMA *et al.*, 2022), há proporções similares entre profissionais cuja remuneração é suficiente para passar o mês (37,5%) e aqueles cujos vencimentos não cobrem as despesas mensais (36,4%).

A insegurança financeira fica mais evidente quando se compara o salário auferido pela maioria dos egressos com o Salário Mínimo Necessário¹⁵ definido pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (DIEESE). No fim de 2022, ano de aplicação do questionário, o DIEESE estimava em R\$ 6.647,63¹⁶ o salário mensal mínimo para atender às necessidades básicas vitais. Apenas seis dos 77 respondentes afirmaram receber proventos dentro ou acima dessa faixa salarial.

As informações sobre a suficiência ou não dos salários podem ser observadas também a partir da quantidade de ocupações, ou fontes de renda, que os egressos da UFSM-FW têm. Pouco mais da metade dos respondentes tem uma fonte de renda, mas também chama atenção a quantidade de egressos que trabalham em dois ou mais empregos, sendo a conciliação entre dois ofícios o comportamento mais comum para esse último grupo. Outro aspecto ligado à questão econômica é a situação de moradia: residir em casa ou apartamento próprio é exceção entre os egressos, sendo a moradia de aluguel a opção mais comum para os respondentes (42 de 77 participantes). Entre estes, a maioria compartilha a residência com companheiro/a ou mora sozinho/a, enquanto a minoria divide com outras pessoas.

Tabela 24 – Qual é a sua situação de moradia?

¹⁵ O conceito de Salário Mínimo Necessário do DIEESE leva em conta o valor suficiente para atender às necessidades “vitais básicas do trabalhador e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo”. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica2016.pdf>>. Acesso em setembro de 2023.

¹⁶ Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html#2022>>. Acesso em setembro de 2023.

	Frequência
Moro de aluguel, sozinha (o)/com companheira (o)	34
Moro em residência própria, sozinha (o)/com companheira (o)	17
Moro de favor na residência de familiares/conhecidos	13
Moro de aluguel e divido com outras pessoas	8
Outra	4
Não tenho moradia fixa	1
Total	77

Fonte: autores

Quase metade dos postos de trabalho ocupados atualmente pelos jornalistas formados na UFSM-FW não fornece qualquer benefício trabalhista, afirmaram 36 dos 78 respondentes. Entre os egressos que recebem algum tipo de benefício ou suporte, os proventos mais comuns são o vale ou auxílio alimentação, plano de saúde e vale ou auxílio transporte, seguido de participação nos lucros e incentivo à qualificação. Os benefícios menos mencionados são o auxílio saúde, o apoio psicoterápico e o auxílio-creche – este último com nenhuma menção, o que de fato condiz com o número reduzido de egressos que afirmaram ter filhos.

Os dados obtidos a partir de tais questões demonstram que, em início de carreira, os egressos da UFSM-FW têm uma condição econômica que indica uma estabilidade relativa. A insegurança financeira é latente para uma parcela numerosa dos respondentes, mas mesmo que a maioria tenha rendimentos até três salários mínimos, já é possível observar alguns participantes ascendendo em cargos de trabalho com rendimentos superiores a isso. Ainda que ter a residência própria seja exceção, em geral os participantes conseguem arcar com os custos de aluguéis, e o fazem ao lado de seus parceiros/parceiras. Por outro lado, os postos de trabalho mais comuns não ofertam muitos benefícios aos egressos. Essa configuração dinâmica e de difícil generalização condiz com a condição de iniciantes na carreira no jornalismo, em um momento no qual começam a traçar suas trajetórias e a experimentar a profissão submetidos aos postos de trabalho disponíveis – e não nos preferíveis – e às suas respectivas condições, ainda que uma parcela dos respondentes visivelmente se encontre em um estágio mais avançado de posicionamento no mundo do trabalho.

4.2.3 Jovens jornalistas na “porta giratória”

Uma vez visualizada a composição sociodemográfica do grupo de egressos e suas características econômicas, avançamos agora para questões tão ou mais centrais à compreensão das dinâmicas de inserção desses jornalistas no meio profissional, os aspectos diretamente ligados ao trabalho.

Em geral, os egressos estão trabalhando ou trabalharam com jornalismo por até 10 anos, ainda que exista uma minoria atuando entre 11 a 15 anos, o que condiz com a faixa etária observada entre os respondentes e também com o tempo de existência do curso na UFSM-FW. Dentro do grupo que trabalhou ou trabalha com jornalismo há até 10 anos, a maior faixa de respostas proveio daqueles que estão no ofício entre dois e cinco anos, o que significa que dizer que a maioria dos respondentes superou, nos termos de Deuze e Witschge (2016), a primeira porta giratória da profissão. Como apontam Pontes e Cabral (2023), o primeiro funil da profissão, momento em que até 90% abandonam o jornalismo, se dá no primeiro ano de atuação. Por outro lado, os mesmos autores indicam que, para a faixa de atuação entre dois a cinco anos, a que se encontram a maioria dos egressos respondentes, cerca de seis a cada 10 jornalistas (58,54%) deixam a profissão. Interessante notar também que há um grupo que nunca trabalhou na área ou que decidiu rumar para a docência sem ter atuado como jornalista. A esse conjunto de dados sobre o período em que estão/estiveram no jornalismo, acrescenta-se o fato de que a maioria dos egressos trabalhou como estagiário antes de se tornar profissional.

Tabela 25 – Por quanto tempo trabalha ou trabalhou como jornalista?
(Anos completos)

	Frequência
De 2 a 5 anos	38
Até 1 ano	13
Entre 6 e 10 anos	13
De 11 a 15 anos	5
Acima de 16 anos	0
Sou docente, mas nunca atuei como jornalista	1
Nunca trabalhei como jornalista ou como docente na área	8
Total	78

Fonte: autores

Condizente com a idade e com o tempo desde que ingressaram no mercado de trabalho (jornalístico ou não) é o período em que os egressos estão atuando no emprego atual. A maioria deles está no presente emprego entre um e três anos ou mesmo há menos de um ano, enquanto há pouco egressos que permanecem no mesmo posto há mais de três anos. Essa configuração pode indicar uma tendência à impermanência no mesmo posto por longos períodos, mas os resultados observados no tópico acima impedem essa conclusão, uma vez que prevalecem entre os egressos respondentes aqueles que estão/estiveram trabalhando no jornalismo há no máximo cinco anos. Considerando vínculos com carteira assinada, freelancers ou contratos como pessoa jurídica ou MEI, a maioria dos egressos teve de dois a cinco empregos em sua trajetória profissional até o momento, mas há uma parcela importante que está em seu primeiro emprego.

O principal caminho profissional no jornalismo escolhido ou encontrado pelos egressos são os trabalhos fora da mídia, onde estão 33 de 78 respondentes, seguido pelos trabalhos como jornalista nas organizações midiáticas (18 de 78 respondentes). Essa distribuição é um ponto de destaque nos dados coletados. Considerando o caráter juvenil dos egressos e o pouco tempo em que a maioria dos respondentes está no mercado de trabalho, é possível visualizar que, entre esses jovens, empregos jornalísticos em organizações fora da mídia são os preferidos – ou os mais possíveis de serem acessados. Funcionariam, então, como a porta de entrada para os novos jornalistas no mercado, enquanto os trabalhos na mídia ocupam uma posição secundária nesse aspecto.

Também chama atenção nesse quesito referente à ocupação principal dos egressos o número de participantes da pesquisa (22 de 78) que mudou de área profissional. Essa parcela de egressos se desconectou das atividades jornalísticas, sejam elas na mídia ou fora da mídia, para trabalhar em outros ofícios, mas a maioria dos evasores ainda permanece no campo da comunicação, indicando atuar em empregos ligados ao marketing, publicidade, produção de conteúdo para a internet, fotografia e edição de vídeos.

Tabela 26 – Em sua ocupação principal, qual sua área de atuação?

	Frequência
Fora da mídia, em outras atividades (assessoria de imprensa ou comunicação, produtoras de conteúdo para mídias digitais ou outras ações que utilizam conhecimento jornalístico)	33
Não atuou como jornalista e/ou docente na área ou não trabalha atualmente	23
Mídia (imprensa, veículos de comunicação, arranjos alternativos de mídia/mídia independente, startup jornalística e/ou produção de conteúdo jornalístico)	18

Docência (formação superior de jornalistas ou outras áreas de conhecimento)	4
Total	78

Fonte: autores

O caminho que os egressos tomaram para chegar ao emprego principal varia, mas prevalece o ingresso por meio de processo seletivo realizado pelo contratante, uma opção comum a 23 dos 78 respondentes. Ainda que em menor frequência, indicações de amigos, familiares e colegas também são frequentes formas de ingressar no mercado de trabalho, assim como convites, seleção por empresa de recrutamento ou mesmo a abertura da própria empresa. O tipo de vínculo empregatício mais comum no trabalho principal entre os egressos de jornalismo da UFSM-FW é a carteira assinada, comum a 40 de 78 respondentes, contudo, vínculos informais ou como pessoa jurídica também são significativos e aparecem liderados pelos contratos como MEI.

Tabela 27 – Qual é o tipo de vínculo empregatício em seu trabalho principal?

	Frequência
Carteira assinada (CLT)	40
MEI (Microempreendedor (a) Individual)	15
Servidor (a) público (a)	5
Outro	3
Cargo comissionado	2
Prestação de Serviço sem contrato firmado	2
Dona (o) ou sócia (o) de empresa com funcionários	2
Pessoa jurídica (PJ) (sem funcionários ou sócios)	2
Estagiária (o)	2
Carteira assinada com período intermitente	1
Freelancer	1
Contrato de prestação de serviços	1
Contrato público temporário	1
Bolsista ou similar decorrente de programas públicos de incentivo à docência	1
Total	78

Fonte: autores

Como visto, a maior parte dos egressos está atuando fora da mídia, um ramo no qual as assessorias de imprensa são os principais recrutadores, seguidas pelas agências de comunicação

e outras instituições privadas. Em geral, se tratam de empresas de médio ou grande porte. Nesses postos, a função principal mais comum aos egressos é a produção de conteúdo e as atividades de assessor de comunicação – trabalhando com o atendimento à imprensa –, mas há um núcleo de jornalistas que se dedica a funções ligadas especificamente ao ambiente digital, como marketing digital, gerência de redes sociais e gestão de conteúdo. Assim, em um dia normal de trabalho, um egresso que está fora da mídia costuma principalmente fazer atividades de produção de conteúdo, gestão de conteúdos, monitoramento de redes sociais e assessoria/atendimento à imprensa, nessa ordem.

Tabela 28 – Quais atividades você desenvolve em um dia normal de trabalho?
(É possível assinalar mais de uma resposta.)

	Frequência
Produção de conteúdo	29
Gestão de conteúdos	22
Assessor de imprensa/comunicação (atendimento)	21
Monitoramento de redes sociais	21
Gestão de área e/ou comunicação	13
Marketing digital e/ou Inbound Marketing	12
Fotografia	11
Reportagem	10
Edição	10
Gestão de projetos	9
Planejamento de negócios	7
Design gráfico	6
Consultoria	5
Relações Públicas	5
Cinegrafia	5
Outra (s)	4

Fonte: autores

Já o grupo de egressos que trabalha na mídia, emissoras de rádio e veículos de jornalismo on-line são os principais empregadores, seguidos pelos jornais impressos, se tratando predominantemente de empresas com atuação regional ou nacional e que têm menos de 50 funcionários. A função mais comum a esses egressos é a de repórter e, em um dia normal

de trabalho, são executadas atividades de reportagem, pauta/produção, fotografia, gestão e produção de conteúdo para redes sociais, atividades administrativas e edição.

Independentemente do ramo de atuação, se fora ou dentro da mídia, prevalece um a sensação de estresse com relação ao trabalho, em proporção similar ao número de egressos que já recebeu indicação para tomar antidepressivos. A grande maioria afirma que é comum fazer horas-extras, um aspecto que é ainda mais grave tendo em vista que a carga horária padrão dos respondentes é de 7 e 8 horas por dia, já acima das 5 horas diárias estabelecidas pela CLT.

Tabela 29 – Em relação ao seu trabalho atual, responda “Sim” ou “Não”

	“Sim” (frequência)	“Não” (frequência)
Você se sente estressada (o) no trabalho?	33	19
Você já foi diagnosticada (o) com estresse?	21	31
Você já foi diagnosticada (o) com algum transtorno mental relacionado ao seu trabalho?	9	43
Você já recebeu indicação para tomar antidepressivos?	22	30
Você já foi diagnosticada (o) com algum sintoma de LER/DORT?	6	46
Você já precisou pegar licença do trabalho por problemas de LER/DORT?	1	51
Você considera que seus esforços no trabalho são devidamente reconhecidos?	27	25
É comum você trabalhar mais do que o contratado (fazer horas-extras)?	37	15

Fonte: autores

Tabela 30 – Em média quantas horas você trabalha por dia?

	Frequência
Entre 7 e 8 horas	27
De 9 a 10 horas	11
De 5 a 6 horas	9
Até 4 horas	2
Entre 11 e 12 horas	2
Mais de 13 horas	1
Total	52

Fonte: autores

O contexto fornecido por esse bloco de questões dá indícios importantes sobre o posicionamento dos egressos no mercado de trabalho atualmente. De fato, o que se observa até

então é que seus comportamentos são bastante condizentes com o que outros pesquisadores registram para jornalistas de idade e tempo de trabalho similares aos dos egressos da UFSM-FW.

Um exemplo disso é a quantidade de egressos que trocou de área profissional, o que na prática pode ser compreendido como o abandono do jornalismo. Embora o número seja preocupante (22 de 78 respondentes disseram ter trocado de área), ele é coerente com as taxas de abandono observadas por Pontes e Mick (2018) e Pontes e Cabral (2023) para faixas etárias e períodos de atuação similares aos dos egressos de jornalismo da UFSM-FW. O convite à desistência que permeia os mais jovens jornalistas se deve a um conjunto de questões comuns no cenário jornalístico brasileiro, que não são exclusivas aos egressos da UFSM-FW. Entre elas está o fato de que a precarização e os baixos salários atingem mais fortemente os jovens e aqueles iniciantes na profissão (PONTES; MICK, 2018) e a tendência ao abandono entre os jornalistas que recebem menos (PONTES; CABRAL, 2023)

Outro aspecto que ajuda a compreender a posição dos egressos no mercado de trabalho e que reforça o convite ao abandono é a própria estrutura hierárquica do jornalismo, que favorece a desigualdade entre os profissionais. Mick e Estayno (2018) identificam no jornalismo a existência de uma estrutura dual, constituída por, de um lado, uma elite minoritária, que goza de vantagens, tem salários bastante elevados e acesso privilegiado aos setores da cultura, economia e política nacionais. No outro lado, está a maioria dos jornalistas, que trabalha e vive em condições bem menos favoráveis, salários baixos e elevadas cargas horárias, pouca autonomia profissional e pressão constante na rotina funcional. Integrantes da segunda categoria, que é amplamente mais numerosa, embora possam ver seus salários aumentar paulatinamente ao longo dos anos de permanência no jornalismo, dificilmente conseguem obter melhorias significativas nas condições de trabalho e raramente poderão ascender à elite profissional (MICK; ESTAYNO, 2018), em um processo que pode ser compreendido nos termos de Pontes e Mick (2018, p. 19) como a “estabilidade na precariedade”.

Ao observar essa estrutura descrita por Mick e Estayno (2018), é particularmente interessante notar que a perenidade da elite, para os autores, está calcada na existência da massa de jornalistas que trabalha em condições precárias e, em razão disso, concentra nela os índices de abandono da profissão. É então que os jornalistas jovens cumprem uma função importante na manutenção dessa estrutura, “ao assegurar a constante substituição de trabalhadores experientes por egressos recentes do ensino superior” (MICK; ESTAYNO, 2018, p. 15). Na prática, significa dizer que os egressos da UFSM-FW, em sua maioria atuando há até cinco anos

no mercado jornalístico, se encontram nessa faixa de entrada na profissão, um grupo que é bastante requisitado para preencher postos precarizados já abandonados por outros jornalistas, e que também tende a abandonar o ofício, pelas mesmas razões de seus colegas predecessores.

Ou seja, pelas suas características de idade e tempo de profissão, os egressos integram essa porção menos privilegiada do jornalismo. Suas alternativas não são diferentes daquelas comuns a outros profissionais em condições semelhantes, e por isso não raro eles saem do campo, fenômeno que é comum para aqueles e aquelas com até 10 anos de jornalismo. Desestimulados pela escassa chance de alcançar posições dominantes no campo, parte significativa dos jornalistas desiste da profissão e mobiliza os capitais acumulados no campo jornalístico (sobretudo, o social e o simbólico) para reconfigurar sua atuação em outros setores.” (MICK; ESTAYNO, 2018, p. 15).

Cabe ainda salientar que a estrutura hierárquica descrita por Mick e Estayno (2018) eventualmente pode agir sobre os egressos da UFSM-FW com algumas variações, considerando outra característica desse grupo que não a sua juventude apenas. Pelo fato de provirem de uma região interiorana, os respondentes da pesquisa podem estar sujeitos a pelo menos duas situações particulares: a primeira delas é encontrar ainda mais dificuldade para ascender aos postos de elite do jornalismo. Longe dos grandes centros urbanos onde estão também os principais conglomerados midiáticos, os egressos da UFSM-FW tendem a permanecer abaixo do radar dos principais veículos de comunicação do país e de seus postos de trabalho que, senão concedem melhores condições e remuneração, ao menos garantem mais visibilidade e status; a segunda segue no sentido geográfico oposto.

Mick e Estayno (2018, p. 12) comentam que, além das grandes elites da profissão, há também as chamadas “elites locais ou regionais”, grupos de profissionais que desfrutam de certo prestígio e detém aquelas que são as melhores condições de trabalho e salariais para a região onde estão. Considerando a distribuição geográfica dos egressos da UFSM-FW, em geral situados no interior do RS e SC, orbitar estas microelites também é um caminho que pode indicar uma trajetória profissional para eles.

De todo modo, por ora é difícil avaliar o rumo que os egressos pretendem dar a suas carreiras. A maioria, cerca de oito a cada 10, quer permanecer no jornalismo, mas não há qualquer consenso sobre para qual caminho seguir: se ficar na instituição e função atuais, se ser promovido, se ir para uma instituição maior, se ingressar no serviço público como jornalista ou ainda se tornar professor.

Tabela 31 – Qual o seu projeto em relação à sua atuação profissional em um futuro próximo (de um a dois anos)?

	Frequência
Seguir na mesma instituição em que estou e nas funções que exerço	10
Seguir na instituição que estou e ser promovida (o)	9
Entrar em uma instituição de maior porte	9
Deixar a carreira atual e ingressar no serviço público em outras funções jornalísticas	8
Deixar a carreira atual e atuar em funções não-jornalísticas	6
Outro	5
Ingressar na carreira pública como docente	4
Deixar a carreira atual e atuar como docente	1
Total	52

Fonte: autores

4.2.4 Desengajamento de classe e desvinculação política

Por fim, e como forma de dimensionar o engajamento em questões de classe, o posicionamento ideológico e a concepção que os egressos carregam sobre os valores da profissão, olhamos agora para aspectos políticos que permeiam as vidas dos respondentes, um conjunto de indicadores que complexifica a visão sobre as movimentações e escolhas por eles realizadas no mercado de trabalho.

Chama atenção, por exemplo, a proporção de egressos que buscou formalizar sua atuação obtendo o registro profissional junto ao Ministério do Trabalho e Previdência. A maioria dos respondentes afirmou ter obtido o registro, mas é bastante significativo o número de egressos que não buscou a formalização (44 respondentes têm o registro e 33 não têm). A título de comparação, no RS como um todo a cada 10 jornalistas, oito têm registro profissional, enquanto que entre os egressos essa relação cai para menos de seis a cada 10.

Se o registro profissional ainda é procurado pela maioria dos egressos, a despeito do grande número dos que não buscam a formalização entre os respondentes, o mesmo não se pode dizer em relação à sindicalização, processo sobre o qual há evidente desinteresse entre os respondentes. Dos 50 entrevistados questionados sobre esse aspecto, 45 disseram não ser filiados a algum sindicato, e a principal razão apontada é a falta de interesse pelos serviços da organização sindical – motivo indicado por mais da metade dos respondentes. A falta de

conhecimento sobre o sindicato também é outra razão que afasta os jornalistas egressos da UFSM-FW das entidades de classe.

Tabela 32 – Você é filiada (o) a algum sindicato?

	Frequência
Sim	5
Não	45
Total	50

Fonte: autores

Tabela 33 – Por que você não é filiada (o) ao sindicato da sua categoria?

	Frequência
Não tenho interesse	25
Não conheço o sindicato	12
Sindicato não responde às demandas específicas da minha área de atuação	5
Outra (s) razão (ões)	2
Não existe sindicato para minha categoria	1
Total	45

Fonte: autores

Esse comportamento deixa questões em aberto, mas por certo demonstra algum tipo de descompasso entre as necessidades dos egressos e as organizações sindicais. Por outro lado, também pode estar ligado a uma tendência entre respondentes de se afastar dos movimentos sociais, o que aparece também quando eles foram questionados sobre a filiação política: a grande maioria não é e nem deseja ser filiada a partidos políticos (43 de 50). Quanto ao posicionamento ideológico, entre os 50 respondentes, prevalece a identificação com o ideário de esquerda (30 repostas) ou centro esquerda (seis repostas).

Tabela 34 – Qual o nível de importância você atribui aos seguintes valores profissionais?¹⁷

	Extremamente importante	Muito importante	Mais ou menos importante	Pouco importante	Sem importância
Verdade	43	1	-	-	-
Transparência	39	4	1	-	-
Liberdade	36	7	1	-	-

¹⁷ Os dados da tabela são apresentados em valores absolutos.

Credibilidade	33	11	-	-	-
Pluralidade	29	14	-	-	-
Diversidade	27	16	1	-	-
Justiça	27	11	4	1	-
Equilíbrio	22	17	5	-	-
Objetividade	21	17	4	2	-
Imparcialidade	15	14	9	4	2

Fonte: autores

Já em relação a aspectos éticos e valores da profissão, a maior parte dos egressos diz conhecer o Código de Ética. Os princípios do jornalismo considerados mais importantes pelos respondentes são a verdade, a transparência e a liberdade, enquanto que o equilíbrio, a objetividade e a imparcialidade são vistos como menos importantes, uma configuração que, de modo geral, condiz com o que foi observado entre os jornalistas gaúchos como um todo.

4.2.5 Reflexos da política pública e o caminho de entrada dos egressos na profissão

As características e as considerações até aqui relatadas descrevem de maneira ampla as dinâmicas de inserção profissional dos egressos de Jornalismo da UFSM-FW, mas há aspectos sobressalientes que merecem ser revisitados para aprofundar a compreensão acerca dos movimentos iniciais que tais profissionais fazem no mundo do trabalho.

Um deles, que consideramos ponto de partida para se estabelecer reflexões sobre essas dinâmicas, é a demografia dos egressos participantes da pesquisa, um grupo formado principalmente por jovens entre 23 e 30 anos. Nenhum respondente afirmou ter mais de 41 anos no momento da pesquisa – o que não significa que não há egressos com essa idade, apenas que eles não participaram do questionário. Ainda, há de se considerar que a maior parte dos respondentes se concentra em turmas que se graduaram mais recentemente, isto é, os indicadores retratam melhor a realidade daqueles egressos que estão no mercado há no máximo 10 anos, principalmente entre dois e cinco anos. Outros aspectos demográficos importantes são a predominância de jornalistas brancos e de mulheres entre os respondentes.

Os destaques demográficos permitem visualizar com mais clareza os indicadores sobre a inserção dos egressos no mercado de trabalho. E, quanto a isso, há dois conjuntos de características que são mais reveladoras de tais dinâmicas: a cidade em que residem os egressos e o ramo do jornalismo em que estão inseridos.

A região em que mora a maioria dos respondentes fica nas proximidades de Frederico Westphalen, o local em que os jornalistas obtiveram seu diploma. Dos 87 respondentes, 57 deles permaneceram no Rio Grande do Sul, se concentrando principalmente na região Norte do Estado, onde fica a UFSM-FW. Da mesma forma, os 10 egressos respondentes que disseram morar em SC em geral estão situados no Oeste catarinense, como na cidade de Chapecó, distante cerca de 80 quilômetros de Frederico Westphalen, em linha reta.

Ainda que tenham sido relatados casos de egressos morando em outras localidades e mesmo em outros países, esses são a minoria. Em outras palavras, o que se percebe é que há uma tendência à permanência na região de formação, fazendo com que os jornalistas permaneçam morando e trabalhando nas cidades próximas de Frederico Westphalen.

Embora não tenha sido nosso objetivo de estudo, essa constatação indica o êxito da política pública que levou à instalação do campus da Universidade Federal de Santa Maria em Frederico Westphalen. Como relatam Silva (2011), Cocco *et al.*, (2014) e Brasil (2014), a UFSM-FW surge como parte da fase 1 do Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei 10.172/2001, e a implementação do campus tinha como um dos objetivos a interiorização do ensino superior público. O local de residência da maioria dos egressos de Jornalismo é uma evidência importante de que os estudantes chegam à universidade, obtêm seu diploma e tendem a permanecer na região.

Se aprofundarmos a análise sobre o relatado êxito da política pública, perceberemos que há dinâmicas sociais e mesmo econômicas importantes que decorrem dessa permanência na região de formação. Para as pessoas que residem nas redondezas de Frederico Westphalen, a universidade significa então uma possibilidade de formação e de permanência na região de origem – que, neste caso, se trata de uma localidade distante de grandes centros urbanos, predominantemente rural. Sem essa possibilidade, interessados em cursar Jornalismo em uma universidade pública teriam de sair da região e, como observado no caso da própria UFSM-FW, tenderiam a não mais retornar ao local de origem, em razão dessa mesma convergência à permanência no local de formação. Por outro lado, a UFSM-FW também acaba por gerar um certo movimento de migração em direção à região de Frederico Westphalen, uma vez que também pode atrair pessoas de outras localidades do Estado e do país que eventualmente busquem a formação em Jornalismo na universidade.

De fato, o local de residência dos egressos pode suscitar novos debates, seja sobre o curso de Jornalismo da UFSM-FW ou sobre a própria universidade e a política pública à qual está ligada. Mas, especificamente em relação aos jornalistas, outro indicador que fornece

insumos para discutirmos as dinâmicas de inserção profissional é a distribuição de egressos de acordo com o ramo de trabalho.

Notamos que, dentre os três ramos possíveis de atuação para os jornalistas, são os postos de trabalho fora da mídia os que mais atraem os egressos. Empresas de assessoria de imprensa ou funções de assessor de comunicação em instituições não necessariamente ligadas ao jornalismo são exemplos de empregos comuns aos egressos da UFSM-FW, em detrimento do trabalho em organizações de mídia, como os veículos de comunicação.

Há de se considerar nessa observação que quase todos os egressos respondentes estão no mercado há, no máximo 10 anos, sendo que a maior concentração de participantes da pesquisa é a de profissionais que iniciaram suas carreiras entre 2 e 5 anos atrás. Ou seja, tais dados refletem melhor o comportamento dos jornalistas que começaram a trabalhar mais recentemente e estão iniciando suas trajetórias profissionais.

Assim, o predomínio de egressos trabalhando fora da mídia indica que esses postos são, hoje, os caminhos mais acessíveis – ou preferíveis – para ingresso dos novos jornalistas no mercado, ao menos entre aqueles formados na UFSM-FW. Entre esses, é o trabalho em assessorias de imprensa ou comunicação que serve como porta de entrada para a profissão. Tal constatação pode significar que as organizações de mídia nessa região de moradia dos egressos não oferecem condições atrativas para os profissionais, ou ainda que há mais postos de trabalho fora da mídia disponíveis aos jornalistas do que nas redações dos veículos de comunicação. O estudo feito por Campos (2022) registra fenômeno semelhante e ajuda a compreender esse movimento. A autora reflete que, embora os profissionais cheguem ao campo jornalístico cultivando o ideal de um profissional que atua na mídia e nas redações, as condições de trabalho e a raridade de oportunidades impelem os neófitos ao ramo de fora da mídia, onde há mais vagas disponíveis.

Outro fator importante no que diz respeito à distribuição de acordo com a área de atuação é a grande quantidade de egressos que não está nem fora da mídia, nem na mídia ou na docência. Depois do grupo de egressos que atua fora da mídia, o mais numeroso é o de profissionais que saíram do jornalismo e estão atuando em outros ramos. Em sua maioria, estão vinculados a empregos que demandam habilidades de comunicação como marketing, publicidade ou relações públicas. Porém, mesmo entre os egressos que seguem no jornalismo, atividades ligadas àquelas faculdades do grande campo da comunicação também são mencionadas como rotineiras. É o que acontece com os egressos que estão fora da mídia, entre os quais são mais comuns as atividades como a produção e gestão de conteúdos e o

monitoramento de redes sociais – demandas que coabitam os diversos ramos profissionais do da comunicação. Habilidades ligadas diretamente ao jornalismo, como atividades de atendimento à imprensa e produção de reportagens, aparecem em seguida na lista de mais frequentes.

Assim, uma condensação dos indicadores sobre a atuação profissional dos egressos da UFSM-FW resulta no estereótipo que nos ajuda a compreender a inserção desse jornalista no mercado de trabalho. Em geral, se trata de uma profissional jovem, que entra no mercado pelos empregos fora da mídia e nos quais atua em funções que lhe demandam conhecimentos do grande campo da comunicação, principalmente, mas também de jornalismo. O caminho comum para se chegar a esses empregos são os processos seletivos realizados pelo próprio contratante e a carteira assinada é o tipo de vínculo majoritário, sendo que as empresas de médio e grande porte são as principais empregadoras, no caso dos postos fora da mídia.

Independentemente do ramo de atuação, é possível notar que postos de trabalho ocupados pelos egressos apresentam indicadores de precarização evidentes, a começar pelos baixos salários. A ampla maioria dos egressos recebe até três salários mínimos, sendo que vencimentos entre um e dois salários mínimos são os mais comuns. Não por acaso, mais da metade dos respondentes diz que seus proventos são insuficientes para passar o mês, mas também há de se notar que há um grupo de egressos cujos salários são mais altos, possivelmente uma categoria formada por profissionais já mais estabelecidos e com mais tempo de carreira.

À questão salarial, somam-se as altas cargas horárias dos egressos, que em geral trabalham de 7 a 8 horas por dia – ou mesmo mais do que 9 horas diariamente, além dos altos níveis de estresse relatados pelos respondentes. Então, não deixa de ser surpreendente, a quantidade de egressos que deseja permanecer no emprego e nas funções que ocupa atualmente, opção comum à maior parte dos respondentes. Ser promovido na mesma instituição em que atua, ir para uma instituição maior ou ingressar na carreira pública como jornalista são, nessa ordem, as outras aspirações mais frequentes entre os egressos.

Ressaltamos aqui que essas condições todas retratam com melhor precisão a realidade daqueles egressos que se graduaram na UFSM-FW em anos recentes, e que, portanto, estão em anos iniciais de suas trajetórias. Há de se considerar que essa etapa é um momento de inserção no mercado, no qual as condições de trabalho são menos favoráveis do que aquelas experimentadas por profissionais já consolidados. O pagamento de salários mais baixos a profissionais recém-formados e com pouco tempo de atuação, caso da maior parte dos egressos que responderam ao questionário, é prática comum do mercado de trabalho, por exemplo.

Mas ter isso em mente diverge de naturalizar as demonstradas condições precárias de trabalho que, como visto ao longo desta investigação, acometem tanto os jornalistas egressos da UFSM-FW, quanto a categoria dos jornalistas gaúchos de modo geral. Mesmo que fossem situações momentâneas, atreladas a um momento específico da trajetória profissional – o que vimos, não acontece, já que se manifestam de diferentes formas ao longo do tempo de carreira –, tais condições de trabalho não podem ser compreendidas como inerentes ao percurso profissional dos jornalistas. Do contrário, assimilar essas dificuldades e compreendê-las de outra maneira que não como agentes que causam sofrimento aos profissionais, escorregando em discursos meritocráticos e individualistas, significa coadunar-se com a racionalidade neoliberal (LAVAL; DARDOT, 2016) e, com isso, advogar em seu favor, ainda que involuntariamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos e desenvolvemos nosso percurso buscando responder ao questionamento sobre “qual é o perfil dos jornalistas gaúchos?”. Uma dúvida ampla e que, por essa condição, nos levou a concentrar esforços em dois objetivos específicos: a) identificar as características de trabalho, econômicas e sociodemográficas dos jornalistas do RS e b) descrever as dinâmicas de inserção profissional de jornalistas egressos de uma universidade pública do interior do RS. Ambos os objetivos específicos estão filiados a um objetivo geral, que é o de analisar as características de trabalho, econômicas e sociodemográficas dos jornalistas gaúchos.

Diante desse direcionamento, optamos por seguir um caminho predominantemente quantitativo, o que de imediato nos leva a algumas necessárias ponderações prévias às considerações finais sobre os dados analisados. Há, aqui, um conjunto de informações que devem ser compreendidas como indícios, recortes da realidade, a partir dos quais buscamos construir reflexões na tentativa de sinalizar a existência de tendências na realidade dos jornalistas gaúchos e do próprio jornalismo no Rio Grande do Sul. Não seria possível, porém, detalhar cada um dos percentuais, das tabelas e estatísticas apresentados – rol de informações que deve ser objeto de análises posteriores.

Pulverizar o conteúdo quantitativo que publicamos aqui é um objetivo implícito em nosso esforço de pesquisa, que, esperamos, possa servir como ponto de partida ou de apoio para novos estudos sobre os jornalistas gaúchos. Essa é a razão pela qual prezamos por descrever e fazer constar aqui os resultados de todas as perguntas respondidas pelos 353 jornalistas do RS que participaram da pesquisa do Perfil do Jornalista Brasileiro de 2021 (LIMA *et al.*, 2022). Ainda que nem todas as perguntas diretamente contribuam para nossos objetivos específicos propostos, a divulgação integral de seus resultados cumpre um objetivo acadêmico maior. Ao mesmo tempo, esperamos que essa pesquisa possa alcançar os próprios jornalistas gaúchos, por meio de entidades de classe e demais organizações sociais.

Dito isso, avançamos então para pontuar algumas reflexões que abstraímos ao longo dessa investigação e julgamos importante sublinhar. Objetivamente, a respeito das características de trabalho, econômicas e sociodemográficas dos jornalistas gaúchos, são pontos de destaque:

- a) a predominância de mulheres, que totalizam 58,1% do total de jornalistas gaúchos;
- b) a idade dos jornalistas, sendo que a maioria tem entre 23 e 40 anos;
- c) a baixa diversidade étnico-racial, uma vez que 89% dos jornalistas do RS são brancos e apenas 10,4% são pretos e pardos;

- d) a alta qualificação, já que 34,5% dos jornalistas têm diploma de mestrado, doutorado ou pós-doutorado;
- e) a renda média, que para a 51,2% dos jornalistas do RS fica entre um e quatro salários mínimos;
- f) o alto percentual de jornalistas cuja remuneração é insuficiente para as contas do mês (36,4%);
- g) a distribuição de jornalistas em cada ramo de atuação, uma vez que 46% estão em empregos na mídia, 36,1% fora da mídia e 17,9% na docência – ordem de grandezas semelhante ao cenário nacional, mas com proporções distintas que indicam a valorização da carreira docente no RS;
- h) a predominância de empresas de alcance regional como empregadoras dos jornalistas que atuam na mídia;
- i) a predominância de veículos com foco no on-line, impressos e emissoras de rádio como empregadores dos jornalistas que atuam na mídia;
- j) a alta carga horária de trabalho, com 45% dos jornalistas atuando entre 7 e 8 horas por dia, 26,8% com jornadas entre 9 e 10 horas diárias e 7,3% dedicam de 11 a 12 horas por dia ao trabalho.
- k) a percepção comum entre os jornalistas gaúchos de sentimentos como o estresse, a falta de reconhecimento e a pressão para atender aos prazos;
- l) o alto percentual de jornalistas (73,2%) que afirmam ser comum fazer horas-extras, além do período regular de trabalho; e
- m) os altos índices de ameaças virtuais direcionadas aos jornalistas e de episódios de assédio moral e sexual e de violência verbal, todos no ambiente de trabalho. Um cenário similar ao estudo nacional.

Já em relação às dinâmicas de inserção profissional de jornalistas egressos da UFSM-FW, notamos algumas tendências. Em geral, esse grupo, que é formado principalmente por jovens jornalistas com idade entre 23 e 30 anos, tende a permanecer atuando na região de formação, isto é, em municípios situados nas proximidades de Frederico Westphalen-RS. Essa tendência é aspecto crucial para a compreensão das dinâmicas de inserção profissional dos egressos, mas também é reveladora do papel cumprido pela UFSM em Frederico Westphalen.

Instalada nessa região como parte de uma política pública que também almejava a interiorização do ensino superior gratuito no país (SILVA, 2011; COCCO *ET AL.*, 2014; BRASIL, 2014), a UFSM-FW consegue responder a esse objetivo, segundo os dados que

levantamos. Jornalistas formados pela UFSM-FW não apenas se estabelecem na região de Frederico Westphalen-RS para cursar a graduação, mas tendem a permanecer trabalhando nas redondezas assim que formados. Para além de servir como constatação do sucesso da política pública que levou à instalação de tal universidade ou por contribuir para a compreensão das dinâmicas envolvendo esses egressos, essa observação pode potencializar novas análises em pesquisas diversas, tanto sobre os aspectos econômicos e sociais que decorrem desse fenômeno ou sobre a dispersão geográfica dos egressos de outros cursos ou de outras universidades.

No mercado de trabalho, a maioria desses jornalistas egressos recebe até três salários mínimos e sofre com algum tipo de insegurança financeira. Embora seja possível notar que alguns dos egressos se encontrem uma fase mais avançada em suas carreiras, já alçando postos e salários maiores e obtendo estabilidade, essas condições são ainda excepcionais. A maioria, em razão da idade, do pouco tempo de atuação e das condições financeiras, se encontra em um momento crítico da trajetória, uma das “portas giratórias”, nos termos de Deuze e Witschge (2016), com alta propensão ao abandono do ofício. Da mesma forma, Pontes e Cabral (2023) indicam que, para jornalistas com tempo de atuação similar ao experimentado pela maioria dos egressos da UFSM-FW, a taxa de saída do jornalismo é de 58,5%, isto é, cerca de seis a cada 10 jornalistas deixam a profissão. Isso condiz com a proporção considerável de egressos que afirmou ter abandonado o jornalismo para atuar em outras áreas.

Entre aqueles que permanecem no jornalismo, há algumas outras características reveladoras sobre a chegada ao mercado de trabalho, como a tendência à ocupação de postos em funções de fora da mídia. É preciso aprofundar as razões que levam os egressos a esse ramo, que, neste cenário, nos parece funcionar como porta de entrada para os novos jornalistas no mercado de trabalho. A análise dessas razões parte de uma observação mais atenta ao mercado da comunicação na região, mas a constatação dessa trajetória comum aos egressos é um indicativo importante sobre como eles entram e se afirmam na profissão.

A alta rotatividade de empregos também é um fator importante nas trajetórias. A maior parte dos egressos teve entre dois e cinco empregos em sua carreira, levando a crer que a mudança de posto é um comportamento frequente para esse grupo, principalmente porque a maioria dos respondentes iniciou sua trajetória entre dois e cinco anos atrás. Ou seja, em média, há uma mudança de emprego a cada ano trabalhado. Várias razões podem explicar essa dinâmica e, embora não tenhamos elementos suficientes para ponderar sobre elas, algumas delas podem ser a busca dos egressos por um lugar de estabilidade no mercado de trabalho, o

processo de autodescoberta sobre os rumos profissionais que os egressos desejam para suas trajetórias ou mesmo as políticas gerenciais das empresas empregadoras.

Ainda especificamente em relação aos egressos da UFSM-FW, o aspecto geográfico também interfere nas dinâmicas de posicionamento desses profissionais no mercado de trabalho. Além de serem jovens jornalistas e com pouco tempo de atuação, eles também, em sua maioria, estão trabalhando longe dos grandes centros urbanos e econômicos no país. Isso naturalmente dificulta tanto o estabelecimento de relações com as principais empresas de comunicação e demais empregadores de destaque no setor, quanto a criação de vínculos com outros colegas que orbitam ou integram o que Mick e Estayno (2018) definem como as elites da profissão, onde estão os maiores salários, as melhores condições de atuação e o alto prestígio social. Ou seja, se o ingresso nas elites da profissão é um percurso complexo para os jornalistas como um todo, para os egressos da UFSM-FW ele aparenta ser um tanto mais difícil, o que deve ocorrer entre outros profissionais provenientes de universidades de áreas interioranas. Assim, a já relatada tendência à permanência nas cidades próximas ao local de formação também se explica pelo fato de representar uma alternativa mais palpável para ascender aos postos com melhores condições de trabalho na região, uma jornada que pode ser compreendida como a busca pelo acesso às elites regionais (MICK; ESTAYNO, 2018).

Tais observações sobre as características de trabalho, econômicas e sociodemográficas dos jornalistas gaúchos e as dinâmicas de inserção profissional dos egressos da UFSM-FW devem ser compreendidas como breves conclusões sobre nossa investigação, uma vez que há tantos outros elementos passíveis de serem discutidos em ocasiões oportunas. O que fizemos aqui foi selecionar alguns dos resultados que julgamos significativos sobre cada um dos nossos objetivos.

Certamente, gostaríamos de ter ido além. Compreender e analisar o perfil dos jornalistas gaúchos passa, também, por confrontar os achados recolhidos em cada uma de nossas frentes de investigação, o que faria emergir reflexões mais complexas para situar a condição desses profissionais e alcançar estágios avançados na compreensão das experiências de vida e trabalho dos jornalistas do RS, o perfil dos jornalistas gaúchos. Esbarramos, contudo, em alguns desvios que se mostraram necessários ao longo de nossa rota, como detalhamos no capítulo “Metodologia e limitações”. Nossa inquietação se deve especificamente em relação à busca pela descrição das dinâmicas de inserção profissional dos egressos da UFSM-FW. Embora o número de respondentes à *survey* tenha se mostrado significativo em comparação com o universo total de egressos, ainda assim foi insuficiente para que pudessemos estabelecer

generalizações mais ampla. Dessa forma, devemos reconhecer a existência desse *gap* entre o perfil estadual e nosso olhar regional (FW).

Apesar dessa notada dificuldade em produzir generalizações a partir do grupo de egressos, consideramos satisfatórios os resultados provenientes de tal frente de investigação. Conseguimos revelar comportamentos, tendências, dificuldades e possíveis caminhos profissionais para os jornalistas que se formaram na UFSM-FW. Mais do que um estudo retroativo, que busca relatar a condição daqueles que já passaram por tal universidade, capturamos um recorte que pode funcionar como projeção sobre o futuro daqueles que ainda irão se graduar e começar suas trajetórias profissionais. Assim, já nos daremos por satisfeitos se, de alguma forma, o material aqui contido possa contribuir com as políticas da UFSM-FW e com qualquer outra universidade que oferte o curso de jornalismo, bem como com os próprios jornalistas e eventualmente com entidades de classe. Ainda que tímida, há aqui uma base científica para incentivar discussões em busca do aprimoramento das condições de vida e trabalho dos jornalistas, ao menos na região de Frederico Westphalen-RS – um local onde, assim como nos demais rincões interioranos no RS e do país, a função e o exercício do jornalismo nem sempre recebem a devida atenção.

Dito isso, a seguir, elencamos uma lista final com aqueles que julgamos ser os principais aprendizados obtidos em nossa investigação, bem como possibilidades vislumbradas para novas pesquisas.

A primeira questão, e que permeia todas as demais considerações, diz respeito a um aspecto teórico e metodológico. Sopesamos nossa análise do perfil dos jornalistas gaúchos com relatos de outras pesquisas, uma estratégia necessária para o desenvolvimento de um estudo coerente com a realidade. Tanto para a análise das características de trabalho, econômicas e sociodemográficas dos jornalistas gaúchos, quanto para a discussão sobre as dinâmicas de inserção profissional dos egressos da UFSM-FW, essa estratégia comparativa com outros estudos foi um exercício necessário para não proceder uma observação desconexa com o que ocorre com os demais jornalistas. Quisemos repelir um tom de exclusividade para os objetos estudados e contextualizá-los, produzindo um estudo em diálogo com outras pesquisas.

Mas essa estratégia naturalmente incide sobre a compreensão dos achados. Ao parametrizar integralmente nossa análise em outros indicadores, corremos o risco de normalizar certos processos de piora na vida e trabalho dos jornalistas gaúchos, transmitindo a ideia de que assumimos a realidade registrada em outros casos como parâmetro do aceitável. Assim, uma vez mais precisamos sublinhar nossa vinculação à tese de Dardot e Laval (2016) quanto à

predominância da razão neoliberal sobre o mundo do trabalho contemporâneo e aos resultados já assentados nas pesquisas de Deuze e Witschge (2016), Nicoletti (2019), Lelo (2019) e Lima *et al.* (2022), todos convergindo na direção de assegurar o estado precário da profissão de jornalista. Isto é, tomamos a precarização como uma realidade posta, então não nos esforçamos para identificar sua reprodução ou não em solo gaúcho, pois compreendemos que ela é inerente a todos os profissionais no país neste momento – uma percepção que eventualmente pode não ter ficado suficientemente clara na exposição dos resultados. De todo modo, para deixar evidente, registramos então a alta intensidade com a qual os jornalistas gaúchos, principalmente os egressos da UFSM-FW são afetados pelo fenômeno da precarização do jornalismo.

Uma segunda observação fala sobre os aspectos financeiros da vida dos jornalistas. Entre os jornalistas gaúchos – com maior intensidade os egressos da UFSM-FW – os resultados sobre a questão econômica levantam uma preocupação a respeito das condições de vida dos jornalistas no RS: diante da insegurança financeira relatada, é necessário tornar o olhar para questões humanitárias envolvendo os profissionais do jornalismo. É preciso admitir que o jornalismo talvez não esteja provendo devido sustento para boa parte de seus profissionais e encarar o fato de que possivelmente muitos dos jornalistas no RS não apenas têm trabalhos precários, como vivem em condições precárias. Se a precarização do trabalho é um tema importante para que se entenda seus impactos na produção jornalística e, portanto, na sociedade, como fizeram Nicoletti (2019) e Lelo (2019), por outro lado a vida em condições precárias é um aspecto humanitário e não há contornos de luxúria ou corporativismo em desejar que os jornalistas tenham uma vida digna. Há necessidade de se aprofundar as investigações sobre essa sensível questão.

Um terceiro aspecto observado é a possibilidade de transformação do mapa da mídia do RS. É possível que exista uma tendência para a docência no RS, e isso deve ser medido em novas pesquisas que permitam a comparação histórica. Há indícios no RS de um fortalecimento da preferência pela carreira docente, que parece se dar em detrimento da carreira na mídia. Ainda que os postos na mídia seja os mais populares entre os jornalistas no RS, representam uma proporção bem menor do que se observa na pesquisa nacional (LIMA *et al.*, 2022). Um questionamento possível é buscar entender se esse cenário é cultural, ou seja, se historicamente os jornalistas do RS são mais afeitos à docência, ou se essa dinâmica vem ocorrendo apenas recentemente. Acrescenta-se a essa reflexão o dado ora apresentado sobre os planos dos jornalistas gaúchos para um futuro próximo: 7,3% deles afirmaram querer ingressar na carreira pública como docente e 1,7% deseja trocar de ramo e se tornar docente.

Por fim, e como era de se esperar, mais do que considerações, nosso percurso gerou novas inquietações. Aqui, lançamos bases para mais investigações sobre os jornalistas gaúchos, uma plataforma que, pretendemos, servirá como alicerce para que outros colegas pesquisadores lancem seus próprios olhares para características específicas desse grupo profissional. Os dados ora apresentados podem e devem ser explorados em suas especificidades, e eles abrem uma variedade de possibilidades, de abordagens, questionamentos e ponderações. Se isso efetivamente se concretizar, então teremos alcançado o objetivo maior de nossa proposta, contribuindo para alimentar o ramo de pesquisas sobre os jornalistas do RS.

Com o que relatamos aqui, temos um panorama sobre a condição desse grupo profissional na contemporaneidade. A dinamicidade do mundo do trabalho subordina nossas conclusões à qualidade de temporárias – as coisas podem e vão se transformar ao longo do tempo. Mas essa condição é positiva. Ela congela a realidade para que, a partir desse recorte, consigamos visualizar as transformações pelas quais o campo vem passando. No entanto, as próximas pesquisas não devem se reduzir à descrição objetiva dos fatos, da realidade, dos problemas – uma vertente que de fato é muito importante, mas é apenas uma parte do compromisso que a ciência tem com a humanidade. Além de observar, é imperativo que a produção acadêmica sobre os jornalistas – gaúchos ou não – siga extravasando as fronteiras da descrição para servir também como vetor de transformações, alavancando melhorias na qualidade de vida e do trabalho das pessoas.

REFERÊNCIAS

AMADO, A.; *et al.* Periodismos latinoamericanos: perfil y roles profesionales. *In:* AMADO, A.; OLLER-ALONSO, M.; BAUMGRATZ, M. **El periodismo por los periodistas:** perfiles profesionales em las democracias de America Latina. Berlim e Montevidéu: Konrad-Adenauer-Stiftung e Centro Para La Información Ciudadana, 2016. p. 11-25.

AMADO, A.; OLLER-ALONSO, M.; BAUMGRATZ, M. **El periodismo por los periodistas:** perfiles profesionales em las democracias de America Latina. Berlim e Montevidéu: Konrad-Adenauer-Stiftung e Centro Para La Información Ciudadana, 2016.

AMARAL, A. S. Precarização estrutural e exploração da força de trabalho: tendências contemporâneas. **Argumentum**, Vitória-ES, v. 10, n. 3, p. 244-256, set/dez, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/19549>>. Acesso em fevereiro de 2022.

ARROYAVE, J.; BARRIOS, M. M. Journalists in Colombia. *In:* WEAVER, D. H.; WILLNAT, L. **The Global Journalist in the 21st Century.** Nova Iorque e Londres: Routledge, 2012. p. 400-412.

AVRELLA, B. **O radiojornalismo local em pequenas emissoras:** um estudo das rádios Luz e Alegria AM e Seberi AM. 2014. 300 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Florianópolis, SC.

BARBOSA, M. Imprensa e História Pública. *In:* MAUAD, A. M.; ALMEIDA, J. R. de.; SANTHIAGO, R. (orgs.). **História Pública no Brasil: Sentidos e itinerários.** 1. ed. São Paulo: Letras e Voz, 2016. p. 121-132.

BARBOSA, M. Uma história da imprensa (e do jornalismo): por entre os caminhos da pesquisa. **Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 21-36, mai./ago. 2018.

BIBBY, A. **Employment relationships in the media industry.** Organização Internacional do Trabalho, 2014. Disponível em: <http://www.oit.org/wcmsp5/groups/public/---ed_dialogue/---sector/documents/publication/wcms_249912.pdf>. Acesso em 17 de junho de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014**, 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192>. Acesso em março de 2021.

BOURDIEU, P. The Political Field, the Social Science Field and the Journalistic Field. *In:* BENSON, R.; NEVEU, E. **Bourdieu and Journalistic Field.** Londres/Malden: Polity Press, 2005. p. 29-47.

BURKHARDT, F. **Jornalistas free-lancers – trabalho precário na grande imprensa da Região Metropolitana de Porto Alegre.** Dissertação (mestrado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2006.

CAMPO, L. A. da; PARZIANELLO, G. L. A comunicação não violenta no mercado de trabalho da mulher jornalista. **Animus**, v. 20, n. 42, p. 280-299, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/animus/article/view/41040>>. Acesso em 5 de junho de 2023.

CAMPOS, D. M. de; MACHADO, M. B. da C. A campanha abolicionista na Província do Rio Grande do Sul: Política, contradições e silenciamentos no jornal O Século. *In:* STRELOW, A (org.) *et al.* **Primórdios da Comunicação Midiática no Rio Grande do Sul.** 1. ed. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2021. p. 93-150.

CAMPOS, E. T. de M. **Estagiárias em jornalismo no Rio Grande do Sul: mundo do trabalho, interseccionalidade e neoliberalismo**. 2022. 176 f. Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, São Leopoldo, RS.

CAÑIZÁLES, A; PAZ, P. E. Venezuela – El periodismo em condiciones precarias. *In: AMADO, A.; OLLER-ALONSO, M.; BAUMGRATZ, M. El periodismo por los periodistas: perfiles profesionales em las democracias de America Latina*. Berlim e Montevidéu: Konrad-Adenauer-Stiftung e Centro Para La Información Ciudadana, 2016. p. 118-131.

CHARRON, J.; BONVILLE, J. **Natureza e transformação do jornalismo**. Florianópolis: Editora Insular, 2016.

COCCO, R.; NUNES, G.L.; SANTOS, S.A.; KEMPKA, S. B. Política de Expansão e Interiorização/Regionalização do Ensino público Superior no Brasil: o caso da UFSM/CESNORS – uma perspectiva a partir do egresso. *In: Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação, 4.,/Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação, 7., 2014, Porto-POR. Anais [...]*. Disponível em: <https://anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT2/GT2_Comunicacao/Ricardo_CoccoGT2_integr_al.pdf>. Acesso em março de 2021.

DANTAS, J. B. A. **O impacto das condições de trabalho e da precarização da profissão na vida do jornalista**. 2019. 307 f., il. Tese (Doutorado em Comunicação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_a96c962ca5ea832fe0b087f5317dcb98>. Acesso em fevereiro de 2022.

DEUZE, M. WITSCHGE, T. O que o Jornalismo está se tornando. **Parágrafo**, v. 4, n. 2, p. 8-21, 2016. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/478>>. Acesso em novembro de 2021.

DOBEK-OSTROWSKA, B. Journalists in Poland – some previous research. *In: ANIKINA, M. et al., Journalism in Russia, Poland and Sweden – traditions cultures and research*. Estocolmo: E-print, 2012. p. 32-52.

DRUCK, G. A precarização social do trabalho no Brasil. *In: ANTUES, Ricardo (org.) Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II*. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 55-73.

ELMI, A. C. **Comunicação e ética: duplo emprego na imprensa do Rio Grande do Sul**. 2014. 190 f. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Comunicação Social, Porto Alegre, RS.

ETGES, H. A.; SOARES, C. L.; BENCKE, J. Jornalismo à moda antiga na internet: um resgate da memória e da história do jornal O Taquaryense. *In: Encontro Regional Sul de História da Mídia, 5., 2014, Florianópolis-SC, Alcar Sul. Anais [...]* Florianópolis: Alcar Sul, 2014. p. 1-14. Disponível em: <https://alcarsul2014.sites.ufsc.br/wp-content/uploads/2014/10/gt-hist%C3%B3ria-da-m%C3%ADdia-imprensa_h%C3%A9lio_etges.pdf>. Acesso em junho de 2022

EVANS, J. R.; MATHUR, A. The Value of Online Surveys. **Internet Research**, n. 2, v. 15, p. 195-219, 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.1108/10662240510590360>>. Acesso em abril de 2022.

FIDALGO, J. Jornalistas: um perfil socioprofissional em mudança. **Comunicação e Sociedade**, v. 5, p. 63-74, 2004. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/60004/1/2004_Fidalgo_Jornalistas-perfil.pdf>. Acesso em junho de 2022.

FIGARO, R. (org); NONATO, C.; GROHMANN, R. **As Mudanças no Mundo do Trabalho do Jornalista**. São Paulo: Atlas, 2013.

GARCIA, E. de F. **Entre disposições práticas e militantes: as trajetórias de jovens jornalistas gaúchos e suas relações com o campo jornalístico**. 2020, 168 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pelotas, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Pelotas, RS.

HERSCOVITZ, H.; CARDOSO, A. The Brazilian Journalist. *In*: WEAVER, D. **The Global Journalist: news people around the world**. Cresskill, Nova Jérsei: Hampton Press, 1998, p. 417-432.

HERSCOVITZ, H. Brazilian journalists' perceptions of media roles, ethics and foreign influences on Brazilian journalism. **Journalism studies**, v. 5, n. 1, p. 71-86, 2004. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1461670032000174756>>. Acesso em 9 de junho de 2023.

HERSCOVITZ, H. Jornalistas de São Paulo: quem são e o que pensam em comparação aos jornalistas americanos e franceses. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 65-86, 2005. Disponível em: <<https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/2023>>. Acesso em 3 de julho de 2023.

HERSCOVITZ, H. Brazilian Journalists in the 21st Century. *In*: WEAVER, D.; WILLNAT, L. **The Global Journalist in the 21st Century**. Nova Iorque e Londres: Routledge, 2012.

HOHLFELDT, A.; RAUSCH, F. R. A imprensa sul-riograndense entre 1870 e 1937: Discussão sobre critérios para uma periodização. *In*: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 29., 2006, Brasília. **Anais**. Universidade de Brasília – UnB. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R0431-1.pdf>>. Acesso em julho de 2022.

HÖK, J. Swedish journalism - a long struggle for autonomy. *In*: ANIKINA, M. *et al.*, **Journalism in Russia, Poland and Sweden – traditions cultures and research**. Estocolmo: E-print, 2012. p. 53-72.

JARDIM, J. L. P. **Comunicação e militância**. A imprensa operária do Rio Grande do Sul (1892-1923). Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, p. 258. 1990.

KIKUTI, A.; ROCHA, P. M. Mercado de trabalho e trajetória profissional de jornalistas mulheres entre 2012 e 2017 no Brasil. *In*: Encontro Nacional de Pesquisador em Jornalismo, 16., 2018, São Paulo. **Anais**. FIAM-FAAM/Anhembí Morumbi: Disponível em: <<http://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2018/paper/viewFile/1497/892>>. Acesso em fevereiro de 2022.

LAGE, N. **Ideologia e Técnica da Notícia**. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2001

LAVAL, P.; DARDOT, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

LELO, T. V. **Reestruturações produtivas no mundo do trabalho dos jornalistas: precariedade, tecnologia e manifestações da identidade profissional**. 2019. 231 f., Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

LIBERT, M.; LE CAM, F.; DOMINGO, D. Belgian Journalists in Lockdown: Survey on Employment and Working Conditions and Representations of Their Role. **Journalism Studies**, n. 5-6, v. 23, p. 588-610. Disponível em: < <https://doi.org/10.1080/1461670X.2021.1944280>>. Acesso em junho de 2021.

LIMA, S. (coord. geral) *et al.* **Perfil do jornalista brasileiro 2021**: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho. Florianópolis: Quorum Comunicação, 2022. Disponível em: < <https://perfildojornalista.paginas.ufsc.br/files/2022/06/RelatorioPesquisaPerfilJornalistas2022x2.pdf>>. Acesso em agosto de 2022.

LIMA, S. P. A precarização do trabalho e a saúde dos jornalistas brasileiros. *In*: Colóquio Internacional Mudanças Estruturais no Jornalismo (MEJOR), 3., 2015, Florianópolis-SC. **Anais UFSC**. Disponível em: < <https://mejor2015.sites.ufsc.br/wp-content/uploads/2015/05/merged-51.pdf>>. Acesso em janeiro de 2022.

LUSTOSA, M. A. V; RECH, H. L. Desemprego Estrutural no Contexto do Capitalismo Global e o Ato Político-Educacional, Segundo Slavoj Zizek. **Dialectus**, Fortaleza-CE, n. 3, p. 17-25, set/dez, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/22382/1/2016_art_mavlustosahlrech.pdf>. Acesso em fevereiro de 2022.

MAGALHÃES, C. **O trabalho do repórter no processo de integração do impresso para o online no Diário Gaúcho, um jornal popular**. 2015. 147 f. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Comunicação Social, Porto Alegre, RS.

MÁRQUEZ-RAMÍREZ; M.; HUGHES, S. México – Los periodistas em México: panorama quantitativo de sus perfiles demográficos y profesionales. *In*: AMADO, A.; OLLER-ALONSO, M.; BAUMGRATZ, M. **El periodismo por los periodistas**: perfiles profesionales em las democracias de America Latina. Berlim e Montevidéu: Konrad-Adenauer-Stiftung e Centro Para La Información Ciudadana, 2016. p. 86-101.

MELLADO, C. Periodismo en Latinoamérica: Revisión histórica y propuesta de un modelo de análisis. **Comunicar**, n. 33, v. 17, p. 193-201, 2009. Disponível em: < <https://doi.org/10.3916/c33-2009-01-011>>. Acesso em junho de 2022.

MELLADO, C. Major Trends of Journalist Studies in Latin America: A Meta Analysis of Five Decades of Research. *In*: WEAVER, D. H.; WILLNAT, L. **The Global Journalist in the 21st Century**. Nova Iorque e Londres: Routledge, 2012, p. 413-426.

MELLADO, C. The Chilean Journalist. *In*: WEAVER, D. H.; WILLNAT, L. **The Global Journalist in the 21st Century**. Nova Iorque e Londres: Routledge, 2012b. p. 382-399.

METYKOVÁ, M.; CÍSAROVÁ, L. W. Changing journalistic practices in Eastern Europe: The cases of the Czech Republic, Hungary and Slovakia. **Journalism**, n. 5, v. 10, p. 719-736, 2009. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1464884909106541>>. Acesso em 19 de junho de 2023.

METYKOVÁ, M.; CÍSAROVÁ, L. W. Closed doors, empty desks: the declining material conditions of the Czech local print newsroom. **Journal of Applied Journalism and Media Studies**, n. 1, v. 9, p. 21-28, 2020. Disponível em: < <https://sro.sussex.ac.uk/id/eprint/83124/>>. Acesso em 17 de junho de 2023.

MICK, J.; CHRISTOFOLETTI, R.; LIMA, S. P. **Jornalismo local a serviço dos públicos**: como práticas de governança social podem oferecer respostas às crises do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2021.

MICK, J.; ESTAYNO, S. Jornalistas na crise: as carreiras interrompidas na mídia e a estrutura dual da profissão (2012-2017). *In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*, 16., 2018, São Paulo-SP, SBPJor. **Anais [...]** São Paulo: SBPJor, 2018, p. 1-18.

MICK, J.; KIKUTI, A. O mundo do trabalho de jornalistas no Brasil: uma agenda de pesquisa. **Plural**, [S. l.], v. 27, n. 2, p. 210-239, 2020. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/179830>>. Acesso em janeiro de 2022.

MICK, J.; LIMA, S. **Perfil do jornalista brasileiro**: Características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012. Florianópolis: Insular, 2013.

MIRANDA, J.; FIDALGO, J.; MARTINS, P. Jornalistas em tempo de pandemia: novas rotinas profissionais, novos desafios éticos. **Comunicação e Sociedade**, v. 39, p. 287-307, 2021. Disponível em: <<https://revistacomsoc.pt/index.php/revistacomsoc/article/view/3176/3555>>. Acesso em 20 de junho de 2023.

MOREIRA, S. V. Brasil – O Jornalista contemporâneo. *In: AMADO, A.; OLLER-ALONSO, M.; BAUMGRATZ, M. El periodismo por los periodistas: perfiles profesionales em las democracias de America Latina*. Berlim e Montevidéu: Konrad-Adenauer-Stiftung e Centro Para La Información Ciudadana, 2016. p. 39-47.

NDLOVU, M.; What is the state of South African journalism? **African Journalism Studies**, n. 3, v. 36, p. 114-138, 2016. Disponível em: <<https://www.doi.org/10.1080/23743670.2015.1073934>>. Acesso em junho de 2022.

NICOLETTI, J. **Reflexos da precarização do trabalho dos jornalistas sobre a qualidade da informação**: proposta de um modelo de análise. Tese (doutorado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo. Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2019.

NONATO, C. O perfil do jornalista das periferias de São Paulo: resultados iniciais. *In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 41., 2018, Joinville-SC, Intercom, **Anais [...]** Joinville: Intercom, 2018. Disponível em: <<https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-0402-1.pdf>>. Acesso em junho de 2023.

NOVELLI, A. L. R. Pesquisa de opinião. *In: DUARTE, J.; BARROS, A. Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação*. São Paulo: Atlas, 2005, p. 164-178.

ODRIOZOLA-CHENÉ, J.; *et al.* Chile, Colombia, Ecuador y México – La praxis periodística: situación actual y principales limitantes. *In: AMADO, A.; OLLER-ALONSO, M.; BAUMGRATZ, M. El periodismo por los periodistas: perfiles profesionales em las democracias de America Latina*. Berlim e Montevidéu: Konrad-Adenauer-Stiftung e Centro Para La Información Ciudadana, 2016. p. 143-161.

OLIVEIRA, C. G. L. de. **A incidência da pandemia de Covid-19 no processo de digitalização de jornais do interior do Rio Grande do Sul**. 2022. 191 f., Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre, RS.

PAIVA, R.; GUERRA, M.; CUSTÓDIO, L. Professional, social and regulatory characteristics of journalism in online and traditional media in Brazil. **African Journalism Studies**, v. 36, n. 3, p. 8-32, 2015. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/23743670.2015.1073930>>. Acesso em agosto de 2022.

PARZIANELLO, G. L. Marcas intervencionistas de mudança social em impressos do interior do Rio Grande do Sul: quando o local canta sua aldeia. **Revista Internacional de Folkcomunicação**, Ponta Grossa, v. 20, n. 45, p. 107-126, jul-dez 2022. Disponível em: <<https://revistas.uepg.br/index.php/folkcom/article/view/21108>>. Acesso em 5 de junho de 2023.

PASTI, S.; GAVRA, D.; ANIKINA, M. New news media in Russia: Wha is new? **African Journalism Studies**, n. 3, v. 36, p. 33-60, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/23743670.2015.1073931>>. Acesso em junho de 2022.

PASTI, S.; RAMAPRASAD, J. The BRICS journalist within the changing dynamics of the early 21st century. **African Journalism Studies**, n. 3, v. 36, p. 1-8, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/23743670.2015.1073929>>. Acesso em junho de 2022.

PETRARCA, F. R. “O jornalismo como profissão”: recursos sociais, titulação acadêmica e inserção profissional dos jornalistas no Rio Grande do Sul. Tese (doutorado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2007.

PETRARCA, F. R. Atuação profissional, recursos políticos e padrões de investimento no jornalismo no Rio Grande do Sul. **Estudos em Sociologia**, Araraquara-SP, v. 14, n. 25, p. 169-189, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/1323>>. Acesso em 6 de junho de 2023.

PETRARCA, F. R. Carreira militante, inserção profissional e exercício do jornalismo no Rio Grande do Sul. **Política & Sociedade**, n. 13, p. 311-329, outubro de 2008c. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2008v7n13p311>>. Acesso em 6 de junho de 2023.

PETRARCA, F. R. Elites jornalísticas, recursos políticos e atuação profissional no Rio Grande do Sul. **TOMO**, São Cristóvão-SE, n. 13, p. 169-200, jul-dez 2008b. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/471>>. Acesso em 6 de junho de 2023.

PETRARCA, F. R.; A importância do diploma para a ocupação de postos de trabalho no mercado jornalístico no Rio Grande do Sul. **Prâksis**, v. 2, p. 57-66, 2008. Disponível em: <<https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraksis/article/view/652>>. Acesso em 6 de junho de 2023.

PINTO, G. P. **A organização do trabalho no século XX: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo**. 3. ed. Expressão Popular: São Paulo, 2013.

PITHAN, L. H.; VACLAVIK, M. C.; OLTRAMARI, A. P. Carreiras vulneráveis: uma análise das demissões da mídia como um ponto de inflexão para jornalistas. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro-RJ, v. 18, n. 1, jan-mar 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cebape/a/sPLgqsqNPrXV4dRxPw6J4fK/?lang=pt>>. Acesso em 12 de abril de 2023.

PONTES, F. S. Desigualdades estruturais de gênero no trabalho jornalístico: o perfil das jornalistas brasileiras. **E-Compós**, [S. l.], v. 20, n. 1, 2017. Disponível em: ><https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/1310>>. Acesso em outubro de 2021.

PONTES, F. S.; CABRAL, L. S. C. Trajetórias profissionais de jornalistas fora do jornalismo no Brasil (2012-2017). **Revista Cadernos da Escola de Comunicação**, v. 19, jan-dez 2023. Disponível em: <<https://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/cadernoscomunicacao/article/view/5363>>. Acesso em 12 de abril de 2023.

PONTES, F. S.; LIMA, S. P. Impactos no mercado jornalístico na vida de seus trabalhadores: um estudo sobre indicadores de saúde dos jornalistas brasileiros. **Revista Famecos**. Porto Alegre, v. 6, n.2, mai/ago, 2019. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/31729>>. Acesso em outubro de 2021.

PONTES, F. S; MICK, J. Crise e Mercado de Trabalho: trajetórias profissionais de jornalistas no Brasil (2012-2017). XVI Encontro Nacional da Compós, **Anais**. Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/arquivos_2018/trabalhos_arquivo_72JHNDAEFV9AD5MYXI08_27_6951_26_02_2018_14_58_21.pdf>. Acesso em dezembro de 2021.

RAMAPRASAD, J.; GUDIPATY, N.; VEMULA, R. Indian journalists: Personal passion, organisational dynamics and environmental forces. **African Journalism Studies**, n. 3, v. 36, p. 61-86, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/23743670.2015.1073932>>. Acesso em junho de 2022.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional. **Perfil socioeconômico Corede – Médio Alto Uruguai**, 2015. Disponível em: <<https://governanca.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134133-20151117102639perfis-regionais-2015-medio-alto-uruguai.pdf>>. Acesso em março de 2021.

ROCHA, P. M. **As mulheres jornalistas no Estado de São Paulo: o processo de profissionalização e feminização da carreira**. 2004. 249 f., Tese (doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas, São Carlos, SP.

RÜDIGER, F.R. **Tendências do Jornalismo**. 3 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SENNET, R. **A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SILVA, F.R. **Gestão de políticas educacionais na história de Frederico Westphalen: interiorização do ensino superior público**. 2011. 69 f., Monografia (especialização) apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Gestão Educacional. Universidade Federal de Santa Maria: Constantina, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/349/Silva_Fabiana_Regina_da.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em março de 2021.

SOUSA, J. P. **Uma história breve do jornalismo no Ocidente**. Biblioteca On-line de Ciência da Comunicação, 2008. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-george-pedro-uma-historia-breve-do-jornalismo-no-ocidente.pdf>> Acesso em maio de 2022.

SOUZA, R. B. R. de. O trabalho do jornalista e suas contradições: uma ontologia da crise. **MATRIZES**, São Paulo-SP, v.11, n. 3, set-dez 2017. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/134491>>. Acesso em 10 de outubro de 2022.

STRELOW, A.; GRUSZYNSKI, A.; HOHLFELDT, A.; **Diário de Porto Alegre: o primeiro jornal do Rio Grande do Sul**. In: STRELOW, A. (org.) *et al.* **Primórdios da Comunicação Midiática no Rio Grande do Sul**. 1. ed. Florianópolis: Insular, 2021. p. 29-63.

THIBES, A; NICOLETTI, J. Evolução salarial dos jornalistas de 2005 a 2015: indicativos de precarização do trabalho. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 15., 2017, São Paulo. **Anais**. ECA-USP. Disponível em: <<http://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2017/paper/view/748/329>>. Acesso em fevereiro de 2022.

VIEIRA, S. **Como elaborar questionários**. São Paulo: Atlas, 2009.

WEAVER, D. **The Global Journalist: news people around the world**. Cresskill, Nova Jérsei: Hampton Press, 1998.

WEAVER, D.; WILLNAT, L. **The Global Journalist in the 21st Century**. Nova Iorque e Londres: Routledge, 2012.

ZAMORA, L. N. Condiciones de trabajo cotidiano de los periodistas de América Latina en la cobertura de fenómeno Covid-19, estudio descriptivo emergente. **ZER: Revista de Estudios De Comunicación**, n. 50, v. 26, p. 223-240, 2021. Disponível em: < <https://doi.org/10.1387/zer.21963>>. Acesso em junho de 2022.

ZHOU, R.; XU, Y.; LI, X. Journalists in contemporary China: Evidence from Beijing, Shanghai, Guangzhou and Wuhan. **African Journalism Studies**, n. 3, v. 36, p. 87-113, 2015. Disponível em: < <https://doi.org/10.1080/23743670.2015.1073933>>. Acesso em junho de 2022.

APÊNDICE A – Questionário aplicado aos egressos de jornalismo da UFSM-FW

Olá, seja bem-vinda(o) ao questionário do “Perfil dos Egressos de Jornalismo da UFSM-FW de 2022.”

Esta pesquisa tem como objetivo identificar quais são as características sociodemográficas, econômicas e de trabalho dos jornalistas que se formaram na UFSM-FW.

As respostas que você conceder nesse questionário integrarão os resultados da pesquisa do Perfil dos Jornalistas do Rio Grande do Sul, estudo que vem sendo desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPGJOR) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Para participar desse questionário, basta clicar em CONCORDO. Sua participação é anônima e suas respostas serão agrupadas com as demais respostas dos outros egressos da UFSM-FW.

O questionário leva cerca de 10 minutos para ser respondido. Ao final das questões, você poderá comunicar se deseja participar de outras etapas desta investigação e, também, se gostaria de receber os resultados da pesquisa.

Desde já, muito obrigado pela sua participação!

João Victor Gobbi Cassol - Mestrando do PPGJOR (UFSC)
E-mail: jvgc91@gmail.com

Samuel Pantoja Lima – Docente e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: samuel.lima@ufsc.br

(F1) Você confirma que leu o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e concorda em participar da pesquisa do Perfil dos Jornalistas Gaúchos?

- Li e compreendi os objetivos e procedimentos da pesquisa e aceito participar
- Não li/não aceito participar da pesquisa

Você é egresso graduado no curso de Comunicação Social-Habilitação em Jornalismo/Jornalismo-Bacharelado da UFSM-FW?

- Sim
- Não

Você está cursando Jornalismo na UFSM-FW?

- Sim
- Não

Em que ano você concluiu o curso de Comunicação Social-Habilitação em Jornalismo/Jornalismo-Bacharelado da UFSM-FW?

- 2010

- 2011
- 2012
- 2013
- 2014
- 2015
- 2016
- 2017
- 2018
- 2019
- 2020
- 2021
- 2022
- Não concluí

Em que Estado você mora atualmente?

- Acre
- Alagoas
- Amapá
- Amazonas
- Bahia
- Ceará
- Distrito Federal
- Espírito Santo
- Goiás
- Maranhão
- Mato Grosso
- Mato Grosso do Sul
- Minas Gerais
- Pará
- Paraíba
- Paraná
- Pernambuco
- Piauí
- Rio de Janeiro
- Rio Grande do Norte
- Rio Grande do Sul
- Rondônia
- Roraima
- Santa Catarina
- São Paulo
- Sergipe
- Tocantins
- Outro país. Qual?

Em que cidade você mora atualmente?

- _Digitar resposta_

Com qual gênero se identifica?

- Feminino
- Masculino

- Outro. Qual?

Qual sua faixa etária?

- Entre 18 anos e 22 anos
- Entre 23 anos e 30 anos
- Entre 31 anos e 40 anos
- Entre 41 anos e 50 anos
- Entre 51 anos e 64 anos
- Acima de 64 anos

Como define sua cor/raça?

- Branca
- Preta
- Parda
- Amarela
- Indígena
- Outra. Qual?

Qual seu estado civil?

- Solteira (o)
- Casada (o)
- União estável
- Separada (o)
- Divorciada (o)
- Viúva (o)
- Outro. Qual?

Você tem filhos?

- Não
- Tenho 1 filha(o)
- Tenho 2 filhas (os)
- Tenho 3 filhas(os)
- Tenho mais de 3 filhas(os)

Você tem registro de jornalista?

- Sim
- Não

Qual o nível de escolaridade mais alto que você possui?

- Ensino Superior completo
- Ensino Superior Tecnológico cursando
- Ensino Superior Tecnológico completo
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Pós-doutorado

Você foi ou é estagiária (o) de jornalismo?

- Não
- Sim, já fui

- Sim, sou estagiária (o) atualmente

Por quanto tempo trabalha/trabalhou como jornalista?

- Até 1 ano
- De 2 a 5 anos
- Entre 6 e 10 anos
- De 11 a 15 anos
- Entre 16 e 20 anos
- De 21 a 25 anos
- Entre 26 a 30 anos
- 31 anos ou mais
- Sou docente, mas nunca atuei como jornalista
- Nunca trabalhei como jornalista ou como docente na área.

Ao longo da sua carreira profissional, quantos vínculos profissionais diferentes você já teve ligados ao jornalismo (incluindo empregos com carteira assinada, freelancers ou contratos de PJ/MEI, concomitantes ou subsequentes)?

- 1
- 2 a 5
- 6 a 10
- 11 a 15
- 16 a 20
- Mais de 20
- Nenhum

Atualmente, qual é seu trabalho?

- Trabalho como jornalista na mídia
- Trabalho como jornalista fora da mídia
- Trabalho como docente de Jornalismo ou Comunicação
- Não trabalho mais como jornalista porque estou desempregada(o)
- Não trabalho mais como jornalista porque me aposentei
- Não trabalho mais como jornalista porque estou estudando
- Nunca trabalhei como jornalista ou docente na área
- Mudei para outra área profissional. Qual? _____

Qual o tipo de vínculo empregatício em seu trabalho principal?

- Carteira assinada (CLT)
- Carteira assinada com redução de salário
- Carteira assinada com período intermitente
- Servidor (a) público (a)
- Cargo comissionado
- Freelancer
- Contrato de prestação de serviços
- Prestação de Serviço sem contrato firmado
- Contrato por hora/aula
- Contrato público temporário
- Dona (o) ou sócia (o) de empresa com funcionários
- Pessoa jurídica (PJ) (sem funcionários ou sócios)
- MEI (Microempreendedor (a) Individual)
- Bolsista ou similar decorrente de programas públicos de incentivo à docência

- Estagiária (o)
- Trainee
- Outro. Qual?

Qual sua renda mensal bruta proveniente do trabalho como jornalista ou docente em jornalismo?

- Sem renda
- Até R\$ 1212
- De R\$ 1212 a R\$ 2424
- De R\$ 2423 a R\$ 3636
- De R\$ 3637 a R\$ 4848
- De R\$ 4849 a R\$ 6060
- De R\$ 6061 a R\$ 12120
- De R\$ 12121 a R\$ 24240
- Não quero informar

Sua remuneração é suficiente para arcar com as despesas mensais?

- Sim
- Às vezes
- Não, fico sempre devendo
- Não, mas me viro com trabalhos extras
- Não, mas tenho apoio de companheira (o)
- Não, mas recebo suporte dos meus pais
- Não, mas conto com ajuda de outras pessoas

Qual é a sua situação de moradia?

- Moro de aluguel, sozinho (o)/com companheira (o)
- Moro em residência própria, sozinho (o)/com companheira (o)
- Moro de aluguel e divido com outras pessoas
- Moro de favor na residência de familiares/conhecidos
- Não tenho moradia fixa
- Outra. Qual?

Você recebe algum tipo de benefício ou suporte vinculado a sua ocupação principal?

- Plano de saúde
- Auxílio Saúde
- Vale (ou auxílio) alimentação
- Vale (ou auxílio) refeição
- Vale (ou auxílio) transporte
- Auxílio creche
- Plano de previdência complementar
- Participação nos lucros ou resultados
- Incentivo à qualificação (cursos, treinamentos fora da empresa)
- Equipamento de proteção individual compatível com o grau de risco de sua atividade
- Apoio jurídico
- Apoio psicoterápico
- Treinamentos in-company relacionados à atividade que desempenha ou outras relevantes
- Nenhum
- Outro. Qual?

Como você ingressou em seu trabalho principal atual?

- Concurso público
- Processo seletivo realizado pelo contratante
- Seleção por empresa de recrutamento
- Em continuação a estágio ou trainee
- Indicação de amigo/a ou colega
- Vínculo familiar
- Foi convidada (o)
- Contratação como prestador (a) de serviços
- Abriu uma empresa
- Ingressou em uma iniciativa independente/alternativa de jornalismo
- Cargo de confiança em órgão público
- Outro. Qual?

Em sua ocupação principal como jornalista, qual sua área de atuação?

- Mídia (imprensa, veículos de comunicação, arranjos alternativos de mídia/mídia independente, startup jornalística e/ou produção de conteúdo jornalístico)
 - Docência (formação superior de jornalistas ou outras áreas de conhecimento)
 - Fora da mídia, em outras atividades (assessoria de imprensa ou comunicação, produtoras de conteúdo para mídias digitais ou outras ações que utilizam conhecimento jornalístico)
 - Não atuo como jornalista e/ou docente na área ou não trabalho atualmente
-

MÍDIA

Em relação ao seu trabalho principal como jornalista da mídia:

Você trabalha atualmente em que tipo de mídia(s)?

- TV
- Rádio
- Online
- Jornal
- Revista
- Agência de notícia
- Outra. Qual?

Como você caracteriza o perfil da instituição para a qual você trabalha (considere sua ocupação principal)?

- Empresa privada com atuação internacional
- Empresa privada com atuação nacional
- Empresa privada com atuação regional
- Empresa privada com atuação local
- Iniciativa de jornalismo independente internacional
- Iniciativa de jornalismo independente nacional
- Iniciativa de jornalismo independente regional
- Iniciativa de jornalismo independente local
- Instituição pública
- Instituição do terceiro setor (ONGs, Oscips, fundações etc.)
- Outro. Qual?

Aproximadamente quantas pessoas trabalham na sua empresa?

- Até 9 pessoas
- De 10 a 49 pessoas
- De 50 a 99 pessoas
- Mais de 100 pessoas

Quantos jornalistas trabalham com você?

- Só você
- De 2 a 4
- De 5 a 10
- De 11 a 20
- De 21 a 50
- Acima de 51

Qual é sua função principal?

- Repórter
- Repórter fotográfica (o)
- Repórter cinematográfica (o)
- Editor (a) (inclui editor (a) executivo (a) e editor (a) assistente)
- Chefe de redação
- Consultor
- Colunista
- Correspondente
- Editorialista
- Diagramador
- Âncora
- Ilustrador (a)
- Produtor (a)
- Diretor (a)/Gestor (a)
- Coordenador(a)
- Gestor (a) de redes sociais
- Outra. Qual?

Quais atividades você desenvolve em um dia normal de trabalho?

- Reportagem
- Edição
- Pauta / produção
- Fotografia
- Cinegrafia (captação de vídeo)
- Diagramação / Design gráfico
- Assessoria de imprensa
- Gestão / Coordenação (de equipes)
- Apresentação / Locução
- Chefia de redação
- Gestão / Produção de conteúdo para redes sociais
- Planejamento de projetos editoriais
- Atividades administrativas
- Comunicação interna
- Outra (s). Qual (is)?

DOCÊNCIA

Em relação ao seu trabalho principal como professor:

Em que área do conhecimento você atua como professor (a) atualmente? Assinale a partir do departamento/curso ao qual está vinculada (o)

- Jornalismo ou Comunicação Social/Habilitação em Jornalismo.
- Outros departamentos de Comunicação Social (Publicidade; Relações Públicas; Rádio e TV, etc)
- Ciências Sociais Aplicadas (Exceto Comunicação ou Jornalismo)
- Ciências Humanas
- Linguística, Letras e Artes
- Outra. Qual?

Por quanto tempo trabalha como professor (a) de jornalismo?

- Menos de 1 ano
- 1 a 3 anos
- 4 a 6 anos
- 7 a 10 anos
- 11 a 15 anos
- 16 a 20 anos
- 21 a 25 anos
- 26 a 30 anos
- Mais de 30 anos
- Nunca lecionei em Jornalismo

Em que tipo de instituição de ensino superior você trabalha?

- Centro de Ensino Superior Municipal
- Centro de Ensino Superior Estadual
- Centro de Ensino Superior Federal
- Centro de Ensino Superior Comunitário ou similar
- Centro de Ensino Superior Confessional
- Centro de Ensino Superior Privado
- Faculdade Municipal
- Faculdade Estadual
- Faculdade Federal
- Faculdade Comunitária ou similar
- Faculdade Confessional
- Faculdade de Iniciativa Privada
- Universidade Municipal
- Universidade Estadual
- Universidade Federal
- Universidade Comunitária ou similar
- Universidade Confessional
- Universidade de Iniciativa Privada
- Outra. Qual?

FORA DA MÍDIA

Em relação ao seu trabalho principal como jornalista fora da mídia

Em que ramo de atuação você exerce sua atividade principal?

- Assessoria de imprensa
- Agência de comunicação
- Agência de publicidade
- Outras instituições privadas
- Empresas ou órgãos públicos
- Organizações do terceiro setor ou da sociedade civil
- Outra. Qual?

Como você caracteriza o perfil da instituição para a qual você trabalha (considere sua ocupação principal)?

- Microempreendedor (a) Individual
- Microempresa privada
- Pequena empresa privada
- Média empresa privada
- Grande empresa privada
- Instituição pública municipal
- Instituição pública estadual
- Instituição pública federal
- Instituição pública internacional
- Propriedade mista (público-privada)

Se você atua em órgão público, por favor, indique qual poder

- Não atuo em órgão público
- Legislativo
- Executivo
- Judiciário
- Ministério Público
- Outro (especifique)

Aproximadamente quantas pessoas trabalham na empresa/órgão em que você atua?

- Até 9 pessoas
- De 10 a 49 pessoas
- De 50 a 99 pessoas
- Mais de 100 pessoas

Quantos jornalistas trabalham com você?

- Só você
- De 2 a 4
- De 5 a 10
- De 11 a 20
- De 21 a 50
- Acima de 51
- Ninguém é jornalista, incluindo eu

Qual é sua função principal?

- Assessor (a) de imprensa/comunicação (atendimento)
- Produtor (a) de conteúdo
- Gestor (a) de área e/ou de comunicação
- Sócia (o) ou sócio (a)-diretor (a)
- Consultor (a)
- Business planner
- Gestor (a) de conteúdos
- Gerente/coordenador (a) de projetos
- Gerente/monitoramento de redes sociais
- Marketing digital e/ou Inbound Marketing
- Relações Públicas
- Repórter
- Fotógrafa (o)
- Cinegrafista
- Designer/Diagramador (a)
- Editor (a)
- Outra. Qual?

Quais atividades você desenvolve em um dia normal de trabalho?

- Assessor de imprensa/comunicação (atendimento)
 - Produção de conteúdo
 - Gestão de área e/ou comunicação
 - Consultoria
 - Planejamento de negócios
 - Gestão de conteúdos
 - Gestão de projetos
 - Monitoramento de redes sociais
 - Marketing digital e/ou Inbound Marketing
 - Relações Públicas
 - Reportagem
 - Fotografia
 - Cinegrafia
 - Design gráfico
 - Edição
 - Outra (s). Qual (is)?
-

Você está há quanto tempo no seu trabalho principal?

- Até 1 ano
- Entre 1 e 3 anos
- De 3 a 6 anos
- Entre 6 e 10 anos
- De 10 a 20 anos
- Entre 20 e 30 anos
- Mais de 30 anos
- Outro (especifique)

Os equipamentos, móveis, softwares e outros itens necessários para seu trabalho foram pagos por:

- Instituição/empresa para a qual trabalho
- Por mim mesmo
- Parte por mim e parte pela instituição contratante
- Por familiares
- Outro. Qual?

Incluindo sua ocupação principal, quantos empregos (ou fontes de renda diferentes) você tem atualmente?

- Um
- Dois
- Três
- Quatro ou mais
- Atuo como freelancer
- Nenhum

Se você tem mais de um emprego ou fonte de renda, qual a área de atuação da atividade secundária?

- Só tenho um trabalho
- Mídia (veículos de comunicação, produtoras de conteúdo jornalístico etc.)
- Docência (na formação superior de jornalistas ou outras áreas de conhecimento)
- Fora da mídia, em outras atividades (assessoria de imprensa ou comunicação ou outras ações que utilizam conhecimento jornalístico)
- Fora do Jornalismo ou qualquer função relacionada a ele. Qual área? _____

Em média, quantas horas você trabalha por dia?

- Até 4 horas
- De 5 a 6 horas
- Entre 7 e 8 horas
- De 9 a 10 horas
- Entre 11 e 12 horas
- Mais de 13 horas

Em relação ao seu trabalho atual, responda **SIM** ou **NÃO**.

- Você se sente estressada (o) no trabalho?
- Você já foi diagnosticada (o) com estresse?
- Você já foi diagnosticada (o) com algum transtorno mental relacionado ao seu trabalho?
- Você já recebeu indicação para tomar antidepressivos?
- Você já foi diagnosticada (o) com algum sintoma de LER/DORT?
- Você já precisou pegar licença do trabalho por problemas de LER/DORT?
- Você considera que seus esforços no trabalho são devidamente reconhecidos?
- É comum você trabalhar mais do que o contratado (fazer horas-extras)?

Em relação ao seu ambiente de trabalho e prática profissional atuais, responda SIM ou NÃO:

- Você já sofreu assédio moral no trabalho?
- Você já sofreu assédio sexual no trabalho?
- Você já sofreu violência verbal no trabalho?
- Você já foi agredida (o) fisicamente no trabalho ou em decorrência dele?
- Você já sofreu ataques ou ameaças virtuais devido ao seu trabalho?
- Você já sofreu vigilância/monitoramento digital por superiores hierárquicos?
- Seus familiares já sofreram ataques ou ameaças devido ao seu trabalho?

- Você já formalizou denúncia em relação a algum tipo de assédio, ameaça ou agressão?
- Você já foi constrangida (o) no trabalho por gestores ou superiores?
- Você já deixou de realizar alguma atividade profissional por receio de sofrer retaliação?
- Você já realizou alguma atividade profissional sob algum tipo de coação?
- Você já presenciou alguma situação de assédio moral no trabalho contra colega/conhecida(o)?
- Você já presenciou alguma situação de assédio sexual no trabalho contra colega/conhecida(o)?
- Você já presenciou alguma situação de violência verbal no seu trabalho contra colega/conhecida(o)?
- Você já presenciou alguma situação de agressão física no seu trabalho contra colega/conhecida(o)?

Qual o seu projeto em relação à sua atuação profissional em um futuro próximo (de um a dois anos)?

- Seguir na mesma instituição em que estou e nas funções que exerço
- Seguir na instituição que estou e ser promovida (o)
- Entrar em uma instituição de maior porte
- Ingressar na carreira pública como docente
- Deixar a carreira atual e ingressar no serviço público em outras funções jornalísticas
- Deixar a carreira atual e atuar como jornalista profissional contratada (o)
- Deixar a carreira atual e atuar como docente
- Deixar a carreira atual e atuar em funções não-jornalísticas
- Pretendo me aposentar em breve
- Outro. Qual?

Você é adepta (o) a alguma fé, religião ou culto?

- Não, sou ateu/ateia
- Não, sou agnóstico/agnóstica
- Sim. Por favor, escreva qual (is)

Você é filiada (o) a algum sindicato?

- Sim
- Não

Por que você não é filiada (o) ao sindicato da sua categoria?

- Não tenho interesse
- Não conheço o sindicato
- Não existe sindicato para minha categoria
- Sindicato não responde às demandas específicas da minha área de atuação
- Diretoria do sindicato não representa a categoria
- Diretoria dificulta sindicalização
- Outra (s) razão (ões). Qual (is)?

Você é filiada (o) a algum partido político?

- Não.
- Não, mas tenho interesse em me filiar.
- Sim. Por favor, escreva qual: _____

Como você define seu posicionamento ideológico?

- Centro

- Centro-direita
 - Centro-esquerda
 - Direita
 - Extrema direita
 - Esquerda
 - Extrema esquerda
 - Não quero informar
 - Outro. Qual? _____
-

A seguir, faremos algumas perguntas complementares para compreender melhor questões ligadas sobre condições de trabalho, saúde e valores éticos. Você aceita continuar?

- Sim, quero continuar
- Não, quero encerrar aqui

Se você for casada (o) ou vive com companheiro (a), indique a profissão dele (a)

- Vivo sozinha (o)
- Parceira (o) trabalha como _____

Avalie as afirmações abaixo e, para cada linha, selecione a opção que melhor represente seu grau de concordância em relação ao seu trabalho principal:

Concordo totalmente

Concordo parcialmente

Nem concordo, nem discordo

Discordo parcialmente

Discordo totalmente

Não se aplica

- As tarefas sempre são cumpridas com pressão de prazos
- O número de pessoas na equipe é insuficiente para realizar as atividades
- Levo trabalho para terminar em casa com frequência
- Os equipamentos que utilizo, como computador, câmera fotográfica etc. não são bons
- Me sinto desvalorizada (o) no trabalho
- Não me sinto suficientemente treinada (o) para as atividades que executo
- Não tenho liberdade para expressar opiniões
- A convivência com meus colegas é difícil
- Trabalho em um ambiente saudável
- Consigo estabelecer limites claros entre vida familiar e laboral
- Tenho tempo para cuidar de mim mesma (o)

Você conhece o Código de Ética do Jornalista Brasileiro?

- Sim
- Não

Considerando o que é necessário para exercer jornalismo com ética, indique qual o grau de importância que você atribui a cada um dos valores abaixo

Extremamente importante (5)

Muito importante (4)

Mais ou menos importante (3)

Pouco importante (2)

Sem importância (1)

- Credibilidade
- Diversidade
- Equilíbrio
- Imparcialidade
- Justiça
- Liberdade
- Objetividade
- Pluralidade
- Transparência
- Verdade

Comente caso queira fazer alguma observação adicional a respeito do tema da pesquisa, questionário e/ou outro relacionado à sua experiência profissional na área do jornalismo.

● _____

Você gostaria de participar de uma entrevista para uma nova etapa desta pesquisa?

- Sim. Por favor, deixe seu e-mail: _____
- Não, obrigado.

Você gostaria de participar de outros questionários sobre esse tema?

- Sim. Por favor, deixe seu e-mail: _____
- Não, obrigado.

Por favor, informe seu e-mail caso queira receber os resultados desta pesquisa

● _____

Muito obrigado por participar da pesquisa do Perfil dos Egressos de Jornalismo da UFSM-FW!

Caso tenha alguma sugestão, dúvida ou comentário, entre em contato conosco:

E-mail: jvgc91@gmail.com

Atenciosamente,

João Victor Gobbi Cassol e Samuel Pantoja Lima

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido apresentado aos egressos de jornalismo da UFSM-FW no início do questionário

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do projeto: O perfil dos jornalistas gaúchos: vida e trabalho em um contexto de precariedade

Convite: Você está sendo convidado(a) como voluntário (a) para participar de pesquisa integrante da dissertação de mestrado “O perfil dos jornalistas gaúchos: vida e trabalho em um contexto de precariedade” que será conduzida pelo mestrando João Victor Gobbi Cassol, com orientação do professor e Doutor Samuel Pantoja Lima, do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGJOR/UFSC). Trata-se de um questionário on-line, anônimo, de autoaplicação, hospedado na plataforma *SurveyMonkey*.

Resolução: O pesquisador que assina essa solicitação se compromete a conduzir o projeto e zelar pela confidencialidade dos dados e privacidade dos participantes, de acordo com a resolução CNS 510/2016, bem como as demais normativas e legislações vigentes e aplicáveis. O pesquisador também declara conhecer e cumprir os requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Nº 13.709, de 14 de agosto de 2018) quanto ao tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis que serão utilizados para a execução do presente projeto de pesquisa.

Objetivo: Esse questionário integra uma pesquisa que tem como objetivo identificar o perfil dos jornalistas que atuam no Rio Grande do Sul. Este questionário é uma parte da investigação e, com ele, pretendemos coletar e descrever as características de trabalho, econômicas e sociodemográficas dos jornalistas que atuam em uma área de interior do Rio Grande do Sul, na região de Frederico Westphalen-RS. Os resultados desse questionário serão analisados pelo pesquisador e considerados em sua dissertação de mestrado.

Justificativa da pesquisa: Em um contexto de transformações na forma de se fazer e ver jornalismo, há uma diversidade de perguntas que fazemos sobre a profissão que escolhemos. Aqui, pretendemos responder a uma dessas dúvidas: quem são os jornalistas gaúchos? Condições de trabalho, remuneração, saúde mental, desejos, frustrações, dentre tantas outras informações sobre o cotidiano dos jornalistas que atuam no Rio Grande do Sul são uma das

chaves para que possamos realizar um diagnóstico do ofício, avançando no sentido de melhorar a vida e o trabalho desses profissionais. Além de olharmos para os jornalistas do Rio Grande do Sul como um todo, queremos também entender a dinâmica no interior do Estado. Longe de grandes centros urbanos e próximos de comunidades onde alguns poucos veículos de comunicação regionais são responsáveis pela circulação de informação entre a população, os jornalistas do interior são peça fundamental no cenário da comunicação, da liberdade e da democracia. E o cenário do jornalismo na região de Frederico Westphalen-RS traduz bem essa realidade. Com o olhar voltado para identificar características de trabalho, econômicas e sociodemográficas dos jornalistas gaúchos e dos jornalistas egressos da UFSM-FW, buscamos contribuir em duas frentes. A primeira delas, acadêmica, colabora com uma série de estudos voltados a identificar as condições de trabalho dos jornalistas no Brasil, cenário no qual nosso estudo pode compartilhar dados importantes a respeito da atuação em áreas de interior. A segunda delas decorre da primeira e é social, já que essa investigação pode contribuir para que os próprios profissionais tomam conhecimento de suas condições de trabalho, tendo acesso a um panorama local da atuação da categoria.

Participação no estudo (método de pesquisa): Sua participação nesse estudo se dará mediante a resposta de um questionário on-line. O questionário é anônimo, o que significa que você não será identificado em nenhum momento da pesquisa. São 62 questões, que se dividem em perguntas sobre seu trabalho, condições econômicas e sociodemográficas, valores profissionais, saúde no trabalho, além de perguntas-filtro e genéricas. O tempo estimado para responder ao questionário é de 10 minutos. As respostas do questionário ficarão sob o sigilo e cuidados do pesquisador João Victor Gobbi Cassol. Posteriormente, esses dados serão analisados e integrarão a dissertação de mestrado do pesquisador João Victor Gobbi Cassol, que pretende identificar o Perfil dos Jornalistas Gaúchos. Ao fim do questionário, você poderá escrever um endereço de e-mail para receber os resultados dessa pesquisa. Para participar da pesquisa, você deve ler na íntegra este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e assinalar que concorda com os termos, ao fim deste documento.

Riscos, desconfortos e minimização de riscos: É importante destacar que a pesquisa, quando finalizada e divulgada após a defesa da dissertação de mestrado do pesquisador João Victor Gobbi Cassol, pode gerar alguns riscos, especialmente uma possível represália por parte de empresas que empregam jornalistas na região de Frederico Westphalen. Resultados que

apontem para uma condição precária de trabalho naquela localidade podem ser interpretados negativamente pelos empregadores, o que poderia gerar algum tipo de repreensão. Esse é um risco natural nesse tipo de pesquisa, preocupação que nos faz assegurar o anonimato de sua participação e o sigilo dos dados. Ainda, considerando que os dados serão fornecidos via Internet, ressalta-se que existe o risco da quebra de sigilo e privacidade dos dados por meio de algum tipo de invasão ou fatores externos que fogem do controle do pesquisador. Para minimizar os riscos, todo o material coletado será compartilhado apenas entre o pesquisador e seu orientador e ficará guardado em serviços de armazenamento em nuvem. Os dados provenientes dos questionários serão analisados pelo pesquisador até dezembro de 2023, sendo apagados posteriormente.

Benefícios: Os benefícios de participar dessa pesquisa se concentram na possibilidade de aprimorar o trabalho da categoria. A investigação irá gerar informações que mostrem à sociedade e órgãos de classe quais são as condições de trabalho dos jornalistas que atuam na região de Frederico Westphalen-RS, suscitando visibilidade para a categoria. O estudo pode embasar políticas públicas ou ações de classe que tenham como objetivo aprimorar as condições de vida e trabalho dos jornalistas, pois se propõe a fazer um diagnóstico profissional regional que indique as características específicas dos profissionais locais.

Voluntariedade/direito à desistência: A participação nessa pesquisa é totalmente voluntária. Você poderá, a qualquer momento, solicitar esclarecimentos adicionais sobre a pesquisa e se recusar a participar do estudo, bem como retirar seu consentimento. Nesse caso, não há necessidade de justificativas ou penalizações, bastando informar a decisão por meio dos contatos ao final desse termo.

Custos, compensação financeira e ressarcimento: A pesquisa não prevê nenhum tipo de pagamento aos respondentes, que não terão nenhum tipo de custo financeiro ao participarem da pesquisa. Eventuais gastos monetários que o participante tiver para responder ao questionário serão ressarcidos pelo pesquisador.

Direito à indenização: Caso ocorra algum dano decorrente de sua participação no estudo, o participante será devidamente indenizado, conforme determina a lei. Salientamos que sua

participação não terá compensação financeira. No entanto, quaisquer despesas que porventura surjam, decorrentes da sua participação na pesquisa, serão ressarcidas pelo pesquisador.

Privacidade, sigilo e privacidade

O pesquisador assegura que zelarà pela confidencialidade das informações fornecidas e pelo sigilo de sua identidade, durante e depois da realização da pesquisa. A participação na pesquisa é anônima, então não haverá identificação dos respondentes. Dados como endereços de e-mail também estarão sob a guarda do pesquisador e só serão usados para o envio dos resultados da investigação àqueles respondentes que assim desejarem.

Garantias de acompanhamento e assistência: Durante o procedimento de resposta ao questionário, os pesquisadores estarão à disposição para prestar assistência. Caso tenha dúvidas sobre o projeto, sobre o questionário ou mesmo sobre qualquer tema referente à pesquisa, você pode contatar os pesquisadores a qualquer momento, pelo telefone (55) 9-9112-4238 (Pesquisador João Victor Gobbi Cassol) ou pelos e-mails que estão no fim deste TCLE. Os pesquisadores se comprometem a prestar as assistências necessárias ao longo de toda a pesquisa.

Acesso a resultados parciais ou finais da pesquisa

Os resultados dessa pesquisa serão divulgados com a publicação da dissertação de mestrado do autor João Victor Gobbi Cassol, que deve ocorrer até dezembro de 2023. Tais resultados estarão disponíveis para o público em geral no Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Além disso, respondentes que manifestarem interesse também receberão a conclusão do estudo. Ainda, o autor estará à disposição para envio do resultado via e-mail, cujo endereço se encontra no fim deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Informações para contato com pesquisador responsável: Em qualquer etapa do estudo, o participante terá acesso ao pesquisador responsável, Samuel Pantoja Lima, para esclarecimento de dúvidas. O contato está no fim deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Informações sobre CEPESH e formas de contato: O participante também poderá, a qualquer momento, entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH),

vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em caso de comentários, críticas ou dúvidas sobre a ética da pesquisa.

Contatos do CEPESH:

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina - Rua Desembargador Vitor Lima, nº 222, 7º andar, sala 701, Reitoria II, Trindade – 88040-400 – Florianópolis – SC

Telefone: (048) 3721-6094

E-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br

Contato dos pesquisadores:

Coordenador da pesquisa/pesquisador responsável (orientador): Samuel Pantoja Lima – Docente e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

E-mail: samuel.lima@ufsc.br

Pesquisador assistente: João Victor Gobbi Cassol – Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

E-mail: jvgc91@gmail.com

Telefone: (55) 991124238

Declaração:

Para participar da pesquisa, você deverá selecionar eletronicamente a opção “*Li e compreendi os objetivos e procedimentos da pesquisa e aceito participar*”, o que corresponderá à assinatura do TCLE, o qual poderá ser impresso se assim o desejar.

Florianópolis, maio de 2022

ANEXO A – parecer do Comitê de Ética para a aplicação do questionário aos egressos de Jornalismo da UFSM-FW

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA - UFSC



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O perfil dos jornalistas gaúchos: vida e trabalho em um contexto de precariedade

Pesquisador: SAMUEL PANTOJA LIMA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 59030222.0.0000.0121

Instituição Proponente: Universidade Federal de Santa Catarina

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.485.152

Apresentação do Projeto:

Dissertação de mestrado de João Victor Gobbi Cassol do Curso de Pós Graduação em Jornalismo, orientada por Samuel Pantoja Lima.

RESUMO

A presente proposta de estudo integra a pesquisa de mestrado do pesquisador assistente, João Victor Gobbi Cassol, que está investigando o perfil dos jornalistas do Rio Grande do Sul. Para que tal investigação atinja os objetivos almejados, é necessário antes identificar o perfil de um grupo específico de jornalistas que atuam em tal Estado: os jornalistas egressos de uma universidade do interior. Para tanto, o que se propõe aqui é a realização de um questionário com os 368 jornalistas egressos da Universidade Federal de Santa Maria, campus de Frederico Westphalen-RS. Esse questionário será de autoaplicação, on-line e de participação anônima, e tem como intenção identificar as características de trabalho, econômicas e sociodemográficas destes profissionais. Buscam-se resultados em escala populacional, razão pela qual não haverá identificação dos participantes na pesquisa. Os resultados desse perfil dos egressos de Jornalismo da UFSM-FW é peça-fundamental para que o trabalho para identificar o perfil dos jornalistas do RS como um todo seja possível.

Estudo retrospectivo e prospectivo, com previsão de 368 participantes.

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 701
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br

Continuação do Parecer: 5.485.152

Critérios de inclusão: ser jornalista diplomado no curso de Jornalismo/Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Maria, Campus de Frederico Westphalen-RS (UFSM-FW), ser voluntário para participar da pesquisa.

Critérios de exclusão: não ser voluntário para participar da pesquisa, ser estudante de Jornalismo da UFSM-FW, não ter concluído o curso de Jornalismo/Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo da UFSM-FW.

Os participantes serão submetidos a: questionários.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

- Identificar o perfil dos jornalistas que atuam no Rio Grande do Sul.

Objetivo Secundário:

- Descrever as características de trabalho, econômicas e sociodemográficas dos jornalistas que atuam no Rio Grande do Sul;

- Coletar e descrever as características de trabalho, econômicas e sociodemográficas dos jornalistas que atuam em uma área de interior do Rio Grande do Sul.

Metodologia Proposta:

A forma de obtenção de dados escolhida são os questionários. Esse instrumento de pesquisa pode ser definido como formado por uma série de questões que são apresentadas para os participantes, também chamados de respondentes. Estes devem responder às questões e devolver o questionário preenchido, cujas informações são transformadas em estatísticas (VIEIRA, 2009). O instrumento questionário é usado em investigações definidas como pesquisas de opinião ou surveys, nas quais há possibilidade de coletar vasta quantidade de dados a partir de um grande número de entrevistados, em um ambiente real, além da viabilizar análises estatísticas de variáveis, como dados sociodemográficos (NOVELLI, 2005). Optamos pela aplicação de questionários on-line, procedimento também chamado de web survey. O questionário a ser aplicado foi construído com base no questionário empregado na pesquisa do Perfil do Jornalista Brasileiro de 2021, o que permitirá comparações entre as respostas fornecidas pela população entrevistada no Norte do RS com aquelas enviadas ao Perfil do Jornalista Brasileiro. O questionário conta com 62 questões, que

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 701
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br

Continuação do Parecer: 5.485.152

se dividem em perguntas sobre as seguintes temáticas: trabalho, condições econômicas, condições sociodemográficas, saúde no trabalho, valores profissionais, perguntas-filtro e genéricas. É importante salientar que a aplicação do questionário será necessária para que obtenhamos informações capazes de atender ao nosso segundo objetivo específico (coletar e descrever as características de trabalho, econômicas e sociodemográficas dos jornalistas que atuam em uma área de interior do Rio Grande do Sul), parte fundamental para o completo desenvolvimento da dissertação de mestrado do pesquisador João Victor Gobbi Cassol. Além disso, os participantes não serão identificados em nenhum momento da pesquisa, já que o estudo não tem objetivo de coletar informações individuais, mas coletivas e de caráter censitário. Não obstante, o questionário reserva uma questão, na parte final, na qual o participante pode deixar um endereço de e-mail para receber os futuros resultados da investigação. Eventuais endereços de e-mail enviados não serão usados para qualquer tipo de identificação dos respondentes e ficarão sob o sigilo e a guarda dos pesquisadores.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Análise adequada dos riscos e benefícios.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Sem comentários adicionais.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A folha de rosto vem assinada pelo/a pesquisador/a responsável e pela autoridade institucional competente.

Consta declaração da instituição onde será realizada a pesquisa, autorizando a pesquisa e comprometendo-se a cumprir os termos da res. 510/16.

O cronograma informa que a coleta de dados acontecerá a partir de 01/07/2022.

O orçamento informa despesas de R\$ 50,00 com financiamento próprio.

Consta do processo o questionário a ser aplicado aos participantes.

O TCLE é esclarecedor a respeito de objetivos, procedimentos, riscos e direitos dos participantes, e cumpre as exigências da res. 510/16.

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 701
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br

Continuação do Parecer: 5.485.152

Recomendações:

Sem recomendações adicionais.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Pela aprovação.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1947175.pdf	25/05/2022 10:42:57		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_versao_corrigida.pdf	25/05/2022 10:42:38	JOAO VICTOR GOBBI CASSOL	Aceito
Outros	Questionario.docx	17/05/2022 10:14:20	JOAO VICTOR GOBBI CASSOL	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	17/05/2022 10:11:46	JOAO VICTOR GOBBI CASSOL	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.docx	17/05/2022 10:11:07	JOAO VICTOR GOBBI CASSOL	Aceito
Cronograma	Cronograma.docx	17/05/2022 10:10:57	JOAO VICTOR GOBBI CASSOL	Aceito
Declaração de concordância	Declaracao_de_concordancia_ufsmfw.PDF	14/05/2022 19:43:14	JOAO VICTOR GOBBI CASSOL	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FLORIANOPOLIS, 23 de Junho de 2022

Assinado por:
Luciana C Antunes
(Coordenador(a))

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 701
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br